

1 **ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**
3 Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas,
4 reuniu-se de forma presencial o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas,
5 sob a presidência da COORDENADORA GERAL DA UNIVERSIDADE, Professora Doutora
6 MARIA LUIZA MORETTI, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Aline
7 Sampaio Rodrigues Schmidt, Ana Maria Alves Carneiro da Silva, Ana Maria Frattini Fileti,
8 Anderson de Souza Sant'Ana, André Kaysel Velasco e Cruz, Andréia Galvão, Ângelo Roberto
9 Biasi, Anna Christina Bentes da Silva, Antonio Salvador Pedretti Neto, Ariovaldo José da Silva,
10 Arnaldo César da Silva Walter, Bruno Gomes Ximenes, Célio Hiratuka, Cesar José Bonjuani
11 Pagan, Claudio Francisco Tormena, Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Cláudio José Servato,
12 Claudio Saddy Rodrigues Coy, Daniel Martins de Souza, Débora Cristina Jeffrey, Dirce Djanira
13 Pacheco e Zan, Dirceu Noriler, Eduardo Gurgel do Amaral, Elaine Cristina de Ataíde, Elaine
14 dos Santos José, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto,
15 Fernando Sarti, Flavio Henrique Baggio Aguiar, Francisco da Fonseca Rodrigues, Francisco
16 Hideo Aoki, Glaucia Maria Pastore, Hernandes Faustino de Carvalho, Hugo Enrique Hernandez
17 Figueroa, Ivan Felizardo Contrera Toro, Joana Fróes Bragança Bastos, Jörg Kobarg, José
18 Antonio Rocha Gontijo, José Luis Pio Romera, Josely Rimoli, Juliana Freitag Borin, Kethlyn
19 Kethriny da Costa Brito, Leandro Aparecido Villas, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Marcelo
20 de Oliveira Terra Cunha, Marcelo Dotti, Márcio Alberto Torsoni, Márcio Antônio Cataia,
21 Marcos Nogueira Martins, Maria Helena de Melo Lima, Mariana Rodrigues Ribeiro dos Santos,
22 Marisa Masumi Beppu, Matheus da Silva Marcheti Martins, Mônica Alonso Cotta, Odilon José
23 Roble, Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Rachel
24 Meneguello, Rafael Silva Marconato, Ricardo Miranda Martins, Rodolfo Jardim de Azevedo,
25 Samuel Rocha de Oliveira, Sandro Dias, SeyedMehdi Mohammadzadeh, Silvia Cristina
26 Franco Amaral, Valentina Spedine Sierra e Verónica Andrea González-López. Como
27 convidados especiais, compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Alcides José
28 Scaglia, Álvaro de Oliveira D'Antona, Ana Maria Fonseca de Almeida, Cristiane Maria Megid,
29 Eloisa Helena Rubello Valler Celeri, Maria Silvia Viccari Gatti, Paulo Cesar Montagner,
30 Renato da Rocha Lopes, Ricardo Dahab, Ricardo de Medeiros Carneiro, Roberto Donato da
31 Silva Junior, Rogério Custódio, Sávio Machado Cavalcante, Silvia Maria Santiago e Zigomar
32 Menezes de Souza; as doutoras Adriane Martins Soares Pelissoni e Raluca Savu; os senhores
33 Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza, Paulo
34 Eduardo Fávero, Thiago Baldini da Silva; e os acadêmicos Bruna Bimbatti, Esther Bittencourt
35 Vasconcelos Dias e Simion Cruz. Justificaram ausência à Sessão o Magnífico Reitor, Antonio
36 José de Almeida Meirelles, e os seguintes conselheiros: Roberta Cunha Matheus Rodrigues,
37 sendo substituída pela conselheira Maria Helena de Melo Lima; Paulo José Rocha de
38 Albuquerque, sendo substituído pela conselheira Mariana Rodrigues Ribeiro dos Santos;
39 Augusto César da Silveira, sendo substituído pelo professor Marcelo Dotti; Simone
40 Appenzeller, sendo substituída pelo conselheiro Marcelo de Oliveira Terra Cunha; Wagner de

1 Melo Romão, sendo substituído pela conselheira Glaucia Maria Pastore; Marcelo Alves da
2 Silva Mori; Muriel de Oliveira Gavira; Patricia Kawaguchi Cesar, sendo substituída pelo
3 conselheiro Fábio Aparecido de Jesus; João Mateus Silva Feitoza, sendo substituído pelo
4 conselheiro Seyedmehdi Mohammadzadeh; e Eliana da Silva Souza. Havendo número legal, a
5 SENHORA PRESIDENTE dá início à Centésima Octogésima Oitava Sessão Ordinária do
6 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma presencial.
7 Solicita aos membros titulares que façam o *login* no *site* da Secretaria Geral e acessem o menu
8 Consu - Sessões para que suas presenças sejam registradas e para que recebam as cédulas de
9 votação. Quando estiverem logados, todos os documentos ficarão acessíveis. Lembra que é
10 imprescindível que os conselheiros utilizem os computadores da sala e que não fechem a página
11 da SG (menu Sessões). Caso a cédula de votação não apareça para algum conselheiro, este
12 deverá aguardar a finalização da votação em curso e, em seguida, pedir a palavra para declarar
13 seu voto no microfone. Para manifestação, os conselheiros deverão levantar a mão e respeitar
14 o limite temporal de cinco minutos para a Ordem do Dia e de três minutos para o Expediente.
15 A inscrição para o Expediente deve ser realizada por meio do livro de inscrições que se encontra
16 sobre a mesa lateral à sua direita. Dá as boas-vindas ao diretor da Faculdade de Ciências
17 Farmacêuticas, Prof. Dr. Jörg Kobarg, e à diretora associada, Profa. Dra. Wanda Pereira
18 Almeida, cujos mandatos são de 19.08.24 a 18.08.28. Informa que estão disponíveis no *site* da
19 SG os pareceres CLN referentes aos itens 03 e 04 da Ordem do Dia. Informa também que, em
20 atendimento à Deliberação Consu nº 32/2024, o Gabinete do Reitor vai publicar a composição
21 da comissão de acompanhamento do projeto denominado Instituto de Otorrinolaringologia e
22 Cirurgia de Cabeça e Pescoço (IOU), para a qual se sugere a seguinte composição: 01 Diretor
23 da área de Ciências Biomédicas; 01 Diretor da área de Ciências Exatas; 01 Diretor da área de
24 Ciências Humanas, Sociais e Artes; 01 Diretor da área de Ciências da Engenharia: 01
25 Representante Docente; 01 Representante dos Servidores; 01 Representante Discente. Desse
26 modo, solicitam indicação de membros que desejem participar da comissão, e que, ao longo da
27 reunião, falem com a Secretaria Geral. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Centésima
28 Octogésima Sétima Sessão Ordinária, realizada em 06 de agosto de 2024, consultando se há
29 observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 08
30 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 11 itens, informando que os itens 01 – Proc. nº 11-P-
31 23982/2024 –, 02 – Proc. nº 01-P-17826/2024 –, 04 – Proc. nº 01-P-26543/2023 – e 07 – Proc.
32 nº 01-D-49851/2023 – já estão destacados pela Mesa, que também propõe a retirada de pauta
33 do item 03 – Proc. nº 01-P-1190/2021. Consulta se há destaques por parte dos conselheiros. A
34 Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ e o Conselheiro FLAVIO
35 HENRIQUE BAGGIO AGUIAR destacam o item 08 – Proc. nº 01-D-30565/2024 –, do
36 Hospital de Clínicas. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA TERRA CUNHA destaca o
37 item 06 – Proc. nº 01-D-33486/2024. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN
38 destaca o item 05 – Proc. nº 01-P-22299/2024. Não havendo mais destaques, submete à votação
39 a retirada de pauta do item 03 – Proc. nº 01-P-1190/2021 –, que trata de proposta de Deliberação
40 que altera Deliberação Consu-A-006/2021, que dispõe sobre a adoção de cotas para candidatos

1 negros (pretos e pardos) em concursos e processos seletivos públicos da Carreira Paepe, que é
2 aprovada com 63 votos favoráveis e 02 abstenções. Em seguida, submete à votação os itens não
3 destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados, com 02 abstenções, os pareceres que
4 subsidiaram os seguintes processos: G - Suplementação de Recursos – b) Plano Plurianual de
5 Investimentos – PPI – 09) Proc. nº 01-D-25876/2024, do Museu de Artes Visuais – Solicitação
6 da Depi de recursos do PPI no valor de R\$1.943.826,41, para reforma e ampliação da nova sede
7 do Museu de Artes Visuais da Unicamp – Informação Depi/GEMP23/24, Informação Aeplan-
8 1122/24 e Pareceres COP-Consu-23/24 e CAD-16/24. 10) Proc. nº 01-P-7821/2024, da
9 Procuradoria Geral – Solicitação da DEPI de recursos do PPI no valor de R\$1.170.389,35, para
10 reforma das salas da Procuradoria Geral da Unicamp – Informação Depi/GEMP-15/24,
11 Informação Aeplan-1126/24 e Pareceres COP-Consu-22/24 e CAD-17/24. H – Comissão
12 Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – Indicação de Membros – Portaria
13 GR-129/1979 – 11) Proc. nº 01-P-605/1968, da Comissão Permanente de Dedicção Integral à
14 Docência e à Pesquisa – Indicação de representantes titulares e suplentes das áreas de Ciências
15 Exatas e Ciências Biomédicas, com mandato de 02 (dois) anos a partir de 03.10.24 – Ofícios
16 CPDI-01/24 e Consu-11/24, como segue: Representação da Área de Ciências Exatas: Titular:
17 Profa. Dra. Heloise de Oliveira Pastore Jensen – IQ e Suplente: Profa. Dra. Carola Dobrigkeit
18 Chinellato – IFGW. Representação da Área de Ciências Biomédicas: Titular: Prof. Dr.
19 Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira – IB e Suplente: Prof. Dr. Antonio Carlos de Moraes –
20 FEF. A SENHORA PRESIDENTE, por solicitação do professor Ricardo Carneiro, inicia pelo
21 item 02 – Proc. nº 01-P-17826/2024 –, que trata de proposta de concessão do Título de Doutor
22 *Honoris Causa*, nos termos dos artigos 158 e 159 dos Estatutos da Unicamp, apresentada pelo
23 Instituto de Economia ao senhor Celso Luiz Nunes Amorim. O Professor RICARDO DE
24 MEDEIROS CARNEIRO diz que se sente honrado com a designação para acompanhar essa
25 comissão, da qual participou na qualidade de presidente, e que foi composta também pelo
26 professor Alvaro Penteadó Crósta, do Instituto de Geociências, e o professor Carlos Aguiar de
27 Medeiros, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O parecer inicial contou com a
28 colaboração inestimável do professor Christiano Lyra Filho e foi bastante utilizado pela
29 comissão. Atuar na comissão, em meio aos trabalhos do eminente embaixador Celso Amorim,
30 deu-lhe a oportunidade de conhecer outra faceta menos visível do seu trabalho. Todas as facetas,
31 especificamente a intelectual, e mesmo a acadêmica e a cultural, são eclipsadas pelo seu papel
32 como um dos mais importantes chanceleres da república brasileira. Foi essa a oportunidade que
33 teve de conhecer mais profundamente a sua ação e ler os seus livros, que são muitos, como obra
34 propriamente intelectual. Não tem dúvida, e a comissão também não, que as qualificações do
35 embaixador Celso Amorim excedem os requisitos do Regimento Geral da Unicamp para a
36 concessão de Título de Doutor *Honoris Causa*. Um ponto importante é o pertencimento do
37 embaixador aos quadros do Itamaraty, que é uma grande instituição brasileira, que faz a política
38 internacional brasileira com base em uma reflexão intelectual muito profunda e continuada.
39 Mas o embaixador Celso Amorim é uma figura peculiar, desse ponto de vista, porque ele é
40 autor, por exemplo, de oito livros e uma dezena de artigos, mais outras dezenas de intervenções

1 escritas, orais etc. Está destacando esse aspecto porque os outros, como a participação de todas
2 as negociações internacionais importantes e o fato de ter levado o Brasil a um protagonismo,
3 do ponto de vista internacional, são, de certa forma, conhecidos pelos membros deste Conselho,
4 pelo papel que ele teve. A sua contribuição intelectual e o seu método de pesquisa são menos
5 conhecidos, e a comissão destacou isso no parecer, que está anexo à documentação da Ordem
6 do Dia, e é uma leitura bastante ilustrativa para se aprofundar nesse aspecto. Olhando pelos
7 vários pontos de vista, sobretudo do ponto de vista da obra intelectual, crê que é extremamente
8 merecida a concessão do título ao embaixador. O Conselheiro CÉLIO HIRATUKA diz que
9 para o Instituto de Economia é uma honra apresentar o nome do doutor Celso Amorim como
10 Doutor *Honoris Causa* pela Unicamp. Agradece ao professor Christiano Lyra pelo estímulo
11 dado, que o procurou e, em conjunto com o Instituto, propôs essa homenagem. Agradece
12 também aos professores Ricardo Carneiro, Alvaro Crósta e Carlos Medeiros pelo excelente
13 parecer que foi realizado, muito completo, e que demonstra o conjunto de atividades
14 intelectuais, mas não apenas intelectuais, atividades que, de fato, alteraram o *status* do Brasil
15 no panorama internacional. É muito natural que essa proposta tenha partido do Instituto de
16 Economia, em conversa com o professor Christiano, do IdEA, porque, de uma certa maneira,
17 toda a visão do embaixador Celso Amorim, como está ressaltado no parecer, parte de uma ideia
18 de que as relações internacionais são, por sua própria natureza, extremamente hierárquicas do
19 ponto de vista financeiro e monetário, o professor Ricardo trabalhou muito com esse tema, do
20 ponto de vista produtivo e tecnológico, e também do ponto de vista cultural. E todo o esforço
21 que foi feito, do ponto de vista intelectual, mas também do ponto de vista da própria atuação
22 direta do embaixador Celso Amorim, foi no sentido de mostrar para o conjunto do sistema de
23 relações internacionais que o sul global, os países chamados em desenvolvimento, deveriam ter
24 uma voz mais ativa no mundo em transformação, no mundo onde a bipolaridade ia já mostrando
25 seus limites. Talvez o embaixador Celso Amorim tenha sido a personificação dessa voz de um
26 conjunto de países, não apenas o Brasil, países em desenvolvimento, que buscavam justamente
27 maior participação nos organismos multilaterais montados no pós-guerra. Isso é muito aderente
28 à forma como o Instituto de Economia aborda as relações internacionais, portanto considera a
29 indicação do título muito justificada, e a leitura do parecer com certeza vai embasar todos os
30 membros deste Conselho a votar favoravelmente. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL
31 VELASCO E CRUZ agradece e parabeniza os colegas do Instituto de Economia por essa
32 indicação. Não vai acrescentar nada ao que os professores Ricardo Carneiro e Célio Hiratuka
33 já disseram sobre os méritos deste que foi para ele não apenas um dos melhores chanceleres da
34 história do Brasil, mas um dos melhores chanceleres do mundo no início do presente século.
35 Essa indicação honra a Universidade e, em particular, o seu Instituto de Economia, dado o seu
36 compromisso com o desenvolvimento nacional e a mudança qualitativa do lugar do Brasil e dos
37 países do sul global no mundo, na melhor tradição de Celso Furtado. O Conselheiro
38 FERNANDO SARTI chama a atenção para três dimensões importantes do doutor Celso
39 Amorim. A primeira, que acha que ficou clara em toda a documentação, é o intelectual de
40 primeira linha, o acadêmico, com vários trabalhos científicos, em uma área bastante delicada,

1 que são as relações internacionais. Destaca que, em um mundo hoje tão conflagrado como
2 observam, Celso Amorim foi, certamente, uma das pessoas que sempre chamou para o diálogo.
3 Celso tem essa capacidade ímpar de conversar com diferentes figuras do cenário internacional,
4 com uma capacidade como diplomata de, muitas vezes, reunir e tirar acordos absolutamente
5 impossíveis, muito na linha do que é a diplomacia brasileira, que teve um grande representante,
6 que foi Sérgio Vieira de Mello, que, aliás, tem uma cátedra dentro desta Universidade. E, por
7 último, um ponto importantíssimo também a ser destacado do doutor Celso Amorim é a sua
8 defesa em termos da soberania nacional. Soberania, seja ela do ponto de vista político, seja do
9 ponto de vista econômico, mas, sobretudo, do ponto de vista tecnológico. O Conselheiro
10 FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO cumprimenta o Instituto de Economia pela
11 indicação de Celso Amorim para receber o título de Doutor *Honoris Causa*. Fica duplamente
12 contente porque, primeiro, vê a Universidade expandindo os reconhecimentos a grandes figuras
13 nacionais para receber esses prêmios de honra. A Unicamp não tem muita tradição de fazer
14 esses reconhecimentos de *Honoris Causa*, e estar se abrindo para fazer esses reconhecimentos
15 de figuras tão fundamentais para a política brasileira, para a vida brasileira, é de fundamental
16 importância. Sobretudo, no caso do doutor Celso Amorim, juntando-se aos colegas que já
17 falaram anteriormente, mas se prendendo à palavra do professor Kaysel, que é exatamente o
18 fato de ele ter contribuído para mudar completamente a geopolítica brasileira no mundo. Como
19 um grande diplomata e com todo o caminho político que ele fez, ele mudou completamente a
20 forma de o Brasil se ver e se colocar no mundo. Portanto, o Instituto de Economia e a
21 Universidade estão de parabéns por reconhecer essa figura de notável importância dentro do
22 cenário político brasileiro. Não havendo mais observações, a SENHORA PRESIDENTE
23 submete à votação a matéria, que é aprovada com 65 votos favoráveis e 01 abstenção, através
24 de votação nominal, obedecendo a exigência de 2/3 dos votos dos membros em exercício,
25 conforme lista anexa. Agradece à comissão pelo parecer que foi realizado e fica concedido,
26 então, o título de doutor honoris causa ao Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim. Passa ao
27 item 01 – Proc. nº 11-P-23982/2024 –, que trata de proposta de concessão do Título de
28 Professora Emérita, nos termos dos artigos 158 e 159 dos Estatutos da Unicamp, apresentada
29 pelo Departamento de Química Orgânica do Instituto de Química à Professora Doutora Anita
30 Jocelyne Marsaioli. A proposta foi apresentada pelo Departamento de Química Orgânica do
31 Instituto de Química e será apresentada pelo professor Rogério Custódio. O Professor
32 ROGÉRIO CUSTODIO diz que para ele é uma alegria muito grande voltar ao Consu depois de
33 um bom tempo, e em uma situação honrosa, que é fazer alguns comentários sobre a
34 possibilidade de concessão do Título de Professora Emérita para a professora Anita Marsaioli.
35 Poderia fazer aqui uma repetição do que foi apresentado no parecer da comissão, que foi
36 elaborado pela professora Maria Fátima da Silva, da Universidade Federal de São Carlos, pela
37 professora Marília Goulart, da Universidade Federal de Minas Gerais, e a comissão é unânime
38 no sentido de que é extremamente favorável à concessão do título. Ficou pensando como faria
39 o destaque da carreira da professora: poderia fazer um resumo numérico do volume e da
40 qualidade dos trabalhos publicados; falar do índice H, que é considerável; da participação

1 institucional como diretora do CPQBA; sobre a distinção de ser membro da Academia
2 Brasileira de Ciências; poderia fazer um resumo de tudo o que já foi colocado no parecer da
3 comissão, mas tem uma coisa que persiste no seu pensamento. Nos seus 40 anos de Unicamp,
4 essa é uma das raras vezes em que vê a congregação do Instituto de Química se manifestar
5 unanimemente pela concessão de um título, algo que só aconteceu duas vezes. O Instituto é
6 muito reservado com relação à concessão de títulos, pois o corpo docente dificilmente avalia
7 apenas a carreira, já que ele não consegue dissociar em grande parte a carreira da pessoa. Então,
8 para chegar a ter unanimidade, o docente tem que ter tido uma carreira excepcional e ser
9 igualmente uma pessoa excepcional. Esse é o ponto que destacaria em relação à professora
10 Anita: ela tem uma produção impressionante, tem títulos, tem uma série de outras coisas, mas
11 durante todo o seu período de vivência ou de vida dentro da Universidade ela sempre foi uma
12 pessoa admirada, respeitada e conciliadora. É uma pessoa que, de certa forma, consegue fazer
13 com que sintam paixão pela área, sintam vontade de se dedicar ao desenvolvimento de pesquisa,
14 sintam prazer em dar aula, sintam-se bem dentro do ambiente em que foram contratados, em
15 que foram incumbidos de trazer algum tipo de geração de conhecimento. Assim, o ponto que
16 destacaria, sem dúvida, é a unanimidade da congregação do Instituto de Química com relação
17 à possibilidade de concessão do Título de Professora Emérita para a professora Anita, que tem
18 todos os méritos qualitativos, quantitativos para que isso seja aprovado pelo Conselho
19 Universitário. Agradece muito a honra de estar aqui hoje fazendo esta manifestação com relação
20 à concessão desse título. A SENHORA PRESIDENTE agradece ao professor Rogério e às
21 professoras Maria de Fátima das Graças Fernandes da Silva e Marília Oliveira Fonseca Goulart,
22 que compuseram a comissão de avaliação. O Conselheiro CLAUDIO FRANCISCO
23 TORMENA agradece, em nome do professor Rogério, o parecer que foi emitido pela comissão.
24 Na linha do que o professor Rogério já colocou, não vai entrar no mérito em relação aos
25 números, porque isso já está no parecer, e é fácil de obter via Currículo Lattes, Web of Science
26 etc. Vai se ater à pessoa da professora Anita. Não fez sua graduação na Unicamp, veio para cá
27 um bom tempo atrás para fazer sua pós-graduação, e na época o Instituto de Química oferecia
28 um curso preparatório para o exame de ingresso na pós-graduação, que era oferecido em janeiro.
29 A professora Anita passava todo mês de janeiro ministrando aulas nesse curso preparatório para
30 o exame de ingresso na pós-graduação. Isso já mostra a dedicação e o brilho que ela tinha no
31 olhar ministrando aquelas aulas com o calor de janeiro em Campinas. Após o seu ingresso na
32 pós-graduação, também teve o prazer de ser aluno da professora Anita; seu orientador era outro
33 professor da unidade, mas trabalhavam em áreas correlatas, e quando participava de eventos na
34 área, a professora Anita sempre estava presente. Depois teve a honra de fazer parte do
35 departamento em que a professora Anita foi docente por longos anos, e uma coisa que marca a
36 professora Anita e que sempre lhe chamou a atenção é que ela nunca escolheu disciplina no
37 departamento. Em toda distribuição de carga didática ela sempre se colocava à disposição para
38 ministrar as aulas que o departamento precisasse. Isso mostra a pessoa da professora Anita, e
39 com base nisso encaminha a este Conselho, respeitosamente, a aprovação da concessão do
40 Título de Professora Emérita à professora Anita. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO

1 SANTOS COELHO diz que não poderia deixar de se manifestar a respeito dessa indicação do
2 seu departamento de origem para a concessão do título à professora Anita Marsaioli. É um
3 motivo de grande satisfação saber que a professora Anita tem esse reconhecimento; ela é da
4 área de Química de Produtos Naturais e criou uma escola que distribuiu pessoas pelo Brasil
5 todo. Realmente é algo de que fica muito orgulhoso de saber e poder ter trabalhado com a
6 professora Anita durante bastante tempo. Uma coisa que já foi falada a respeito dela é a
7 disponibilidade e o comprometimento institucional da professora Anita. Ela nunca deixou cair
8 a qualidade de sua pesquisa e sempre esteve disponível para fazer todas as coisas que o
9 departamento e o instituto pediam. Ela dava aula aos sábados, às sextas-feiras à noite, fazendo
10 parte de um grupo de professores que está, ao longo do tempo, talvez ficando um pouco mais
11 difícil de encontrar, que estava o tempo todo comprometida com a instituição, disponível para
12 fazer todo o trabalho que fosse necessário em prol da instituição. Sem dúvida nenhuma,
13 internamente e externamente ela se projetou como uma pesquisadora de alto nível na área de
14 pesquisa, e algo que ela tem como característica, que considera brilhante, é a diversidade. Ela
15 abriu linhas de pesquisa em áreas completamente distintas, todas elas conversando com a
16 Química de Produtos Naturais avançando para as áreas ômicas, pensando na Química de
17 Produtos Naturais. Sempre é muito positivo quando há pessoas com o padrão da professora
18 Anita sendo reconhecidas com esse título, que é absolutamente merecido, já que a professora
19 Anita é um dos símbolos da Química brasileira, sem nenhuma dúvida. A Conselheira ANA
20 MARIA FRATTINI FILETI diz que é uma satisfação enorme ter este item na pauta, agradece
21 à congregação do Instituto de Química que fez a sugestão do nome da professora Anita. Parte
22 de sua formação profissional deve muito a ela, pois foi sua aluna de iniciação científica
23 enquanto estudante de Engenharia Química. Ela lhe despertou o prazer de participar das suas
24 pesquisas e pôde estar presente em várias das realizações que ela teve na sua vida. Um bom
25 tempo depois, recebeu um convite dela para ser sua vice-diretora no CPQBA, então teve
26 também a satisfação de estar ao lado dela em um cargo administrativo pesado, na administração
27 do CPQBA, e depois continuou como diretora de lá. Aprendeu muito com ela, que é uma pessoa
28 incontestavelmente merecedora desse título, então é uma grande satisfação e uma emoção
29 enorme poder estar aqui e presenciar este momento. Tem muita satisfação de declarar seu voto
30 absolutamente favorável ao Título de Professora Emérita à professora Anita. Não havendo mais
31 observações, a SENHORA PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é aprovada por
32 unanimidade, com 64 votos favoráveis, através de votação nominal, obedecendo a exigência de
33 2/3 dos votos dos membros em exercício, conforme lista anexa. Portanto, fica concedido o
34 Título de Professora Emérita à professora Anita Jocelyne Marsaioli. Passa ao item 04 – Proc.
35 nº 01-P-26543/2023 –, que trata de proposta de Deliberação que altera a Deliberação Consu-A-
36 032/2017, que dispõe sobre os sistemas de ingresso aos cursos de Graduação da Unicamp. Para
37 apresentar resumidamente a proposta, convida a professora Ana Maria Fonseca de Almeida. A
38 Professora ANA MARIA FONSECA DE ALMEIDA agradece pelo convite para participar
39 desta reunião e desta discussão. Como devem estar lembrados, estão voltando com esse assunto
40 que primeiro foi apresentado para ciência na continuação da 186ª Sessão do Consu, realizada

1 em junho deste ano. Hoje, será apresentado o texto final da deliberação que está sendo
2 apresentada como proposta a ser votada, depois de ter sido discutida nas unidades e ter recebido
3 observações e sugestões de colegas e, em especial, do Coletivo Anticapacitista Adriana Dias.
4 Explica que essa deliberação foi apresentada como resultado do relatório do GT, e esse GT,
5 como parte dessa proposta, se baseia em alguns princípios. A ideia de inclusão de pessoas com
6 deficiência no ensino superior é um princípio fundamental para qualquer sociedade que busca
7 a igualdade de oportunidades e a promoção dos direitos humanos. Para que essa inclusão seja
8 efetiva, é necessário não apenas garantir o acesso, mas também criar políticas específicas que
9 assegurem a permanência e o pleno desenvolvimento acadêmico desses estudantes. E o GT
10 propõe o desenvolvimento de uma política específica para o ingresso e para a permanência
11 baseada em princípios legais e também nos exemplos, que estão se avolumando, de
12 universidades que têm feito trabalhos bastante eficazes nessa direção. O relatório mostra que
13 essa proposta está estreitamente alinhada com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é uma
14 lei de 2015, e com o princípio da avaliação biopsicossocial da deficiência. No entanto, não há
15 ainda um instrumento normatizado que possa ser usado em uma deliberação como essa para
16 orientar os trabalhos de avaliação. Uma questão que vão discutir diz respeito à definição de
17 quem são as pessoas com deficiência que essa política pretende atingir e como identificá-las.
18 Estão hoje deliberando sobre essa proposta de alterações na Deliberação Consu-A-032/2017,
19 que é uma deliberação ampla que trata de todos os aspectos relacionados ao ingresso na
20 graduação na Universidade. Também desenvolveram uma orientação sobre ingresso nos
21 colégios, mas isso será tratado oportunamente porque, em função do calendário de ingresso,
22 não há tempo para que essa medida seja adotada este ano. Também vai ficar para um outro
23 momento uma discussão mais ampla que já está ocorrendo em vários órgãos da Universidade
24 sobre esse desenvolvimento do Plano para Acessibilidade Estudantil, que está sob a
25 responsabilidade conjunta da Comissão de Acessibilidade da DeDH, do SAE e da Depi. A
26 primeira mudança na Deliberação-A-032/2017 é a introdução do parágrafo segundo no Artigo
27 1º, definindo que “será adotada a reserva de vagas para optantes por cotas para Pessoas com
28 Deficiência, que incidirá sobre a oferta das vagas indicadas no inciso II deste artigo”, que são
29 as vagas disponibilizadas para o edital Enem. No capítulo 2, que trata do edital Enem, no artigo
30 5º consta uma definição, também importante, de que “As vagas dos cursos de graduação da
31 Unicamp, oferecidas pelo edital com notas do Enem, serão distribuídas da seguinte forma: IV -
32 vagas para estudantes optantes pelas cotas para pessoas com deficiência, sendo: a) uma ou duas
33 vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas ou privadas,
34 subtraídas das vagas referidas no inciso I, quando vagas regulares; b) ou até 5% do total das
35 vagas do curso, em caso de vagas adicionais”. A definição fica a cargo dos cursos e das unidades
36 que gerenciam os seus cursos. O artigo 14-B define que “para a reserva de vagas previstas nesta
37 deliberação, as deficiências serão consideradas conforme o *caput* do artigo 2º da Lei Federal nº
38 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, os parágrafos 1º e 2º do
39 artigo 1º da Lei nº 12.764, 2012, que trata do transtorno do espectro autista, o parágrafo 1º do
40 artigo 5º do Decreto Federal nº 5.296/2004, o artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, e o previsto

1 na Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça”. Há uma preocupação em garantir uma
2 segurança jurídica desse processo, portanto quanto mais a deliberação se apoiar na legislação
3 já existente, menos turbulências podem esperar na sequência. Estão seguindo uma série de
4 iniciativas que já foram encampadas por outras universidades e por outras instituições que lidam
5 com essa questão e que avançaram nessa direção. Essa legislação toda significa, basicamente,
6 esse apoio jurídico para a questão e não define necessariamente alguns dos protocolos que serão
7 adotados após o processo de seleção para as vagas reservadas. O artigo 14-C estabelece que
8 “As vagas para as pessoas com deficiência serão disponibilizadas no edital Enem Unicamp,
9 sendo aberta a possibilidade de participação tanto de candidatos de escolas públicas quanto
10 privadas”. O artigo 14-D cita que “O candidato com deficiência indicará no ato da inscrição se
11 é optante pelo sistema de reserva de vagas”, e de acordo com toda essa legislação que vem
12 mobilizando, o artigo 14-E coloca que “A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição
13 desse mecanismo de reserva de vagas e poderá participar de todos os demais sistemas de
14 ingresso na Unicamp”. Na sequência, o artigo 14-F menciona que “A pessoa com deficiência
15 deverá comprovar, conforme especificado no edital Enem Unicamp, o tipo de deficiência,
16 anexando documentos médicos comprobatórios que venham solicitados no ato da inscrição”.
17 Esclarece que essa é uma exigência da legislação, inclusive da legislação mais recente, que se
18 apoia sobre toda a normatização que cerca o Estatuto da Pessoa com Deficiência. No artigo 14-
19 G, consta que “Caberá à Comvest, com participação da Deape e DeDH, organizar uma junta de
20 especialistas específica para os candidatos aprovados, em etapa anterior à matrícula, para
21 avaliação e validação dos documentos médicos apresentados no ato da inscrição”. Esse é um
22 ponto que precisa ficar bastante claro; haverá uma normatização específica posterior para o
23 funcionamento e para os critérios a serem usados por essa junta. O GT e outros órgãos da
24 Unicamp que estão envolvidos com esse trabalho já sinalizaram que a avaliação de preferência,
25 a avaliação a ser adotada é essa que se baseia nesse princípio da avaliação biopsicossocial por
26 uma equipe multiprofissional e interdisciplinar que vai analisar esses documentos. Não se trata
27 aqui, e essa deliberação não define isso, de se basear apenas no discurso médico, então é bom
28 que a comunidade fique bem esclarecida, para fazer a avaliação da documentação. Ao contrário,
29 há um alinhamento bastante estreito entre o que está sendo proposto como política da Unicamp
30 com as iniciativas que estão sendo avançadas pelo governo federal nessa área. Isso não foi
31 explicitado no artigo porque ainda não há normatização sobre a avaliação biopsicossocial. O
32 governo federal definiu um GT, que preparou um instrumento que é muito interessante, que
33 têm estudado e discutido; o SAE preparou um webinar muito interessante sobre isso, que vale
34 a pena ver, está disponível na internet, e no momento em que esse instrumento for normatizado,
35 a Unicamp pode adotá-lo. Para finalizar, o capítulo VIII traz as disposições transitórias, cujo
36 artigo 1º estabelece que “A adesão dos cursos à reserva de vagas para PCDs deve ser gradativa,
37 considerando as peculiaridades de cada curso, a questão da acessibilidade e as condições de
38 oferecimento do ensino de graduação, de acordo com o cronograma”, que coloca dois, três ou
39 cinco anos dependendo das condições. E, por fim, no parágrafo único desse artigo, fica definido
40 que “O calendário poderá ser adaptado, caso não haja condições adequadas para a oferta de

1 vagas, mediante autorização do Conselho Universitário”. Então, há uma intenção de respeitar
2 bastante a especificidade de cada contexto. O artigo 2º das Disposições Transitórias coloca que
3 “As unidades de ensino, pesquisa e extensão deverão manifestar à Comvest, mediante decisão
4 da congregação, a adesão à reserva de vagas para pessoas com deficiência e sobre o prazo
5 indicado no artigo anterior, informando se as vagas são adicionais ou regulares”. Por fim, o
6 último artigo que lhes interessa aqui cita que após cinco anos de abertura das primeiras vagas
7 será realizada uma análise dos resultados da política de reserva de vaga e das políticas
8 desenvolvidas para a inclusão, com envio de relatório ao Consu. Isso não impede que revisões
9 possam ser propostas a qualquer momento do processo. Quando as instituições mudam, é
10 necessário o envolvimento de todos para garantirem que as considerações mais relevantes e
11 importantes sejam levadas em conta, de forma que possam, de fato, beneficiar os grupos que
12 são alvo dessa política tão importante. Coloca-se à disposição para esclarecer eventuais
13 questões e dúvidas. A Acadêmica BRUNA BIMBATTI diz que vai fazer sua autodescrição: é
14 uma mulher branca de cabelos pretos bem curtos e está com uma camisa lilás com motivos
15 florais. Representa aqui hoje com muito orgulho o Coletivo Anticapacitista Adriana Dias. E é
16 com base nos debates que realizaram na audiência pública do dia 16 de maio e com base em
17 uma crítica à adoção inicial de uma definição de deficiência defasada e estrita ao decreto de
18 2004 citado anteriormente que exalta a adoção da Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida
19 como Estatuto da Pessoa com Deficiência na definição legal que serve de base para a política
20 de reserva de vagas. A inclusão efetiva das pessoas com deficiência no ambiente acadêmico de
21 fato precisa de um embasamento legal forte para garantir que elas reflitam a realidade e os
22 avanços nas políticas de inclusão. O decreto de 2004 foi importante no seu tempo, embora hoje
23 em dia o considerem limitado, por ser uma lista fechada de condições exclusivamente
24 consideradas do lado médico. Fará um relato pessoal: pelo decreto de 2004, não é considerada
25 pessoa com deficiência, dada a raridade da sua condição. Como é uma lista fechada de
26 condições médicas, a sua não está inclusa, mesmo tendo limitações significativas de função, de
27 força e de destreza dos membros superiores. Pela Lei Brasileira de Inclusão que vai ser adotada
28 como critério de deficiência nessa proposta a ser votada, é reconhecida nas suas limitações e na
29 sua condição de pessoa com deficiência. Para aqueles que não tiveram oportunidade de ler o
30 artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão, cita: “A pessoa com deficiência é aquela que tem um
31 impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial na interação
32 com uma ou mais barreiras que obstruem a participação plena e efetiva na sociedade e igualdade
33 de condição com as demais pessoas”. Acha importante ressaltar isso, que aqui existem
34 elementos médicos, existem elementos sociais e existem elementos, como foi mencionado, que
35 vão embasar a avaliação biopsicossocial. Então, é uma visão muito mais completa,
36 interdisciplinar da deficiência. Vale lembrar também que a Lei Brasileira de Inclusão é
37 embasada na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que é uma convenção
38 da ONU que foi ratificada pelo Brasil com o decreto de 2009. E a abordagem muito mais ampla
39 e inclusiva da deficiência por esses instrumentos legais vai permitir de fato uma inclusão
40 verdadeira das pessoas com deficiência em sua ampla diversidade, refletindo de fato o que é a

1 população com deficiência. A deficiência, no limite, é a limitação produzida por uma barreira
2 na relação entre uma condição biológica e uma situação social impeditiva no acesso ao direito
3 das pessoas. Agradece à Mesa, aos conselheiros presentes, e repete o lema que já citou aqui em
4 uma ocasião anterior: “Nada sobre nós sem nós”. O Acadêmico SIMION CRUZ diz que vai
5 começar fazendo sua autodescrição: é uma pessoa preta, de pele clara, está usando uma camiseta
6 roxa e utiliza uma bengala para caminhar. Saúda todos os presentes e fala em nome do Coletivo
7 Anticapacitista Adriana Dias, assim como a acadêmica Bruna falou anteriormente. Acha que
8 estão vivendo um momento histórico na Unicamp, em que de fato agora conseguirão trazer a
9 inclusão aqui para dentro. E quando diz inclusão, diz também sobre um espaço de
10 representatividade; garantir e afirmar que pessoas com deficiência tenham um espaço reservado
11 dentro da Universidade é demonstrar para essa pessoa que ela pode produzir, que ela pode estar
12 disponível no mercado de trabalho, que ela pode se formar e sair de uma instituição com um
13 diploma. Há muitas pessoas com deficiência que são agenciadas por seus membros familiares,
14 pela sociedade, guardadas em quartos, e não têm oportunidade de ter um diploma, de falar por
15 si próprias. Chegou a hora de garantir que pessoas com deficiência possam adentrar o ambiente
16 acadêmico e produzir pesquisa, ir para o ambiente de trabalho, e, mais do que tudo, possam ser
17 representadas dentro de uma sociedade, falando de seus corpos por si mesmas. Pede a todos os
18 que votarão aqui hoje que se atentem a essa questão, se atentem que afirmar que a pessoa com
19 deficiência pode adentrar o espaço acadêmico é demonstrar a essa pessoa não só que ela tem
20 uma vaga garantida, mas demonstrar aos seus familiares, demonstrar para a sociedade que essa
21 pessoa é bem-vinda e que ela será aceita em um espaço acadêmico sem restrições. Muito se diz
22 que a Unicamp não tem um preparo estrutural e um preparo físico para adotar as cotas, no
23 entanto, é uma pessoa com deficiência e está aqui dentro. Dentro do coletivo, há várias outras
24 pessoas com deficiência que estão na Universidade e já estão produzindo, porém, elas furaram
25 uma barreira, furaram um limite social que as impede de adentrar esses espaços. Afirmando que
26 essas pessoas conseguirão e têm o direito de adentrar a Universidade é que vão se adequar não
27 só ao que a lei brasileira diz, mas vão se adequar ao que a sociedade deve ser, inclusiva,
28 representativa. Pede que todos se atentem ao que está sendo votado aqui hoje e que entendam
29 que a Unicamp não tem um espaço arquitetônico ideal no momento para atender pessoas com
30 deficiência, mas essas pessoas já estão aqui dentro e é hoje, neste momento, que podem garantir
31 o acesso delas. Precisam manter diálogo, construir pontes de diálogo entre as unidades, estão
32 tendo amplo diálogo entre as unidades e a Reitoria até o momento. Agradece por estarem aqui
33 hoje e agradece a cada um que vai votar favoravelmente ao tema em pauta. Finaliza dizendo
34 que Adriana Dias foi uma pesquisadora, assim como ele, que é estudante do IFCH, ela estudou
35 no IFCH, foi antropóloga, representou a luta, desfalcou células neonazistas do Brasil e era
36 portadora de uma doença rara. Pergunta quantas Adrianas Dias não vão adentrar esta
37 Universidade, produzindo, pesquisando e elevando a excelência da Unicamp. A Acadêmica
38 ESTER BITTENCOURT diz que fará sua autodescrição: é uma mulher branca, com cabelo
39 castanho escuro, ondulado, na altura dos ombros, usa óculos de armação fina, dourada e
40 redonda, uma camisa preta em que está escrito Palestina Livre, e argola e gargantilha prata.

1 Observa que, apesar de existirem as leis de acessibilidade garantidas constitucionalmente,
2 sabem que elas não são aplicadas como deveriam. E se na Unicamp já existem dificuldades,
3 existem outros lugares em que essa realidade é mais difícil ainda. Sabem que as
4 interseccionalidades existem, e que onde a vulnerabilidade social e o racismo ambiental se
5 apresentam de forma latente a dignidade de pessoas com deficiência pelas acessibilidades não
6 é concretizada. Se existem dificuldades de ingresso para pessoas com deficiência que cresceram
7 com certo conforto econômico e puderam pagar por uma educação de qualidade onde a
8 acessibilidade era pautada e priorizada, essa realidade é ainda mais difícil para pessoas com
9 deficiência que são atravessadas pela racialidade, a transgeneridade e classes econômicas mais
10 vulneráveis. As cotas étnico-raciais e o vestibular indígena mudaram radicalmente o perfil desta
11 Universidade, enriquecendo a ciência produzida aqui, e a Universidade avançou em sua
12 excelência com uma diversidade ainda maior de pesquisa, trazendo como central
13 conhecimentos que foram historicamente escanteados. Não podem mais ser objeto de estudo,
14 devem ocupar em peso a Unicamp, sendo sujeitos produtores de conhecimento científico,
15 estudando o que bem entenderem, e nunca mais entrando pelas portas dos fundos. A
16 Universidade muda vidas e é importante entrar, permanecer e formar. Por fim, diz que cota não
17 é esmola, é direito e reparação histórica. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz
18 que esperava ver na pauta uma tabela com o número de vagas que foram disponibilizadas por
19 cada curso. Não sabe se em algum momento isso vai aparecer ou se só vai mesmo aparecer no
20 edital da Comvest. Já que não há essa informação, traz aqui pelo menos o retorno do Imecc: a
21 congregação do Imecc aprovou duas vagas reservadas para estudantes PCD a partir já de 2025,
22 sendo essas vagas oferecidas como novas vagas no ingresso pelo Enem. O Instituto enviou um
23 documento para a PRG, do qual vai elencar alguns pontos aqui. Entendem que a inclusão é um
24 passo essencial para a diversidade e equidade na Unicamp, porém, para a execução dessa
25 inclusão, necessitam de apoio concreto da Administração superior, pelo menos nos seguintes
26 pontos: primeiro, a questão da informação. A informação sobre alunos PCD, incluindo
27 adaptações necessárias, precisa chegar rapidamente nas coordenações de curso e nos docentes.
28 Em particular, essas informações precisam ser enviadas aos docentes responsáveis pelas
29 disciplinas cursadas pelos alunos. Por exemplo, o Imecc tem muitas disciplinas de serviço,
30 então, se há um aluno que tem alguma necessidade de adaptação, mas ele é da Engenharia, ele
31 vai fazer até sete matérias do Imecc, então o Instituto também precisa saber disso. Está
32 comentando isso porque até o começo do ano isso só era enviado para a coordenação da unidade
33 de origem do aluno. O segundo ponto é que a Universidade tem que se preparar um pouco para
34 realizar adaptações na infraestrutura, mas não só na infraestrutura, nos recursos humanos e nos
35 sistemas em geral de apoio pedagógico. Atualmente, já existem muitas adaptações curriculares
36 em curso. Nas unidades de serviço, como é o caso do Imecc e de outras unidades, essa pouca
37 quantidade de alunos PCD que a Unicamp tem hoje em dia chega de forma muito intensa,
38 porque vem, por exemplo, um aluno da Engenharia, outro de Física, e todos eles acabam se
39 reunindo nas disciplinas do Imecc. Com a questão das adaptações curriculares, a demanda vai
40 aumentar e tem certeza de que a estrutura atual não vai ser suficiente, pois ela já não é suficiente

1 hoje, sem cotas no Enem. Considerando também que o curso de Licenciatura em Matemática é
2 noturno, e que lecionam várias disciplinas no período noturno, os preocupa bastante como será
3 o atendimento aos alunos PCD desses cursos, principalmente em termos de adaptações
4 curriculares. Os cursos noturnos têm uma carga horária bastante apertada, porque é só noturno,
5 e mesmo questões muito simples, por exemplo, como horário estendido para fazer prova
6 impacta hoje em dia na infraestrutura da Universidade. A aula do curso noturno acaba às 23
7 horas, mas todos sabem que às 22h40 as pessoas já começam a pedir para acabar a aula, porque
8 tem que fechar, porque tem que ir embora, no que as pessoas têm razão, inclusive, só que
9 precisam melhorar bastante a infraestrutura. É preciso também que os estudantes PCD da
10 Unicamp tenham direito, durante o curso, a pelo menos as mesmas adaptações que oferecem a
11 eles quando da realização do vestibular, ou quando da realização do Enem, seja com ledor, salas
12 individuais, salas com acessibilidade, provas adaptadas, e que essas adequações sejam
13 estruturadas pelos órgãos centrais da Universidade, porque acha que as unidades não têm como
14 criar essas condições. Além disso, e foi uma decisão da congregação do Imecc, consideram
15 fundamental a criação de uma comissão de acompanhamento, e que essa comissão incluia
16 representantes dos estudantes e dos coletivos, para que possam identificar as reais necessidades
17 desses alunos, e não fiquem fazendo adaptações para o aluno PCD pensadas por alguém que
18 não é PCD. Precisam ter a participação dos alunos e dos coletivos nessas comissões de
19 acompanhamento, e que também haja um canal de comunicação contínuo com os docentes,
20 porque o que veem hoje no Imec é que quando chega alguma adaptação curricular que
21 simplesmente não sabem como fazer, perguntam para um docente ou outro sobre suas
22 experiências, mas essas informações não circulam. Por uma feliz coincidência, ontem à noite
23 assistiu na TV a um programa chamado “Falas de Acesso”, que mostrou claramente como
24 vivem em uma sociedade capacitista, com exemplos de várias situações desagradáveis, para
25 falar o mínimo, pelas quais as pessoas com deficiência passam no dia a dia. Acha que se não
26 fizerem algum tipo de campanha institucional sobre como lidar com essa situação toda, vai
27 ocorrer isso no *campus*, então fica a sugestão de criar uma campanha ou alguma coisa parecida
28 para a maior conscientização das pessoas, para evitar desde gafes até crimes, como
29 discriminação por motivos de deficiência. Por fim, sobre a questão colocada pela acadêmica
30 Bruna, que também foi enviada por *e-mail* aos membros do Consu pelo Coletivo Anticapitista
31 Adriana Dias, em relação à mudança da lei, pergunta qual lei utilizam nos concursos Paepe, por
32 exemplo, e se de fato não seria o caso de ouvir o coletivo. Gostaria depois de talvez ouvir a
33 Procuradoria Geral, a doutora Fernanda, para esclarecer por que existem duas leis que
34 normatizam isso e como escolhem entre uma delas. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL
35 VELASCO E CRUZ diz que gostaria de começar em primeiro lugar fazendo uma breve
36 homenagem à recém-falecida colega Gilda Portugal Gouveia, professora aposentada do
37 Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que era uma
38 cadeirante e que foi uma das pessoas que o precedeu na condição de professor com deficiência
39 nesta Universidade. Acha que em um momento histórico como este, é uma homenagem mais
40 do que merecida. Gostaria também de homenagear quem já foi homenageado aqui pelos

1 estudantes do coletivo anticapacitista, a pesquisadora e antropóloga Adriana Dias, que, aliás,
2 também é uma ilustre predecessora no campo dos estudos sobre a extrema-direita, quando esse
3 assunto ainda não era moda. E, partindo dessa homenagem, gostaria de dizer, fazendo uma
4 terceira homenagem, que “voy a hablarles desde mi modesta y personal ceguera”, frase de
5 abertura da conferência no Teatro Colón, em 1974, do grande Jorge Luis Borges, seu
6 companheiro de infortúnio com o qual só divide essa condição. O talento literário, infelizmente,
7 não tem, e o reacionarismo, felizmente, também não tem. Como Borges dizia em seguida, ao
8 contrário do que as pessoas costumam pensar, os cegos não são todos iguais. Ele mesmo
9 relatava que, ao contrário do que se costuma pensar, ele não via tudo “preto”, mas sim em
10 borrões de cores, e essa é outra coincidência que compartilha com ele. Essa constatação pode
11 ser ampliada para o conjunto das pessoas com deficiência; como acabaram de ver pelas falas
12 dos três estudantes que o precederam, uma das quais, inclusive, é sua aluna neste momento, é
13 um mundo de grande diversidade. E, portanto, a acessibilidade e a inclusão não são pacotes
14 fechados que impõem às pessoas, mas são a disposição de reorganizar a vida social, a vida
15 coletiva de modo a contemplar essa diversidade, conjugando os princípios da igualdade e da
16 diferença. Nesse sentido, a acessibilidade não é apenas algo de interesse das pessoas com
17 deficiência, mas algo que produz um mundo e uma sociedade melhor para todas e todos. Por
18 exemplo, uma calçada acessível, seguindo os parâmetros do desenho universal, não é apenas
19 boa para um cadeirante ou para um cego, ela é boa para qualquer pessoa que nela caminha, para
20 um idoso, para um cardíaco, para alguém que simplesmente torceu o pé no dia anterior. Nesse
21 sentido, o passo que estão dando hoje aqui, assim como os passos que deram desde 2017, com
22 a adoção das cotas para pessoas pretas e pardas e indígenas, produzirá uma universidade melhor
23 para todas e todos. Em consonância com a fala do professor Ricardo, ninguém mais do que ele
24 aqui está consciente da enormidade dos desafios que possuem pela frente. Vive todos os dias a
25 condição do trabalho docente com o mínimo de apoio, mas pode dizer que se no seu ingresso
26 na Unicamp encontrou de maneira dura, nua e crua, a barreira do capacitismo, também
27 encontrou, nesses oito anos, sobretudo no IFCH, a solidariedade, a acolhida de um lugar que
28 considera hoje sua família profissional para a vida. Nesse sentido, tem certeza de que assim
29 será, com maiores ou menores dificuldades, com todas e todos os alunos e alunas que
30 ingressarem doravante. Sobre a pergunta que o professor Ricardo mencionou ao final, observa
31 que a legislação brasileira sobre os direitos das pessoas com deficiência é grande e esparsa
32 desde a Constituição de 1988, ponto de partida para o reconhecimento das demandas
33 democráticas de amplos setores excluídos da sociedade. Nesse sentido, a Lei Brasileira de
34 Inclusão - LBI, Lei 13.146/2015, citada pela professora Ana Maria na sua apresentação,
35 consolida essa legislação. Mas é necessário, do ponto de vista legal, retomar as leis anteriores
36 de modo a criar as condições mais sólidas para o ingresso das pessoas com deficiência, no
37 sentido tanto da garantia do amparo dos direitos destes e destas futuros alunos e futuras alunas,
38 como também para amparar a Universidade do ponto de vista institucional. Por fim, a
39 Universidade, isto é óbvio, não é acessível hoje e demorará bastante a sê-lo sob vários aspectos;
40 mas se a acessibilidade deveria interessar a todas e a todos, como disse de início, é inegável que

1 sem as pessoas com deficiência aqui dentro pouco ou nada se fará a esse propósito, como pouco
2 ou nada se fez até o presente, embora muito tenha começado a ser feito nos últimos anos. Nesse
3 sentido, é imperioso reconhecer que, no caso dessa política de ações afirmativas, devem criar
4 os problemas, como já disse em falas anteriores neste Conselho, para poderem encontrar, juntas
5 e juntos, as soluções envolvendo equipes multidisciplinares, envolvendo a Administração
6 Central e as unidades, e, evidentemente, as pessoas com deficiência que estão nesta Instituição,
7 com base, inclusive, no princípio enunciado pela acadêmica Bruna, “nada sobre nós sem nós”.
8 Para concluir, agradece a uma série de pessoas, não vai conseguir nomeá-las todas, a professora
9 Ana Maria Fonseca, o professor José Alves de Freitas Neto, todas e todos os integrantes do GT,
10 do qual, infelizmente, pôde pouco participar pelas circunstâncias da sua vida profissional no
11 último ano; à Deape, na figura da Adriane Pelissoni, que está aqui, do seu diretor, seu amigo
12 Sávio Cavalcante, que está aqui, à Edilene Donadon, da Depi, e a sua equipe, que tem feito um
13 trabalho importante; professoras Núbia Bernardi, da Comissão Assessora de Acessibilidade, e
14 Silvia Santiago, da Diretoria Executiva de Direitos Humanos, e a todas e todos que têm ajudado
15 a construir essa política, que espera que tornará menos difícil a vida de futuros alunos e alunas
16 com deficiência, menos difícil do que foi a sua vida. E isso que contou, como disse a acadêmica
17 Ester, com privilégios econômicos e sociais, dada a sua origem de classe, mas nem por isso
18 sofreu menos como pessoa com deficiência. Embora seja muito consciente de que pessoas com
19 deficiência pobres, que são a maioria delas, evidentemente sofrem muito mais. Mas, se pode
20 hoje dar uma contribuição como acadêmico, cientista e professor nesta Instituição, apesar dos
21 pesares, está seguro de que as novas e novos acadêmicos PCDs o farão ainda melhor nos anos
22 e décadas por vir. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que esse assunto
23 foi levado à congregação da FCM, o professor Eric e ele foram conversar antes com o professor
24 Ivan para entender melhor a política da Universidade, e existe um entendimento na Faculdade
25 de que a Universidade talvez nunca esteja totalmente acessível, dada a diversidade de condições
26 das pessoas com deficiência. Mas, como foi colocado aqui anteriormente, se não derem o
27 primeiro passo, não vão começar nunca, sempre estarão atrasados, e as demandas terão que ser
28 atendidas de acordo com as necessidades. A congregação da Faculdade de Ciências Médicas
29 aprovou, neste momento, uma vaga dentro do acesso pelo Enem, para o vestibular dos cursos
30 de Medicina e outra vaga para o curso de Fonoaudiologia. A SENHORA PRESIDENTE diz
31 que o professor Ricardo mencionou alguns pontos bastante importantes, como, por exemplo,
32 horário estendido no turno, a falta de infraestrutura, perguntou também se já existe uma
33 distribuição do número de vagas para PCD nas unidades. Acredita que cada unidade de ensino,
34 pesquisa e extensão irá determinar se vai ser um ou duas vagas, ou até 5% do total de vagas
35 oferecidas, como vagas adicionais. O professor André fez um belo discurso acerca das
36 dificuldades que enfrentou e enfrenta ainda na Universidade. A Unicamp vem pensando na
37 questão da acessibilidade, há um grupo que estuda a questão, desde fazer boas calçadas para
38 andar, porque mesmo quem não tem deficiência cai na calçada e se machuca, e às vezes as
39 medidas são muito simples de serem resolvidas, mas não são respondidas. Vão trabalhar junto
40 à comunidade da Unicamp para tentar minimizar as dificuldades de acessibilidade, com

1 calçadas acessíveis, sinais sonoros para atravessar a rua, vias que facilitem a caminhada dessas
2 pessoas com deficiência aos locais mais procurados, como a biblioteca, restaurantes. Tem sido
3 feita a adaptação do que chamam de núcleo de acessibilidade, que é o elevador mais os
4 banheiros acessíveis nos prédios dos “pinotinhos”, vários já foram atendidos e outros serão no
5 futuro. Lembra também que os servidores, servidoras, professores, professoras, estão
6 envelhecendo, então não é só a entrada das cotas, mas também para quem trabalha aqui, e que
7 pode, durante o seu tempo de trabalho, ter alguma deficiência, sofrer um acidente e precisar de
8 auxílio. Ela mesma teve um aluno de iniciação científica que teve um quadro infeccioso-viral e
9 ficou tetraplégico; ele se formou e está trabalhando, o que gera um sentimento de grande
10 realização. Esse aluno é médico hoje e está trabalhando dentro das condições em que ele pode
11 exercer a Medicina, então é um exemplo de que podem vencer essa barreira, e esta
12 Administração tem todo o interesse que isso aconteça. Até porque ver um aluno conseguir
13 vencer essa etapa é um prêmio para esse aluno ou aluna, mas é um prêmio para a Universidade,
14 portanto a Unicamp terá orgulho de incluir os alunos PCD. O Conselheiro FLAVIO
15 HENRIQUE BAGGIO AGUIAR parabeniza pela proposta apresentada e declara de antemão o
16 seu voto favorável. Sua preocupação é sobre o que já mencionou em reuniões anteriores,
17 também teve a oportunidade de mencionar isso ao professor José Alves na reunião de que ele
18 participou da congregação da FOP, que são as adaptações necessárias, e isso vai também ao
19 encontro do que o professor Ricardo falou. Acha que a partir do momento em que optam por
20 cotas de alunos que têm algum tipo de necessidade, junto com as cotas étnico-raciais, precisam
21 dar as mesmas condições de ensino para essas pessoas. Não é justo colocar pessoas que não
22 têm as mesmas igualdades em condições iguais, e fala isso em virtude do que aconteceu com
23 as cotas estabelecidas em 2017. Hoje a Unicamp está andando um pouco em relação à parte da
24 Odontologia, mas a Unicamp foi o último curso, frente aos sete cursos das universidades
25 estaduais, que estabeleceu algum tipo de ajuda para o curso de Odontologia. Todas as outras
26 seis já tiveram isso muito tempo atrás, então a Odontologia sofreu muito com esse problema e
27 ainda vem sofrendo. Estão iniciando agora um processo de adequação, principalmente para
28 esses alunos que dependem de cotas, e acha que, a partir do momento da aprovação desta nova
29 regra, deve-se criar uma força tarefa na Universidade, possivelmente com a contratação de
30 novos funcionários, principalmente para a Depi, para que agilizem qualquer tipo de reforma
31 necessária em cada uma das unidades. Outra questão, que já expressou ao professor José Alves,
32 é a necessidade de contratação imediata após a realização do vestibular, após terem a indicação
33 de quantas pessoas necessitarão de tratamento ou de acompanhante especial para cada tipo de
34 deficiência apontada. Acha que não podem colocar um aluno dentro da Universidade e depois
35 ver o que vão fazer com ele, deixando-o em condição desigual. É uma decisão que hoje o
36 Conselho Universitário toma que demanda uma série de ações que devem começar a partir de
37 hoje, a partir da aprovação, para que não aconteça o que aconteceu no curso de Odontologia,
38 de haver alunos sem os instrumentais necessários para ter o devido aprendizado, o devido
39 atendimento aos pacientes. Ainda sofrem com isso, estão ainda conversando, há uma série de
40 ações, mas o curso de Odontologia está atrasado em seis anos em relação às cotas étnico-raciais.

1 Então não devem cometer o mesmo erro em relação a essas novas cotas que estão sendo
2 propostas. Ressalta a necessidade de se reforçar o corpo da Depi para que essas adequações
3 sejam feitas e que tenham um plano a partir de hoje para que os novos alunos que chegarem à
4 Universidade não dependam de jeitinhos, de puxadinhos, de algum tipo de ação que não é a
5 melhor ação e que não coloque esses alunos em condição de igualdade frente aos que entram
6 por condições normais. A Conselheira DEBORA CRISTINA JEFFREY diz que a Faculdade
7 de Educação teve um mês longo de discussões em Cepes e reuniões de departamento, agradece
8 por meio da professora Ana Maria, que está aqui representando o GT, a presença do professor
9 José Alves, que atendeu ao chamado para estar na Unidade, também toda a equipe da Depi, do
10 Lapa, da Comissão de Acessibilidade também, que participou de uma *live* promovida pela
11 Faculdade de Educação. Expressa o voto favorável da Faculdade de Educação, com a indicação
12 também de duas vagas para o curso 20 - Pedagogia diurno, duas vagas para o curso 38 -
13 Pedagogia noturno e uma vaga para o curso 56 - Licenciatura Integrada em Física e Química.
14 Entretanto, enquanto uma unidade que oferece formação para 25 licenciaturas, a FE receberá,
15 além desses e dessas estudantes citados aqui, também alunos de outras 22 licenciaturas da
16 Universidade. Portanto, será uma das unidades também com um grande desafio, não só
17 arquitetônico, mas também o desafio do acolhimento, do recebimento e da adaptação curricular,
18 que vai ser necessária para atender a todas essas licenciaturas. Se cada um dos cursos
19 oferecerem de duas a uma vaga, ou 5%, isso deve ser multiplicado pelo número de estudantes
20 que circulam a partir dos 3.200 estudantes matriculados na Faculdade de Educação.
21 Compreendem que este é um momento histórico de reconhecimento público extremamente
22 importante, mas esses e essas estudantes já estão aqui nesta Universidade. O que estão
23 referendando é a garantia da efetividade de direitos, não só previstos na legislação, mas
24 ampliando esse espaço, o acesso e o desafio constante de garantir a permanência desses e dessas
25 estudantes. Entendem que esse debate envolve uma proposta acerca de uma política, não
26 somente de acessibilidade, mas de inclusão, em que a acessibilidade ou anticapacitismo são
27 pressupostos fundamentais para a efetivação de direitos e para a construção de uma
28 universidade com diversidade. Hoje estão aqui discutindo e extensão de cotas a esses e essas
29 estudantes, e estarão no próximo ano debatendo as condições de acesso e ingresso de docentes
30 por cotas PCDs e quiçá também futuramente de servidores e servidoras. No entanto, ressalta
31 que esses estudantes já estão aqui, há necessidade da ampliação da oferta e a implementação de
32 cotas ou qualquer outra ação afirmativa requer uma mudança da cultura institucional da
33 Universidade. Sendo assim, para efetivar essa política, é preciso investimento, conscientização
34 e condições para que possam realizar o processo de ensino, aprendizagem, pesquisa e extensão.
35 Não estão somente falando dos e das estudantes de graduação, mas do tripé que sustenta esta
36 Universidade. Dessa forma, programas de apoio acadêmico, reformas, adaptações de
37 infraestrutura, como já foi citado aqui, adaptações curriculares, campanhas e conscientização
38 da comunidade são ações mais do que necessárias, porque esse é um processo de compromisso
39 que estão assumindo publicamente e que coloca à Universidade esses desafios. O Conselheiro
40 FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO também se manifesta favoravelmente à

1 aprovação das cotas PCD. A partir do momento em que a Universidade aprova essas cotas, ela
2 expande ainda mais a sua política de acesso e de inclusão. É um momento muito interessante
3 para a Universidade discutir e criar mecanismos físicos e também toda a estrutura emocional,
4 tudo o que é necessário, para que possa receber os estudantes PCD de forma adequada. Como
5 o professor André mencionou, isso vai no sentido de trabalhar para humanizar ainda mais a
6 Universidade. Quando pensam que os estudantes vão necessitar de algumas estruturas que serão
7 adaptadas para fazer com que eles possam circular livremente na Universidade, estão, em outras
8 palavras, dizendo que a Universidade fica acessível para todos. O corpo docente está
9 envelhecendo e vai necessitar de uma série de ações, e acha que a partir do momento em que
10 tenham ações que vão atender a uma determinada camada de estudantes, essas ações acabam
11 sendo universais e aumentando o caráter humano da estrutura da Universidade. Óbvio que terão
12 pela frente um grande desafio, que deve ser abraçado por toda a comunidade, a Administração
13 Central está muito atenta a tudo isso, já vem fazendo esforços para começar todos os sistemas
14 de adaptação, mas acha que não é só adaptação do ponto de vista estrutural. Há uma série de
15 outras adaptações e, como disse a professora Débora, uma modificação de cultura para entender
16 as necessidades dos estudantes que chegam e a partir daí fazer um trabalho que os coloque de
17 uma forma muito clara em uma Universidade que é inclusiva em todos os seus aspectos.
18 Parabeniza todos que estiveram envolvidos no GT, o pessoal que falou a respeito das
19 dificuldades das pessoas PCD, parabeniza-os pela inserção e pelo movimento. Acha que é
20 realmente um momento histórico que a Universidade vive e espera que ela se abra ainda mais
21 frente à comunidade e aumente ainda mais a inclusão. Obviamente que tudo isso representa
22 desafios que lhes são colocados à frente, mas acha que a comunidade tem toda a condição de
23 resolvê-los. Sabem perfeitamente das dificuldades quando pensam em obras, mas precisam ao
24 longo do tempo vencê-las e fazer com que a Universidade esteja preparada para atender a todas
25 as camadas da população, garantindo formação para todas as pessoas. Esse é mais um exemplo
26 de como a Universidade pode ser cidadã e pode contribuir com a cidadania do Brasil. A
27 SENHORA PRESIDENTE diz que de 2018 até 2024 a Universidade investiu na trilha de
28 acessibilidade os seguintes recursos: na linha de investimento exclusivo para acessibilidade, os
29 recursos da PDO foram da ordem de R\$20 milhões; investimentos através do Plano Plurianual
30 de Investimentos foram na ordem de R\$4,5 milhões em obras concluídas, obras em andamento
31 R\$3 milhões e obras em planejamento R\$8 milhões. Então, isso é o que a Universidade, através
32 da Depi, tem realizado até o momento. Há o grupo de acessibilidade que estuda, que é
33 multidisciplinar, mas nunca vão conseguir ter a dimensão do que vão precisar, se nunca
34 começarem. Vão começar enfrentando dificuldades, enfrentando as diferenças entre os alunos
35 que aqui ingressam e as suas necessidades e das pessoas em geral, porque à medida que
36 melhoram a acessibilidade, não serão só os alunos os beneficiados, todos se beneficiarão. Vão
37 aumentar o quadro definitivo da Depi para que ela possa dar andamento e acompanhar as obras,
38 isso passará na próxima reunião da CVND. Acha importante o que a professora Débora citou
39 em relação à comunidade da Unicamp se adaptar a essa nova realidade de pessoas com
40 deficiência. Da experiência que possui, acha que é necessário um acolhimento maior, mais

1 dedicação de quem estiver com o aluno e da unidade que estiver recebendo alunos com
2 deficiência, ter contato também com seus familiares que vão estar presentes devido às
3 necessidades especiais. A Conselheira ALINE SAMPAIO RODRIGUES SCHMIDT saúda o
4 Coletivo Anticapacitista Adriana Dias, também a paralisação dos estudantes que votaram ontem
5 em assembleias nas unidades por paralisar neste dia histórico da Universidade, e também saúda
6 a paralisação dos servidores. Estão vivendo um momento histórico aqui, as falas dos militantes
7 e estudantes do Coletivo Anticapacitista Adriana Dias demonstram a grandiosidade do
8 momento que estão vivendo, assim como as falas dos professores que vieram depois ressaltam
9 os desafios que terão pela frente. Acha que de fato o professor Kaysel está bastante correto
10 quando coloca que às vezes precisam criar o problema para depois pensar exatamente como
11 vão lidar com ele. A Unicamp precisa passar por um processo de adaptação bastante profundo,
12 tanto das suas estruturas físicas, arquitetônicas, quanto da própria organização dos cursos e de
13 toda a grade, mas sem dúvida nenhuma se deter sobre isso só vai ser possível incluindo pessoas
14 que foram historicamente negligenciadas desse processo ou que quando puderam tiveram muita
15 dificuldade de acessar ou de permanecer. Nesse sentido, é muito importante o que colocam o
16 coletivo e o GT sobre pensar a política de permanência de maneira integrada com a adoção das
17 cotas DEF junto com a acessibilidade dentro da Universidade. Observa que a discussão das
18 cotas PCD e também a audiência pública que acontecerá amanhã para a implementação das
19 cotas trans na Universidade são resultado direto da greve estudantil do ano passado, de toda a
20 pressão que esses movimentos sociais exerceram para que a Universidade se tornasse mais
21 democrática e mais representativa do que é a população brasileira. A mobilização foi
22 fundamental para que chegassem a este momento, e agora precisam pensar em como
23 desenvolver um espaço acessível, que combata qualquer tipo de capacitismo. Essas cotas na
24 cidade de Campinas são também uma demonstração da sociedade que precisam construir. Não
25 se trata apenas de trazer pessoas para dentro da Universidade e a partir disso repensar toda a
26 sua estrutura, mas também pensar como as cotas para pessoas com deficiência contribuirão para
27 uma sociedade mais democrática, mais justa, e permitirão avançar em uma compreensão
28 anticapacitista da vida e no desenvolvimento de políticas públicas para tornar a sociedade mais
29 inclusiva. E isso não apenas para as pessoas que têm deficiência, mas também, como colocou
30 o professor Kaysel, para todos que vivem em sociedade. A Conselheira GLAUCIA MARIA
31 PASTORE diz que este realmente é um momento muito feliz, e está muito emocionada com as
32 colocações dos colegas. As falas da professora Maria Luiza e do professor André os tocam
33 porque, como servidores docentes e funcionários, também estão nessa fase, tendo em vista que
34 as doenças crônico-degenerativas não transmissíveis estão desenfreadamente tomando conta da
35 sociedade. Doenças essas para as quais não há cura, na sua grande maioria, apenas terapias e
36 procedimentos que impeçam o agravamento. Por exemplo, o diabetes mellitus caminha para
37 uma faixa de 21% da população brasileira nessa situação, o que significa que vai atingir a todos,
38 de alguma forma, e é muito importante que isso não atrapalhe o trabalho das pessoas, porque
39 muitos dos que aqui estão ainda têm muito o que oferecer de suas experiências como
40 professores e funcionários. Essa preocupação com a acessibilidade realmente é muito

1 importante, e tem certeza de que tudo o que ouvirem aqui vai se direcionar à elaboração de um
2 plano especial para essa questão da acessibilidade. É uma grande conquista e parabeniza todos
3 aqueles que se dedicam e estão preocupados com essa questão. A Conselheira ANDRÉIA
4 GALVÃO agradece por todas as falas que foram feitas aqui, especialmente pelos integrantes
5 do Coletivo Anticapacitista Adriana Dias e pelo seu colega e amigo, professor André Kaysel.
6 As falas foram muito sensíveis, muito bem fundamentadas, muito representativas não apenas
7 de uma condição que é diversa e tem complexidades, tem diferenças, como eles trouxeram, mas
8 é representativa de uma posição política e de uma luta que só podem apoiar. Agradece ao GT
9 pelo trabalho, à professora Ana Maria pela apresentação, aos integrantes do coletivo e ao
10 professor André pelas falas. Agradece a lembrança do papel da Adriana Dias, que foi estudante
11 e pesquisadora do IFCH, que ganhou postumamente o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico
12 de Direitos Humanos em 2023. E também agradece ao pioneirismo da professora Gilda Portugal
13 Gouveia, lembrada aqui pelo professor André, que os deixou esse final de semana. As falas
14 mostram como ganham com a inclusão, com a diversidade, com a ampliação de espaços e com
15 a garantia de direitos. Acha que as mudanças todas que são promovidas dessa forma, a partir de
16 reivindicação, a partir da pressão política, a partir da luta, fazem com que se atentem para outras
17 perspectivas, para outros olhares, para outras formas de estar no mundo e para possibilidades
18 de melhorar o mundo. Faz com que mudem também. O IFCH apoia entusiasticamente essa
19 proposta, os quatro cursos de graduação do Instituto vão oferecer duas vagas cada um, então
20 são oito vagas no total. Com relação a tudo o que é necessário para que essa política se efetive
21 nas condições que gostariam que ela se efetivasse, há uma série de questões envolvidas, não vai
22 repetir aqui tudo o que precisam avançar em termos de acessibilidade, inclusive digital. O
23 professor André repete essa questão em todas as reuniões, sempre trazendo as críticas e
24 colocando as dificuldades que ele enfrenta. Precisam de material didático, de pessoal, de
25 infraestrutura física, mas acha que o fato de ter essa situação colocada faz com que se coloquem
26 também diante da necessidade de avançar o mais rápido possível. Então, devem comemorar
27 esse primeiro passo. Essa é uma política que se constrói, que precisa ser aprimorada e que será
28 aprimorada ao longo do caminho. Mas é importante a decisão que vai ser tomada aqui hoje e
29 ficam muito felizes de poder participar deste momento. A Conselheira VALENTINA
30 SPEDINE SIERRA diz que este é um dia importantíssimo para a história da Unicamp, está
31 bastante feliz. Imagina que todos os professores, diretores, já estejam cientes, mas hoje estão
32 com 22 institutos e 35 cursos paralisados e atentos a esta Sessão do Conselho Universitário.
33 Toda essa mobilização feita pelos estudantes foi muito vitoriosa, ontem houve 18 assembleias,
34 à noite mais 13 assembleias simultâneas que aconteceram ao redor das unidades, com quóruns
35 altos, com assembleias de 100, 200 estudantes dispostos a debater o porquê deveriam paralisar
36 as atividades para poder se atentar ao que está acontecendo aqui hoje, que é uma movimentação
37 histórica e fruto de muita luta estudantil. Mas também é o avanço do próprio debate político da
38 Unicamp, que já é uma referência entre as universidades estaduais, entre outras universidades
39 ao redor do Brasil, e que se aprovar essa política pode continuar sendo uma referência no que
40 diz respeito ao debate relativo à inclusão, à diversidade. Acha que esse é um elemento que não

1 pode ser esquecido, porque, inclusive, neste exato momento, existe um ato dos estudantes
2 acontecendo do lado de fora, que mostra como eles estão atentos e preocupados com o que
3 acontece na Universidade. Este é um passo para que a Unicamp tenha cada vez mais o rosto
4 daqueles que historicamente construíram a sociedade, mas foram marginalizados. As pessoas
5 com deficiência sempre existiram, mas agora elas estão tendo mais abertura depois de muita
6 luta desses movimentos. Saúda as falas do Coletivo Anticapacitista Adriana Dias, que fez uma
7 luta ferrenha, inclusive na greve estudantil de 2023, que possibilitou que esse processo pudesse
8 avançar. Portanto, não podem passar por isso sem lembrar que os estudantes hoje estão muito
9 atentos ao que vem acontecendo e ao debate que está sendo feito neste Conselho. Apesar de
10 todas as dificuldades, acha que é muito importante que vejam isso como uma vitória, é um
11 passo essencial que está sendo dado hoje nesta Sessão, como já foi colocado por vários
12 professores e estudantes. Hoje, apesar das dificuldades, possuem melhores condições de
13 garantir o avanço nessa estrutura, nessas políticas de permanência, nessas políticas de
14 assistência estudantil com mais pessoas com deficiência dentro da Universidade. Agradece
15 novamente e faz aqui um apelo para que comemorem muito o que está sendo votado no dia de
16 hoje, reforçando o que vários professores colocaram sobre a importância de haver, a partir de
17 agora, essas comissões de acompanhamento. E que elas sejam participativas, onde os
18 estudantes, os professores e os servidores possam opinar e exercer a sua capacidade científica,
19 criadora, para pensar alternativas plausíveis para que a Unicamp seja referência também nesse
20 aspecto e se pinte cada vez mais de povo, daqueles que sempre lutaram e que agora estão tendo
21 a oportunidade de acessar esse direito da educação que, por muito tempo, foi negado a eles. O
22 Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA cumprimenta a professora Ana
23 Maria Fonseca, que fez uma brilhante explanação, e que já tinha, inclusive, a convite do IEL,
24 feito uma ótima explanação para a congregação, muito esclarecedora lá e aqui também. Sentiu-
25 se bastante contemplado por algumas falas aqui, até se emocionou; foi mencionada a questão
26 da estrutura, sobretudo da estrutura física, arquitetônica, para pensar um melhor acolhimento
27 dos alunos PCD. Mas acha que também devem pensar, como o professor André já ressaltou,
28 que isso cria um círculo virtuoso, e é uma mudança cultural. Por exemplo, tem um aluno de
29 doutorado que é surdo e está aprendendo muito com ele a ser professor. Quando falam de
30 mudança cultural, é isso; pensam em coisas grandes, e obviamente a Universidade vai precisar
31 fazer muitos esforços que não são simples, mas há mudanças culturais simples para as quais
32 precisam estar atentos. Por exemplo, ao dar aula, às vezes falava de costas, o que era normal
33 para ele, dá aula há 28 anos e sempre fez isso, sem perceber que esse aluno tinha que ler lábios.
34 Era um erro que cometia, para o qual começou a se atentar, começou a se virar enquanto fala,
35 e acha que ter esse olhar para a diversidade é isso, desde os detalhes para os quais precisam
36 estar atentos, se querem realmente lidar com a diversidade. É um exemplo muito singelo, mas
37 bem emblemático, para mostrar que tipo de Universidade desejam. Se querem uma
38 Universidade mais inclusiva, precisam fazer esforços nesse sentido, desde questões de ordem
39 estrutural, como já foi apontado aqui, mas questões pontuais culturais, para reconhecer essa
40 diversidade. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA expressa sua felicidade por este dia,

1 ainda mais porque estão próximos do dia 21 de setembro, que é o Dia Nacional de Luta da
2 Pessoa com Deficiência. As falas feitas aqui já contemplaram todos os aspectos, o que o
3 professor Petrilson mencionou é o dia a dia do professor, e aprendem com todos os alunos. Ela
4 normalmente aprende mais com os alunos do que eles aprendem com ela, mas no caso de
5 minorias, ou de pessoas que têm questões específicas, é um aprendizado realmente especial,
6 como o professor Petrilson falou. O professor Ricardo tocou nessa questão e enfatiza que
7 necessitam se organizar em relação à questão de logística, planejamento, e para isso precisam
8 de recursos humanos capacitados para que não cheguem em condições em que a falta de
9 planejamento impacte a qualidade da atividade-fim, e impacte a qualidade da situação que as
10 pessoas vão vivenciar aqui no *campus*. Como a professora Maria Luiza bem lembrou, já existem
11 pessoas com deficiência que convivem com situações crônicas, que devem corrigir, mas
12 precisam não só de obras, não só reforçar a Depi; precisam, por exemplo, que a Deape seja
13 estruturada e tenha capacitação. Não adianta contratar um funcionário na véspera do dia em que
14 devem mandar os laudos para as unidades, é preciso ter essas pessoas capacitadas já aqui neste
15 momento. Portanto, considera bastante prioritário que se pense também na questão dos recursos
16 humanos, como o professor Ricardo já disse, mas unindo as unidades, vendo as pessoas que
17 podem contribuir com o órgão que foi formado neste Conselho Universitário para cuidar desses
18 aspectos de permanência de estudantes. Solicita que a Administração Central olhe isso com
19 bastante cuidado. A Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz que sua primeira
20 expressão é de alegria por estar aqui em um dia como este, em que a Universidade assume mais
21 essa importante e fundamental atitude. Esperavam por isso já há algum tempo, há várias ações
22 que já aconteceram na Universidade durante esse período, e a presença desses novos alunos
23 trará um outro olhar para a Universidade e um novo compromisso. O Consu em breve votará
24 um novo orçamento, portanto devem se atentar para o que constará nele com relação a essa
25 parte, que vai não só permitir que os alunos ingressem, mas que eles também permaneçam com
26 a melhor qualidade possível de vida. Acha que isso também é responsabilidade do Consu, então
27 precisam ver à frente aquilo que pode já ser feito em uma perspectiva de 2025, 2026 e assim
28 sucessivamente. É óbvio que não conseguiriam fazer com que tudo acontecesse em um
29 momento muito precoce ou mesmo de uma maneira única. Mas acredita na capacidade do
30 Consu de aceitar essa posição, entender as necessidades, e solicita que aquilo que foi colocado
31 pelo professor Ricardo seja sempre levado em consideração, a difusão de conhecimento para as
32 diferentes unidades dos alunos. No ano de 2010, o IB recebeu um aluno que tinha síndrome do
33 espectro autista, naquela ocasião foi estudar sobre isso, falou com psicólogo, com psiquiatra,
34 esse aluno se formou, foi um dos melhores alunos que tiveram no IB, fez mestrado e hoje é um
35 servidor público muito qualificado. Naquela época, possuíam muito menos informação, sabiam
36 muito menos, hoje sabem mais, e devem se encaixar nesse processo de uma maneira alegre e
37 responsável. Parabeniza a Unicamp por mais essa atitude. O Conselheiro IVAN FELIZARDO
38 CONTRERA TORO expressa também sua grande alegria em participar deste momento. Diz
39 que se preparou bastante para contra-argumentar pontos de vista contrários ao projeto, mas pelo
40 que viu aqui, todas as falas foram muito construtivas e todas na mesma direção de aprovar essa

1 deliberação. Antes de passar a palavra para a senhora Adriane, que vai falar um pouco a respeito
2 da Deape, lembra que este é um momento histórico, e a Universidade mais uma vez tem um
3 protagonismo muito importante, é a primeira universidade das estaduais paulistas que tem esse
4 tipo de projeto. Isso coloca novamente, como foi no vestibular indígena, a Unicamp na frente,
5 pensando melhor a inclusão, o que é extremamente meritório para ela. É um grande orgulho
6 fazer parte desta Universidade que tem esse tipo de atitude, então agradece muito ao GT, pois
7 todo esse trabalho que estão discutindo aqui demandou um trabalho enorme do GT. Na pessoa
8 da professora Ana Maria, estende os cumprimentos a todos que contribuíram com esse GT e
9 coloca a PRG, e acha que pode falar por toda a Administração Central, ao lado dos diretores,
10 coordenadores de cursos, alunos, porque haverá muitas dificuldades. Não têm claro quais são
11 os problemas que vão aparecer, mas existe uma grande disposição para ajudar e para resolver o
12 que for possível. A PRG está de portas abertas e contam com toda a Administração para apoiar,
13 principalmente no início, que vai ser um início difícil, mas com certeza exitoso. Passa a palavra
14 para a senhora Adriane Pelissoni. A senhora ADRIANE MARTINS SOARES PELISSONI diz
15 que atualmente coordena a área de vida estudantil e carreiras da Deape. Na certificação desse
16 novo órgão, foi criada uma célula de acessibilidade pedagógica, cuja missão é dar apoio neste
17 momento para os estudantes com deficiências que já estão na Universidade. São 123 estudantes
18 que formalizaram o seu pedido para ter o atendimento educacional especializado, entre
19 graduação e pós-graduação. Estão falando de uma nova forma de ingresso, mas já têm feito
20 muitas coisas para dar suporte aos professores, de forma integrada com a DAC, as novas
21 mudanças, o saber antes, o ter um local mais apropriado para fazer as adaptações em relação à
22 avaliação. Está falando de coisas bem pontuais, não de questões atitudinais, pois neste momento
23 ainda não conseguiram avançar nas questões atitudinais. Mas já há esses 123 que formalizaram
24 o pedido, que já estão na Universidade, e precisam aprimorar cada vez mais. Há uma
25 sobrerrepresentação das pessoas do espectro autista, porque para as outras deficiências,
26 principalmente a surdez, a cegueira, existem outras barreiras que são intransponíveis para os
27 processos seletivos. Precisam trazer pessoas que representem a diversidade das deficiências e
28 que possam acolhê-las, por isso o seu apelo a esta Casa é de apoio aos recursos financeiros não
29 só para obras, mas para ter pessoas que forneçam apoio. Não podem ser amadores em termos
30 de planejamento, aprovar aqui nesta Casa e depois não ter condições de apoiá-los. O maior
31 desafio que pode antecipar, convivendo com 123 alunos diariamente, é que as adaptações que
32 solicita aos diretores nunca são arquitetônicas, porque quem faz isso é a Depi. Solicita que
33 falem com o estudante, perguntem a ele qual é a melhor forma de adaptar, e isso não é feito
34 com andaime, tem que ser feito por gente. Seu apelo para essas comissões de acompanhamento
35 é que muitas coisas não vão conseguir colocar em números, mas vão precisar ter gente para
36 colocar. Agradece a esta Casa, ao apoio que já têm tido, mas há muito a ser feito. Agradece
37 imensamente à DAC pelo apoio, porque não conseguem falar com os professores se não for por
38 meio da DAC; à professora Rachel, que muito os tem acolhido na PRPG para resolver questões
39 urgentes, e acha que o maior desafio é tentar antecipar coisas que podem ser antecipadas. Há
40 coisas que não conseguem, mas há coisas que conseguem antecipar. Agradece ao professor Ivan

1 pelo apoio, porque todas as mudanças que fizeram nos últimos anos ocorreram porque tiveram
2 apoio e conseguiram dar voz às pessoas que estão aqui. Das deficiências que acolhem hoje,
3 90% são deficiências invisíveis: espectro autista, transtorno de déficit de atenção, ou questões
4 degenerativas, e que exigem adaptações atitudinais. Precisa de gente para um professor
5 conseguir às 23 horas aplicar uma prova em um tempo maior, precisa de um lugar que seja sem
6 ruído, de alguém que saiba Libras, precisam de gente para acolher a todos, não só os estudantes,
7 mas os professores, todos, por isso as adaptações não podem ser somente para obras. O
8 Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS reforça que a congregação do Imecc já discutiu
9 o assunto e aprovou duas vagas em cada um dos seus cursos, Licenciatura em Matemática,
10 Estatística e no “Cursão”, compartilhado com o IFGW. Sua pergunta sobre a tabela tinha sido
11 justamente por conta disso, porque a PRG tinha dado o prazo de 20 de setembro para as
12 unidades enviarem as decisões, é uma pena que nem todas tenham conseguido, mas entende
13 também que a discussão é complexa. Reforça as falas da professora Mônica e da senhora
14 Adriane, porque imaginando que a Deape vai operacionalizar essa questão de atendimento de
15 adaptações curriculares, quando a senhora Adriane fala que muitos desses estudantes PCD hoje
16 são do espectro autista, grande parte desses alunos são atendidos pelo Imecc e pelo IFGW. Um
17 exemplo de adaptação curricular é o tempo maior de prova para alguns alunos, então uma prova
18 de duas horas ele tem três horas para fazer. Só que quando alocam uma sala para fazer prova, e
19 já fica o alerta de que há pouca sala de aula na Universidade, a prova vai ser aplicada das 8h às
20 10h, por exemplo, mas 10h tem outra aula, outra prova nessa sala, então não conseguem ficar
21 com aquele aluno na sua sala até as 11h, ele tem que fazer prova em outro local. Se ele tem que
22 fazer prova em outro local, alguma pessoa tem que ficar com ele, tem que aplicar a prova e tudo
23 o mais. Não conseguem fazer isso de modo institucional, então em meados de agosto tiveram
24 uma conversa com a senhora Adriane, com o professor Sávio, com a senhora Dejanira, com o
25 coordenador de graduação do Imecc, professor Diego, e a solução é muito simples: conseguiram
26 uma bolsa, então vai ter o aluno que vai aplicar, a DAC disponibilizou uma série de salas. É tão
27 simples quanto fazer uma planilha do Excel compartilhada, com as disciplinas, salas e tudo o
28 mais. Imagina que outras unidades devam ter essa demanda também, e é claro que isso tem que
29 ser centralizado na Deape, porque não adianta cada unidade fazer seu sistema, porque quando
30 pegam um aluno que faz disciplinas em cinco, seis unidades, ele não vai dar conta se cada uma
31 fizer de um jeito. Porém, o pessoal da Deape já está sobrecarregado; haverá em breve uma nova
32 distribuição de vagas para Paepe, então já deixa o pedido para que esses órgãos que vão ter que
33 lidar no dia a dia com essa questão dos estudantes PCD sejam favorecidos, sejam contemplados
34 por alguma dessas vagas Paepe que serão distribuídas. O Conselheiro IVAN FELIZARDO
35 CONTRERA TORO diz que 21 unidades já mandaram a resposta, encaminharam para a
36 Comvest, e no edital da Comvest isso vai ser divulgado. A SENHORA PRESIDENTE diz que,
37 ao tomar uma decisão como esta, sabem que haverá um custo financeiro, um custo de obras e
38 principalmente de pessoal, portanto existe a intenção de contratar pessoas para esse novo
39 movimento, para ajudar a cuidar desses alunos de uma forma adequada e quase que
40 personalizada. Em relação às obras, o que mencionou foi que a comunidade como um todo se

1 beneficia dessa acessibilidade. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria,
2 considerando a proposta de redação apresentada pela professora Ana Maria Fonseca, no artigo
3 14-B, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 05 – Proc. nº 01-P-22299/2024 –, que
4 trata do Plano de Ocupação para a área do Hub Internacional para o Desenvolvimento
5 Sustentável – Hids Unicamp. Destaque do professor Cesar Pagan. O Conselheiro CESAR JOSÉ
6 BONJUANI PAGAN diz que vão aprovar hoje o plano de ocupação do Hids, e chama a atenção
7 para o aspecto do transporte, especialmente o transporte coletivo, porque esta é uma
8 oportunidade para discutir essa questão mais a fundo. O principal destino das pessoas que vêm
9 a Campinas é a Unicamp, e gostaria de chamar a atenção sobre as formas de transporte que
10 terão no futuro e para as quais a Universidade precisa estar preparada, por exemplo, o BRT. Já
11 existem alguns corredores em Campinas e em algum momento deve chegar à Unicamp; se não
12 for esse modal, algum outro modal deve chegar, inclusive com integração ao transporte
13 ferroviário em algum momento no futuro. A questão é que, se não estiverem preparados, a
14 implantação de uma estação intermodal vai se tornar muito difícil por falta de espaço e
15 planejamento feito agora. Isso pode levar 10, 20 anos, mas algum dia chega. Questões
16 urbanísticas de modificação de transporte urbano às vezes exigem modificações muito drásticas
17 nas cidades, e podem pensar isso com antecedência. O plano diretor da Unicamp já menciona
18 integração entre modais, mas o plano diretor não é um plano de ocupação, como é o Hids. Ao
19 ler o projeto que vão aprovar hoje, viu um plano muito bom em termos de transporte: cita
20 ciclovia, segurança do pedestre, permeabilidade do solo, uma série de questões, mas não toca
21 no assunto do intermodal, dessa preparação para que tenham um transporte adequado para o
22 momento que isso chegar. Uma estação intermodal é inclusive importante para os PCDs; por
23 exemplo, pessoas com deficiência visual não sabem de que lado da rua estão quando
24 desembarcam, e uma estação intermodal, que possibilitaria o transporte da cidade até aqui,
25 facilitaria inclusive isso, mas não só. Há uma questão de emergência climática que vai trazer
26 outras formas de transporte que envolvem desde o carregamento, se for veículo a bateria, até
27 questões de piso, porque as baterias são muito pesadas. Sua sugestão é que a Depi se debruce
28 sobre esse problema para fazer alguma proposta que atendesse a um planejamento para o futuro,
29 aproveitando este momento em que aprovam um plano de ocupação que contempla vários
30 aspectos importantes, mas esse, na sua visão, faltou, e nada impede que seja discutido ainda.
31 Faz um certo tempo que vem falando sobre isso e tem ouvido pessoas falar sobre isso, o plano
32 diretor da Unicamp menciona intermodal, mas não tomaram ainda a decisão política de se
33 preparar para isso. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz que faz coro
34 com a fala do professor Cesar Pagan de que o plano de ocupação do Hids preveja essa
35 possibilidade de uma estação intermodal. Como pessoa com deficiência que não pode dirigir, é
36 usuário do transporte público campineiro, que é muito ruim. Sempre se lembra que Leonel
37 Brizola reclamava que criticavam os Centros Integrados de Educação Pública – Cieps por serem
38 caros, mas ele estava fazendo investimento para a população mais pobre. No Brasil, existe uma
39 cultura de que tudo que é público tem que ser ruim; isso não é muito assumido, mas é bastante
40 entranhado na população, nas elites, nas classes populares, nos tomadores de decisão. Escola

1 pública é ruim, posto de saúde é ruim e ônibus é ruim, e Campinas, com o tamanho que tem,
2 nas mudanças climáticas que estão vivendo, se essa cidade vai ser viável, vão precisar de um
3 sistema mais integrado de transporte, que preveja, além dos ônibus, trem, BRT ou o que seja.
4 Barão Geraldo é particularmente deficiente nesse sentido, por isso não veio morar nesse bairro,
5 porque aqui teria que pedir carro por aplicativo até para ir na padaria. Por tudo isso, acha que é
6 algo que mereceria ser estudado pela Depi para incluir essa possibilidade, e é claro que a
7 Unicamp não vai poder prover isso, vai depender dos tomadores de decisão no âmbito do estado
8 e do governo federal, o que complica as coisas, mas pelo menos prever a possibilidade a
9 Universidade pode. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA JÚNIOR diz que essa é
10 uma questão bastante importante, e esclarece que o ponto da mobilidade, da construção dos
11 modos, das formas de transporte que vão atravessar o Hids, está intimamente ligado àquilo que
12 é disponível pela Prefeitura Municipal nas diretrizes viárias estabelecidas para a previsão do
13 território daquela região. Portanto, o que construíram naquele momento foi pensando no que a
14 Prefeitura prevê para a região, mas de fato essa é uma questão importante. Um dos próximos
15 passos após o plano de ocupação é justamente pensar um projeto de infraestrutura para o Hids
16 que seja pautado pelas diretrizes de inovação e sustentabilidade, e a partir daí podem
17 tranquilamente incorporar essas considerações que vêm da comunidade para pensar em uma
18 perspectiva intermodal para a área. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que acabou
19 de receber mensagem de um servidor perguntando qual é o plano sobre a redução de jornada
20 para funcionários responsáveis por portadores de deficiência mental. Isso é algo que não tem a
21 ver diretamente com o item em questão, mas precisam estudar para o futuro. Não havendo mais
22 observações, a SENHORA PRESIDENTE submete à votação o plano de ocupação do Hids da
23 forma como está apresentado, lembrando que será motivo de estudo a questão do transporte
24 público, sendo aprovado com 57 votos favoráveis, 04 contrários e 02 abstenções. Em seguida,
25 faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, passa ao item 06 – Proc. nº 01-D-
26 33486/2024 –, que trata de proposta de distribuição de 57 cargos para Professor Titular (MS-6)
27 entre as Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão para o ano de 2024. Destaque do professor
28 Marcelo. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA TERRA CUNHA diz que seu destaque é
29 para esclarecimento; de maneira alguma deseja mexer em algo que vem sendo discutido
30 longamente, mas diz que não conhece os termos da discussão, e confessa que o preocupa qual
31 é a mensagem que está por trás dessa distribuição. Simplicidade é sempre um bom critério, isso
32 ajuda em várias coisas, mas acabaram de ter uma manhã muito interessante, em que uma das
33 mensagens essenciais é que não é possível tratar todos de forma igual, é necessário ter muita
34 atenção com as especificidades. Então, é claro que unidades diferentes passam por processos
35 históricos diferentes, têm amadurecimentos em tempos diferentes, e tudo isso impacta
36 imensamente no perfil atual de cada unidade. E, pelo que está explicado aqui, o critério de
37 atribuição foi, exceto um caso em que uma unidade é muito maior do que as outras, fazer de
38 conta que todas são do mesmo tamanho. Por outro lado, a distribuição de cargos de titular está
39 desigual, então vão apontar na direção de um futuro em que isso vai ser mais igualitário, em
40 que não se tem certeza se o número igual é o mais adequado, em que, claramente, em algumas

1 unidades receber três vai ser uma imensidão de cargos, enquanto na FCA, por exemplo, o
2 problema vai continuar muito grande, embora os oito em andamento e mais três chegando vá
3 ajudar. Isso não lhe pareceu ter sido precedido de um estudo mais atento de qual é o melhor uso
4 a fazer para esses cargos todos. Provavelmente está errado, então gostaria de ouvir como se
5 chegou a essa proposta. O Conselheiro FERNANDO SARTI esclarece que essa distribuição
6 contou com a discussão de todos os diretores e diretoras de unidades, que é uma forma mais
7 transparente do que a distribuição por balcão, pois faz com que todos possam participar.
8 Evidentemente que as demandas que chegam são superiores à capacidade de atender, então tem
9 que haver critérios, e agradece aos diretores e diretoras pela maturidade em chegar a um acordo
10 que certamente não contempla o que as unidades gostariam, mas entendem que é o possível. E
11 como foi feito esse possível, houve uma regra que foi proposta a partir de um critério muito
12 claro: a Unicamp possui hoje, a partir da regularização dos cargos junto à Alesp, um total de
13 602 cargos para titulares, mas hoje utiliza muito menos do que isso. Sabem que nenhuma
14 unidade pode ter acima de 25% ou 26% do seu quadro de titulares, e entendem que todas as
15 unidades têm direito de, em algum momento, atingir esse percentual. Portanto, o critério foi
16 distribuir menos para quem já está ou acima ou próximo desse número e mais para quem esteja
17 abaixo desse coeficiente. Lembra que, no caso de titulares, há o quadro permanente e o quadro
18 suplementar, o PS, que não é cargo, então tinham um limite na Universidade, que era de 505, e
19 agora, com a regularização junto à Alesp, foram para 602. Hoje, possuem exatamente 432
20 titulares na Universidade, se levarem em consideração 59 concursos em andamento. Estão
21 fazendo uma distribuição de 57, que foi o acordo entre todas as unidades, e com isso atingiriam
22 489. Ainda há um número bastante razoável para distribuições futuras, quando essas unidades
23 tiverem essa demanda; a questão é que algumas unidades já tinham feito seus concursos, tendo
24 em vista que nos últimos três anos foram realizados 118 concursos de titulares na Universidade.
25 Algumas unidades já fizeram todos esses concursos a partir dos cargos distribuídos e outras
26 não, tanto que, como citou, há pelo menos 59 ainda em andamento. O que não lhes parecia
27 também justo, e acha que as diretoras e diretores entenderam, é que algumas unidades não
28 fizeram esse concurso, embora recebam também agora na distribuição, e outras já tinham feito
29 esses concursos e tinham uma demanda premente para a realização de novos concursos. Foi
30 esse o critério, esse o entendimento, e novamente agradece a todos os diretores e diretoras por
31 terem chegado a esse acordo, a partir de uma proposta que a PRDU encaminhou; houve
32 contrapropostas que foram tratadas e chegaram a um bom acordo. O Conselheiro
33 HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO apoia a fala do professor Sarti, em nome dos
34 diretores, porque se reuniram várias vezes e discutiram isso à exaustão. Obviamente que uma
35 proposta de distribuição totalmente simétrica, como já chegaram a fazer, nesse momento se
36 tornou inviável e a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário chegou com uma proposta
37 conciliadora, com vários parâmetros que foram utilizados na distribuição dessas vagas. Deixa
38 isso claro para confirmar que os diretores participaram dessa discussão e estão de acordo com
39 a proposta. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que o cenário desse
40 percentual de titulares da Universidade já foi 35%, ele foi reduzido para 30% e o novo quadro

1 aprovado na Alesp tem como percentual 25%. Então, passam a ter um problema um pouco mais
2 sério, já que várias unidades que antes estavam lutando para ficar abaixo de 30%, agora têm
3 que ficar na média em 25%. Acha que a proposta da PRDU contempla isso, mas, mais que isso,
4 como disse o professor Hernandes, ela enxerga também algumas exceções, que são unidades
5 que estão com percentual muito mais alto que 25%, porém faz quase uma década ou uma década
6 que não fazem concurso para titular. Também não é justo que a unidade seja penalizada por
7 conta disso, então a proposta da PRDU é muito boa porque consegue contemplar esses cenários,
8 tentando colocar todas por volta de 25%. Não havendo mais observações, a SENHORA
9 PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é aprovada com 57 votos favoráveis e 02
10 abstenções. Passa ao item 07 – Proc. nº 01-D-49851/2023 –, que trata da segunda revisão do
11 orçamento 2024, com Demonstrativo Receita/Despesa. Passa a palavra ao professor Fernando
12 Sarti. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a LOA é feita com muita antecedência; para
13 terem ideia, ela vai ser encaminhada pelo Executivo em 30 de setembro para o orçamento de
14 2025. Evidentemente, nesse percurso, muitas coisas podem acontecer e acontecem. Quando
15 fizeram a distribuição orçamentária e depois a primeira e segunda revisão orçamentárias,
16 trabalhavam em cima da previsão da Secretaria da Fazenda, que inicialmente era de R\$154
17 bilhões, em setembro de 2023, aprovada na Assembleia Legislativa em dezembro de 2023, e
18 foi em cima dessa dotação que a Universidade armou o seu orçamento e lançou isso no sistema.
19 Durante o período de janeiro até julho, acompanharam sistematicamente a entrada de recursos
20 e já percebiam que esse número era bastante conservador, embora a Secretaria da Fazenda ainda
21 não reconhecesse e não oferecesse para as três universidades uma dotação nova. De julho para
22 agosto, a Secretaria sinalizou que não seriam mais R\$154 bilhões, e sim R\$157 bilhões, que foi
23 o valor que trouxeram na segunda revisão orçamentária tratada na COP e, posteriormente, na
24 CAD. Depois da CAD, a Secretaria fez uma nova revisão, muito mais condizente com o que
25 vinham observando, de que a arrecadação em 2024 deverá ser em torno de R\$164,5 bilhões. Na
26 primeira revisão, tinham uma previsão de déficit de R\$325 milhões, que foi corrigida na
27 segunda revisão para R\$355 milhões. Entretanto, com a nova estimativa, haveria uma redução
28 significativa do déficit em cerca de R\$110 milhões, indo para R\$245 milhões, se a previsão da
29 Secretaria se confirmar, ou para R\$180 milhões, se a arrecadação for de R\$170 milhões, como
30 preveem a PRDU e a Aeplan. Isso vai depender, obviamente, do comportamento das despesas
31 da Universidade, mas a boa notícia é o fato de que possuem essa previsão de acréscimo da
32 receita para 2024. Solicita ao senhor Thiago que detalhe um pouco mais esses números e depois
33 ficam à disposição para maiores esclarecimentos. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA
34 diz que no momento da apresentação na COP e na CAD, indicaram que não possuíam dados
35 oficiais para alterar essa previsão de arrecadação, mas já indicavam que o número seria
36 realizado bem acima. O documento da segunda revisão apresenta um déficit estimado de R\$355
37 milhões, o que significa que as despesas estão 15,8% acima das receitas do Tesouro do Estado
38 no exercício. Dessa forma, caso todas as despesas ocorram, tanto as de 2024 como aquelas
39 despesas anteriormente aprovadas, utilizariam recursos da reserva financeira em torno de
40 R\$625 milhões. A receita apresentava um acréscimo de 0,7%, chegando a R\$3,6 bilhões,

1 considerando tanto as receitas do Tesouro do Estado como as receitas próprias da Universidade.
2 Como o professor Fernando já falou, saem do orçamento inicial com uma previsão de
3 arrecadação de R\$154,3 bilhões, esse número foi mantido na primeira revisão, apesar de já
4 haver indicação de que esse valor estava sendo superior, e em junho vem a informação desses
5 R\$156,9 bilhões, que é o que trazem aqui na segunda revisão orçamentária. O que esse número
6 significa de fato é que quando se trata somente do ICMS anual, a arrecadação aumenta R\$57
7 milhões na quota-parte da Universidade, que teve a redução de diferença de 2023 que já foi
8 informada anteriormente na primeira revisão, dando um aumento de R\$37 milhões nas Receitas
9 do Tesouro do Estado. A arrecadação estava se realizando em um nível muito acima do que
10 havia sido previsto, mas a Secretaria da Fazenda ainda estava trabalhando com uma previsão
11 menor do que estava de fato acontecendo. A arrecadação do trimestre anterior já estava muito
12 superior ao que estava sendo previsto, o que já lhes dava toda a indicação de que essa
13 arrecadação precisaria ser revista. A receita própria da Universidade, em contrapartida, tem
14 uma redução nesta segunda revisão, baseada principalmente no fato de que a Universidade está
15 trabalhando com um déficit estimado e acaba executando mais recursos da reserva financeira.
16 Além disso, com a diminuição da taxa de juros que aconteceu no último período, o rendimento
17 financeiro estava vindo menor para a Universidade, e as receitas diminuíram R\$11,4 milhões.
18 As despesas da Universidade aparecem superiores nesta segunda revisão, e traz em destaque as
19 que sofreram maiores movimentações. No restante, os aumentos são decorrentes de reajustes
20 anuais dos contratos, alguma mudança, mas nada significativo. O aumento no grupo Pessoal é
21 causado por reajuste salarial, aumento do vale-refeição, e vem uma contrapartida no grupo
22 Projetos Especiais, no qual mantinham uma reserva de contingência exatamente para fazer
23 reajuste salarial, então parte desse valor é reduzido desse grupo e incluído no Pessoal. Além
24 disso, trazem duas novidades aqui, uma referente ao processo da URV, então já fazem nessa
25 folha de pagamento até o final do exercício a incorporação dos valores de URV, considerando
26 tanto os técnico-administrativos quanto os docentes, gerando um impacto de R\$1,1 milhão
27 mensal na folha salarial. Outro ponto é que, sempre na revisão orçamentária traziam a inclusão
28 de recursos de horas extras para os hospitais, tanto para HC como Caism. Eles não abrem o
29 orçamento com uma previsão disso e esse valor de horas extras vinha aumentando
30 consideravelmente nos últimos dois anos, principalmente, então acabavam não incluindo, até
31 por não saber exatamente em qual valor essas horas extras iriam chegar. Nesta segunda revisão,
32 pela primeira vez, o que ajuda a aumentar essas despesas de pessoal é que verificaram o quanto
33 foi gasto de horas extras no primeiro semestre e já incluíram uma previsão de mais R\$16
34 milhões de pagamento de horas extras para os hospitais para o segundo semestre, para não haver
35 surpresas no final do ano. Outro grupo de despesas que vem com uma diferença é o de
36 Manutenção das Atividades Existentes, que é o custeio das unidades. A aprovação de recursos
37 suplementares para as despesas de custeio do HC é executada nesse grupo, então o aumento de
38 R\$15 milhões vem parte de recursos de receita, transferência entre os diversos grupos, com os
39 cerca de R\$12 milhões que foram suplementados para as despesas do HC geram um aumento
40 de R\$48 milhões nas despesas. Fazendo uma comparação entre receitas e despesas, iniciaram

1 o ano imaginando utilizar R\$602 milhões das reservas estratégicas e hoje, nesta segunda
2 revisão, apresentam uma utilização possível de R\$625 milhões, considerando os R\$355 milhões
3 de déficit do exercício e R\$268 milhões de despesas de anos anteriores. Apresenta a tabela do
4 saldo financeiro, que estava em R\$1,7 bilhão no final de julho, mas esse número hoje, após o
5 pagamento do décimo terceiro, é de R\$1,630 bilhão, praticamente o mesmo saldo com que
6 iniciaram o exercício. Mostra também a atualização do gráfico do ICMS, que sai de R\$156,9
7 bilhões para R\$164,5 bilhões pela Secretaria do Estado, representando para a Universidade um
8 aumento de R\$167 milhões nos recebimentos financeiros. A previsão de agosto, que não está
9 na segunda revisão, era de R\$13,1 bilhão para arrecadação mensal do Estado, mas ela foi de
10 quase R\$13,9 bilhões, muito próximo de um patamar de R\$14 bilhões, que é a previsão de
11 arrecadação para setembro. Portanto, o número de R\$164,5 bilhões está muito coerente com o
12 que vem acontecendo atualmente. Atualizando a tabela de receitas e despesas, mostra que, com
13 o acréscimo dos R\$167 milhões, a previsão de déficit baixou para R\$457 milhões, dos quais
14 R\$188,3 milhões são referentes ao déficit do orçamento de 2024. O Conselheiro FERNANDO
15 SARTI diz que o senhor Thiago fez referência a uma reserva de R\$1,630 bilhão, e lembra que
16 nesses recursos estão os valores do Grupo X, que são recursos que a Universidade já distribuiu
17 para os seus órgãos e unidades, na ordem de R\$280 milhões. Portanto, subtrai-se dos R\$1,630
18 bilhão os R\$280 milhões, assim como os recursos reservados para o programa de apoio e
19 permanência estudantil, da ordem de R\$70 milhões, que são os recursos que vieram da folha de
20 pagamento da Universidade. E subtrai-se também o que foi aprovado na COP, na CAD e no
21 Consu, aquelas três folhas que utilizam como fundo de precaução para eventuais situações de
22 dificuldade financeira na Universidade. Até porque foi entendimento deste Conselho que havia
23 ainda muitas desinformações sobre a reforma tributária e que, portanto, valeria a Universidade
24 se precaver não apenas de uma possível crise financeira, que agora não se verifica mais, mas
25 também em relação à reforma tributária. Hoje, obviamente, possuem muito mais conhecimento
26 do que é a reforma tributária, e sabem que os efeitos dela só se darão a partir de 2026. Nenhum
27 dos estudos feitos pelo Cruesp e pela própria Secretaria de Fazenda aponta queda de
28 arrecadação do Estado, o que os tranquiliza bastante, e com isso se sentem muito mais
29 confortáveis hoje em relação a essa questão. Subtraindo as três folhas que ainda estão ali como
30 fundo de reserva, sobrariam R\$550 milhões, que constituíram o fundo inicial do Plano
31 Plurianual de Investimentos, valor que já foi totalmente distribuído para as obras da
32 Universidade, nas cinco linhas em que a Depi atua, inclusive a questão da acessibilidade, a
33 questão do AVCB, novas obras, e assim por diante. Portanto, quando falam na reserva, é
34 necessário também subtrair esses R\$550 milhões, porque já foram distribuídos. Dessa forma, a
35 reserva que efetivamente possuem hoje na Universidade são exatamente as três folhas de
36 pagamento, sendo cada folha de pagamento hoje em torno de R\$260 milhões. Portanto, solicita
37 que não difundam na Universidade a falsa informação de que ela possui reservas de R\$1,6
38 bilhão. Esse valor está muito bem aplicado, porque a Aeplan e a PRDU, contando com o
39 conhecimento de macroeconomia do professor André Biancarelli e do professor Rodrigo
40 Lanna, têm trabalhado junto com o Banco do Brasil, propondo a forma de administração dessas

1 reservas, gerando R\$15 milhões a mais este ano por conta dessas decisões. Então, a reserva da
2 Universidade hoje disponível são três folhas de pagamento, aproximadamente três vezes os
3 R\$260 milhões, não mais do que isso, e é recurso suficiente, porque a previsão para 2024 é
4 otimista. Também é importante entender qual é a visão hoje do grupo de estudo da reforma
5 tributária do Cruesp. A reforma tributária começa para valer a partir de 2026 no que diz respeito
6 ao ICMS, que junto com o ISS vai se tornar o IBS, e se iniciará com alíquotas muito pequenas,
7 pois isso só vai se completar em 2033. Na análise da PRDU e dos colegas da USP e da Unesp,
8 a arrecadação de 2024 vem sendo acima do previsto porque no processo de reforma tributária
9 em algum momento vão pegar o período de arrecadação de 2024, 2025, 2026 e 2027, e isso vai
10 compor uma distribuição entre os estados. Assim, os estados mais fortes não aumentaram a
11 alíquota, porque politicamente ninguém quer aumentar a alíquota do ICMS, mas reduziram a
12 desoneração. Foi o que São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro também e mais um ou dois
13 estados fizeram, assegurando que no futuro, na distribuição do fundo dos recursos do IBS, terão
14 uma participação melhor. Portanto, a estimativa é de que esse comportamento do ICMS
15 permanecerá relativamente positivo para 2024, 2025 e 2026. Obviamente que em economia há
16 muitas questões que podem entrar no jogo político, a reforma não foi completamente ainda
17 aprovada em todas as suas dimensões dentro do Congresso, portanto, pode haver modificações.
18 Mas hoje, desse ponto de vista, o cenário que foi construído, acha que de uma forma adequada
19 pela COP e depois aprovada aqui no Conselho Universitário, tinha que levar em consideração
20 os riscos da reforma tributária, os riscos associados à própria economia, que felizmente estão,
21 de alguma maneira, se reduzindo. Mas lembra que começaram com uma projeção, neste ano,
22 de um déficit de R\$350 milhões, acreditando que pudesse realmente haver essa recuperação,
23 que ocorreu com base em dois setores, o de preços administrados e o de serviços. A arrecadação
24 teve, de janeiro até agosto, um crescimento em torno de 13,5%, ao passo que nos preços
25 administrados, que são energia elétrica, combustíveis e telecomunicações, ela cresceu 27%,
26 porque foi retomada a oneração. Vão acompanhando, monitorando mês a mês, e acha que essa
27 informação é importante para tranquilizar o Conselho, mas para mantê-lo também com
28 responsabilidade, pois devem administrar esses recursos com toda a responsabilidade possível.
29 O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que em 16 de maio ocorreu a reunião do Fórum
30 das Seis com o Cruesp e fizeram uma previsão de arrecadação na reunião de R\$160 bilhões. No
31 entanto, o Cruesp, naquela ocasião, disse que não era viável aquela arrecadação, pois estavam
32 se baseando no mês de abril, que era um ponto fora da curva. Pediram reunião novamente para
33 maio, para junho, para julho, mas os reitores não agendaram. Três meses sem agendamento de
34 reunião, e agendaram uma reunião técnica para dia 13 de setembro, para dizer que tinham razão,
35 pois, de fato, como previram, a arrecadação ia crescer. Já haviam afirmado também que o
36 governo tinha virado a chave e que, por conta da reforma tributária, ia acabar com as
37 desonerações; reduziram a de 23 setores em abril e agora, em novembro, vão cortar a de mais
38 200 para elevar a arrecadação, como é o caso do setor de autopeças. Já tinham feito esse
39 diagnóstico no dia 16 de abril. E apresentaram aqui no Consu, durante a discussão dos 5% de
40 reajuste, que foi aprovada uma emenda que permitia ao Reitor da Unicamp conceder mais

1 reajuste se o que estavam afirmando se tornasse realidade. É mais do que realidade, é mais
2 otimista do que estavam prevendo, a própria Secretaria da Fazenda prevê mais do que as
3 projeções do Fórum das Seis. Disse aos técnicos que deveriam marcar a reunião do Cruesp para
4 rediscutir, lembrando que na greve de 2000 fizeram uma fórmula que definia que o reajuste
5 seria determinado pela arrecadação. Na época foi 24,5%, terminaram essa greve com a fórmula,
6 sem o índice, e se estivessem errados, não haveria reajuste. Estavam certos naquela época e
7 estão certos agora novamente, só que agora não tem fórmula, os reitores não querem conversar,
8 assim como o governador também agora não quer conversar com os reitores. Estão pedindo
9 8,63% no caso da receita tributária, mas o governador desmarcou a reunião. Há muitos
10 problemas na Universidade, e o maior deles é a falta de diálogo, de não sentar para conversar;
11 sugere que a professora Maria Luiza, que está hoje presidindo a sessão, ligue para o presidente
12 do Cruesp dizendo que estão cobrando a reunião de negociação, para buscar alguma saída
13 conjunta, como já foi previsto pelo Fórum das Seis e não aceito pelo Cruesp. Distribuiu a
14 planilha, pediu para as pessoas olharem, e nela consta que a Unicamp está disponibilizando
15 para a Carreira Paepe, em média, R\$30 milhões por ano na promoção e progressão, e a Reitoria
16 acha que é muito investimento. Na Unesp foram gastos, na folha de julho, paga em agosto,
17 R\$5.875,859 milhões de uma referência para todos os servidores ativos e aposentados. Isso
18 representa, no ano, R\$78,325 milhões. No ano passado, foram concedidas duas referências, em
19 outubro, representando, as três somadas, no valor da última folha, R\$234.975.601,41. Esse é o
20 investimento, no último ano, da Unesp nos servidores, para atingir o salário da Unicamp, e já
21 ultrapassou. Hoje, a Unicamp é a prima pobre das três universidades, com o menor salário, no
22 nível médio e no superior, lá paga auxílio-saúde, aqui não paga. Lá não tem VR, mas vai
23 começar a pagar em janeiro. Estão brigando pela equiparação com a USP, na última CIDEF foi
24 apresentado o trabalho do GT, de que o sindicato participou, só que a DGRH encaminhou, junto
25 com a PRDU, apenas a parte que não tem despesa. A parte que tem despesa, que é a que
26 interessa para os funcionários, que é o enquadramento geral, para colocar todos, distribuir onde
27 deveria estar na tabela, não foi colocado, e também não foi justificado por que não foi colocado.
28 Nos bastidores, dizem que é muito caro para os funcionários. Na pauta específica do sindicato,
29 que está protocolada desde junho e não foi atendida, nem chamada reunião para discutir, há um
30 pedido de R\$100 milhões para essa fase. Haverá reunião da CIDEF agora dia 26, estão
31 preocupados com a avaliação do ano que vem, mas observa que a Unicamp investiu R\$90
32 milhões em três anos contra R\$234 milhões da Unesp em menos de um ano. Além disso, a USP
33 pagou abono de R\$10 mil e instituiu o auxílio-saúde, que a Unicamp não tem; a bancada já
34 apresentou uma proposta de auxílio-saúde, pois é fundamental o investimento nos servidores.
35 Em relação à questão do déficit ou não déficit, costuma ler balanços, e no balanço do ano
36 passado, que começou o ano com R\$300 milhões de déficit, usou da reserva R\$40 milhões.
37 Então, vai discutir o déficit quando publicar o balanço da Unicamp deste ano, até o dia 31 de
38 março. Porque dizer aqui que é R\$300 milhões de déficit e depois acaba sendo R\$40 milhões
39 não tem fundamento; pergunta qual é a execução orçamentária hoje, pois ouvem que com a
40 nova lei de licitação não conseguem comprar. Se não conseguem comprar, não conseguem

1 pagar, e se não pagar, vai ficar no caixa o dinheiro. Vai ter consulta para Reitor, não sabe se
2 tudo isso que está comprometido será mantido na próxima gestão, porque é de quatro em quatro
3 anos, e se não gastou no fim do ano isso pode ser recolhido e começa tudo de novo. É
4 fundamental que haja a reunião do Cruesp com o Fórum das Seis e também a reunião da pausa
5 específica, porque diálogo é o mínimo. A SENHORA PRESIDENTE pergunta qual o número
6 de funcionários da Unesp. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIOR ROMERA responde que é de 4.500
7 funcionários, porque desde 2013 não contrata, está contratando agora e sua folha agora é a que
8 mais tem crescido. Entretanto, com essa arrecadação nova, a média das três universidades vai
9 ficar abaixo dos 85% de comprometimento de folha, portanto existe possibilidade tanto para
10 dar o reajuste, como pagar o auxílio-saúde, que no passado foi pago na Unicamp. O abono
11 também poderia ser pago, pois custaria somente 5% do valor da reserva. O Conselheiro
12 FERNANDO SARTI diz que o senhor José Luis Pio cumpre muito bem o seu papel de
13 sindicalista, mas como economista confunde estoque com fluxo. Esclarece que as três
14 universidades têm situações financeiras diferentes e diz que entende a visão do senhor José Luis
15 de que todo recurso deva ser usado só para salário. Hoje na parte da manhã neste Conselho
16 Universitário foram apresentadas várias demandas, que tem certeza de que são demandas
17 legítimas, falando sobre a necessidade de recursos humanos para a Deape, para a Depi,
18 necessidade de realização de investimentos na Universidade, a necessidade de contratação de
19 185 enfermeiros e auxiliares de enfermagem para o HC. Estão fazendo uma distribuição
20 também de funcionários, contratações da ordem de 300 servidores que estão sendo analisadas
21 e discutidas. Vão também distribuir 144 vagas de docentes, portanto os recursos não são só para
22 salário; sabe que o papel do sindicalista é pedir salário, mas em uma gestão é preciso olhar para
23 a Universidade como um todo e trabalhar isso de forma responsável. Solicita que este Conselho
24 seja respeitado, que tragam números corretos, pois a gestão está apresentando esses números
25 da forma mais transparente possível. É fácil propor, mas é preciso mostrar de onde tirar. Mesmo
26 que sejam otimistas e realmente não ocorra o déficit de R\$350 milhões, que ele se reduza e
27 venha a ser um valor menor, ainda assim pergunta onde estariam esses recursos. Precisam fazer
28 propostas consequentes dentro da Universidade, que possui outras prioridades também
29 importantes. Lembra que recuperaram cinco anos de salários em três anos, com um índice de
30 40%, e observa que quando falam em valorização profissional, não é só salário. Valorização
31 profissional é salário, é progressão, não é recurso só para os funcionários; colocaram R\$100
32 milhões na progressão dos funcionários, mas colocaram também na progressão de
33 pesquisadores e na de docentes. E valorização profissional também é contratação, sabendo que
34 a Unicamp precisa repor uma parte dos seus quadros, e já estão repondo hoje na área da Saúde.
35 Pergunta quais conselheiros e conselheiras não gostariam de dar reajuste salarial, já que todos
36 dependem desse salário. Então, devem fazer um jogo com as cartas na mesa, sem distorcer os
37 números, tratando o orçamento da Universidade da forma mais séria e mais transparente
38 possível. Se sobrar recurso, será ótimo, ele será colocado em investimento, em contratação.
39 Tem repetido várias vezes na COP e na CAD que qualquer instituição deveria investir 5% do
40 seu orçamento por ano, o que representaria na Unicamp R\$150 milhões. Porém, ela não tem

1 conseguido, nesses últimos 20 anos, investir nem R\$20 milhões, e isso teve consequências na
2 sua infraestrutura, que está deteriorada. O professor Ricardo mencionou aqui a falta de salas de
3 aula, há também problemas de ar-condicionado, o HC só conseguiu começar agora a fazer a
4 climatização. São responsáveis, são servidores públicos, e possuem a obrigação de usar esse
5 recurso e de prestar conta à sociedade. Fica parecendo aqui que a Universidade não quer
6 valorizar os seus profissionais, o que rigorosamente não corresponde à verdade. Não adianta só
7 querer reunião do Cruesp com o Fórum das Seis, é uma decisão coletiva a distribuição dos
8 recursos da Universidade. Tem sido feito, sim, um esforço grande para a recuperação salarial,
9 foram 40% aplicados nesses três anos, que corresponde a uma inflação de 5%, e têm tentado
10 fazer as outras políticas que são necessárias para a Universidade, como contratação,
11 investimento, progressão. Isso também é uma forma de valorizar os profissionais da
12 Universidade. A SENHORA PRESIDENTE concorda que esta gestão tem a consciência de
13 como aplicar o seu recurso; toda vez que fazem uma aplicação ou contratações, progressões,
14 aumento de área, infraestrutura, isso é cuidadosamente observado. Preside a CVD e a CVND e
15 afirma que estão reajustando todos os quadros, de docentes, pesquisadores, após anos sem
16 nenhuma contratação, sem aumento de salário, sem progressão, porque as pessoas são o maior
17 tesouro da Universidade. Toda distribuição financeira é discutida, e acredita nos economistas
18 que os assessoram. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que traz uma
19 demanda de alguns colegas que se refere ao item sobre o vale-refeição. São pessoas que
20 possuem contratos de 20 horas, por exemplo, mas que eventualmente fazem atividade o dia
21 todo, então solicitam que seja estudada a possibilidade de conceder também pelo menos uma
22 parte do vale-refeição. A outra demanda é sobre o processo associado à URV, que há vários
23 colegas que deveriam receber, não receberam, e estão em um certo desconforto de não saber o
24 porquê. Então, talvez um esclarecimento para que todos entendam como foi essa decisão
25 judicial que atingiu vários docentes e vários aposentados. A Conselheira VERÓNICA
26 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ agradece ao senhor Thiago e ao professor Fernando pela
27 apresentação esclarecedora. Face ao que discutiram hoje pela manhã, em relação às cotas PCD
28 e em função também do que já enfrentam, principalmente nas Exatas, com a inclusão de
29 estudantes diagnosticados com espectro autista, que não é pouca gente, sugere que seja criado
30 um programa experimental de apoio aos docentes. O GT que cuidou da documentação das
31 novas cotas talvez pudesse auxiliá-los a identificar prematuramente as demandas que virão, as
32 necessidades de adaptação que terão, e também dar conta do que já estão enfrentando com esses
33 estudantes autistas. Sabe que bastante coisa foi feita, muitos estudantes têm auxílio didático,
34 têm um PAD apoiando já movimentos nesse sentido, mas ainda não consegue identificar esse
35 apoio para os docentes. Acha que talvez seja uma coisa relativamente simples, se bem
36 organizada, há iniciativas, uma unidade ou outra que vá se organizar de determinada forma, e
37 lhe parece que poderiam fazer uma coisa mais institucionalizada, a partir da identificação dessas
38 demandas. Acredita que a valorização dos docentes e dos funcionários passe muito por isso
39 também, em criar condições de trabalho gratificantes, adequadas, para que todos possam se
40 desenvolver. O Conselheiro ÂNGELO ROBERTO BIASI diz que Campinas é a quarta cidade

1 mais cara do Brasil comparada a Brasília, e quando falam de permanência estudantil, esse valor
2 que está sendo investido já não dá mais. A sugestão da bancada da pós-graduação é duplicar.
3 Até agora apoiaram professores, funcionários, mas os alunos estão ficando para trás. Outro
4 detalhe é a qualidade da alimentação; atualmente não possuem um restaurante com uma
5 qualidade plausível de alimentação, e se assim fosse também contribuiria para a permanência e
6 melhoria da saúde estudantil. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que o acadêmico Ângelo
7 tem toda a razão, e ressalta que todas as demandas são importantes, mas estão sempre limitados
8 aos recursos. Colocaram no orçamento de 2024 R\$150 milhões em apoio e permanência
9 estudantil, um percentual relativo ao orçamento que é maior que o de qualquer outra
10 universidade. Não há nenhuma universidade pública que coloque recursos dessa ordem para os
11 seus estudantes. Concorde que não é o suficiente, concorda que uma bolsa de R\$700 não é
12 suficiente para alugar nada em Barão Geraldo, talvez nem na periferia de Campinas. Mas estão
13 há três anos sem reajustar a alimentação no restaurante universitário, a refeição continua R\$3,
14 o que também é uma forma de tentar auxiliar. A qualidade também talvez não seja a melhor
15 possível, mas acha que tem havido um esforço para esse apoio e permanência estudantil, se
16 olham com essa proporção. Acha que nada vai ser o suficiente; não é o suficiente o salário que
17 o senhor José Luis está cobrando, não é o suficiente o número de contratações que estão fazendo
18 na área da Saúde, não é o suficiente o número de titulares que estão distribuindo, não é o
19 suficiente o número de distribuições de contratações. Mas precisam lidar com a realidade
20 orçamentária. Entretanto, não acha que dentro das prioridades a permanência esteja abaixo,
21 acha que ela está bem acima. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL diz que
22 tem participado das reuniões do Fórum das Seis e na semana passada, em um evento, uma
23 pessoa lhe explicou muito bem o que é a reforma tributária. Tem o maior respeito pela forma
24 como o senhor José Luis leva os dados, ele a tem ajudado também a entender esses dados, esses
25 cálculos etc., então discorda um pouco do professor Sarti ao dizer que ele não entende os
26 números. Estão falando de um orçamento que vai dialogar com a LDO, portanto gostaria de
27 entender como o Cruesp está fazendo o enfrentamento, o diálogo ou as contrapropostas para a
28 LDO. Sabem que há um grande risco de duas faculdades de Medicina serem incorporadas ao
29 orçamento das universidades paulistas, portanto solicita que isso seja contemplado na fala do
30 professor Sarti. Acha que estão do mesmo lado neste momento, quando fazem o embate em
31 relação à LDO, e nesse evento do Fórum das Seis, o Cruesp foi convidado e não apareceu,
32 ninguém se dispôs a estar lá dialogando. Claro que cada um sempre vai cumprir o seu papel, o
33 STU, a ADunicamp, mas existe uma questão maior e acha que seria bem importante a união de
34 esforços, pensando em como podem fazer esse enfrentamento. Solicita a palavra à professora
35 Silvia Gatti. A Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz que a fala do senhor José
36 Luis traz um contexto importante, assim como a fala do professor Sarti traz um outro contexto,
37 e é absolutamente normal que isso aconteça. Não há antagonismos, há superposições, e existem
38 várias concordâncias, na verdade; concordaram hoje com o ICMS previsto pelo Fórum das Seis
39 de R\$164,5 bilhões, essa é uma realidade, são iguais nessa observação. Como colocou a
40 professora Silvia Amaral, o Fórum das Seis está ocupado com as questões da reforma tributária

1 e está se antecedendo ao que pode acontecer com toda a cautela que lhe cabe. Há um GT do
2 Cruesp que fez uma avaliação técnica e um GT do Fórum das Seis que fez uma avaliação técnica
3 e os dados são os mesmos. Portanto, estão caminhando na mesma direção. Perguntar por que
4 não podem caminhar juntos é uma pergunta que também vale a pena ser feita, mas se não
5 querem caminhar juntos precisam ver de que forma cada grupo vai trabalhar para preservar a
6 Universidade naquilo que ela tem de mais importante, formação de cidadãos, ensino de
7 qualidade, extensão, pesquisa etc., porque os objetivos são os mesmos. Não possuem
8 concordância naquilo que estão insistindo para conversar com os reitores. A pauta salarial não
9 é o único ponto que está centrado na conversa com os reitores; os outros pontos são permanência
10 estudantil, a questão da reforma tributária, a LOA. Não falam nas reuniões em taxas, em valores
11 de aumento, porque isso já está posto, aparece em todos os boletins. Precisam criar o hábito do
12 diálogo no sentido desses pontos que são comuns e que são preocupantes para as universidades.
13 Pôde denotar o quanto a Unicamp avançou com as questões da permanência estudantil e a USP
14 e a Unesp não o fizeram na mesma intensidade. Precisam saber disso, é importante que a
15 comunidade tenha essa informação de que avançaram muito mais do que eles, por que é uma
16 política desta Reitoria e não de outra Reitoria, mas isso é uma coisa com que se preocupam,
17 porque as representações estudantis estão sentadas no Fórum das Seis. E é importante que
18 estejam lá, porque aquilo que eles demandam, as necessidades deles ficam mais claras para
19 todos, e de alguma maneira possuem uma inserção diferenciada dentro da Universidade.
20 Acredita nos números do senhor José Luis, embora ainda não entenda completamente a questão
21 das desonerações, acredita muito no GT Verbas, que é muito competente, e acredita nos
22 números que o professor Sarti traz, porque ele tem o olhar da Administração e daquilo que a
23 Universidade precisa. O que desejam é sentar, conversar, delimitar caminhos que possam ser
24 conjuntamente trilhados em benefício do futuro, porque sabem que não será fácil enfrentar
25 Tarcísio. O Conselheiro FERNANDO SARTI, respondendo ao professor Samuel, diz que
26 precisam consultar a DGRH e a PG sobre a questão do vale-refeição para quem tem contrato
27 de 20 horas. Isso demanda um estudo, realmente tem uma parte técnica que não saberia
28 responder agora. Em relação ao processo da URV, esclarece que foram duas ações, uma da
29 Unicamp e outra do STU, e houve uma ordem judicial para que esses servidores recebessem os
30 6,5%. Isso foi feito, mas se um ou outro não recebeu, tem que ser tratado com a DGRH. Com
31 relação ao retroativo, as causas são individualizadas e vai demorar mesmo o pagamento do
32 retroativo, que geralmente vem na forma de precatório. Em relação ao que falou sobre o senhor
33 José Luis ser um ótimo sindicalista mas isso muitas vezes o fazer forçar em cima dos números
34 e que ele se comprometia como economista, acha que ficou claro. Ele olha para os números do
35 jeito que ele quer, e ele está forçando, do seu ponto de vista, quando diz que os salários foram
36 os mais prejudicados no equilíbrio no orçamento. Discorda plenamente disso, pois o orçamento
37 da Universidade nesses últimos anos permitiu que repusessem 40% do poder aquisitivo para
38 uma inflação que ficou abaixo disso. Estão fazendo uma recuperação, que talvez não seja a que
39 todos gostariam, o próprio sindicato defende que voltem ao patamar de 2012, mas são
40 divergências. Não está dizendo que o senhor José Luis seja um mau economista, ele apenas

1 força os números para olhar para o lado do salário. Gostou muito da fala da professora Silvia
2 quando ela tentou mostrar que a discussão tem que ir além de salários. Precisam discutir
3 questões políticas como a LOA, estão todos preocupados com 30 de setembro, aliás é uma
4 preocupação que dividiu com o senhor José Luis, conversaram sobre isso, não sabem o que o
5 governo vai efetivamente propor, esperam que não venha nenhuma surpresa negativa. Tinham
6 uma reunião marcada, isso é de conhecimento de todos, com os quatro secretários, ela foi
7 desmarcada quando já estavam em São Paulo, e até agora não foram chamados para uma nova
8 reunião. Vão aguardar se haverá tempo ainda para uma reunião antes da LOA, mas também cria
9 essa expectativa. Gosta muito da ideia de que outras questões sejam pautadas, como a reforma
10 tributária, há uma proposta que foi feita dentro do Cruesp de como resolver, ou, no mínimo,
11 trazer uma segurança jurídica e financeira maior para as universidades, de que a vinculação
12 viesse para dentro da Constituição Paulista, que é o que acontece hoje com a Fapesp. E ao
13 mesmo tempo sugeriram, através de um estudo aprofundado, um novo percentual tendo como
14 base toda a tributação. Acha que uma agenda um pouco mais ampla como essa tem que ser
15 discutida o tempo inteiro, e estiveram sim lá representados pelos técnicos da USP, da Unesp,
16 da Unicamp, o senhor Thiago estava lá, e acha que isso é fundamental para essa troca de
17 informações. Então, que não fique nenhum mal-entendido sobre o que estão debatendo aqui;
18 entende a posição do senhor José Luis de sindicalista, e ele tem que entender a sua posição de
19 gestor, cada um tem que exercer aqui o seu papel. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que
20 trouxe o quadro planilha do Cruesp, negociado na data-base de 1991, passando de regime de
21 competência para fluxo de caixa. O reitor da época era o professor Carlos Vogt, houve debate
22 sobre essa planilha, então as bases são as mesmas, não há divergência, está trazendo o dado
23 oficial. Discorda do fato de que a Unicamp inclui vale-refeição e vale-alimentação na despesa
24 de Pessoal. Pelas normas da Secretaria de Tesouro Nacional, isso é despesa de custeio, não
25 deveria estar na folha, menos ainda agora, porque a Unicamp levou para a lei de cargos a
26 questão da lei de responsabilidade fiscal e isso foi aprovado. Na lei de responsabilidade fiscal,
27 benefício não é folha de pagamento, e deveria ter sido tirado de lá quando foi publicada a lei, o
28 que reduziria em 6% o comprometimento da Unicamp e o da USP em 7%. Está trabalhando
29 com a planilha que eles apresentaram na reunião técnica, agora o ICMS vai incrementar R\$200
30 milhões acima do que estava previsto, e é essa a receita que estão disputando. Essa receita não
31 estava prevista, e está propondo que ela vá para o salário, R\$30 milhões para o auxílio-saúde
32 para docentes e funcionários, que foi pedido pela ADunicamp e pelo STU, abono de R\$10 mil
33 para docentes e funcionários e ainda uma reunião do Cruesp para discutir o incremento da
34 arrecadação e um novo reajuste, que pode ser pela Fipe de maio. Se tivessem dado 6,38%, que
35 era a Fipe de 2016, teriam resolvido, as assembleias teriam aprovado e o Cruesp não estaria
36 passando essa vergonha que está passando hoje ao dizer que a arrecadação se manteria naquele
37 patamar, mas está muito maior e agora vai ficar no caixa. Mas vão divulgar o saldo que vai ficar
38 em caixa no final do ano. Não havendo mais observações, a SENHORA PRESIDENTE
39 submete à votação a matéria, que é aprovada com 56 votos favoráveis e 02 abstenções. Passa
40 ao item 08 – Proc. nº 01-D-30565/2024 –, do Hospital de Clínicas, que trata de solicitação de

1 recursos para a contratação de 185 servidores da Carreira Paepe para o Departamento de
2 Enfermagem do Hospital de Clínicas, no montante de R\$2.038.502,93 por mês e
3 R\$24.462.035,16 por ano. Destaque da professora Verónica e do professor Flavio. A
4 Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que já tirou as suas dúvidas na
5 COP e na CAD, mas acha que é importante que a comunidade toda acompanhe. Pelo relato que
6 aparece na documentação, há um número expressivo de servidores Paepe com restrições para a
7 realização do trabalho. A partir do aumento da demanda por conta da Covid, houve uma
8 ampliação das atividades relacionadas com esse departamento, o que implicou um aumento
9 descabido de horas-extras, que são mais caras. E, a partir disso, surge esse pedido de contratação
10 de 185 servidores para que não haja esse exagero nas horas-extras. Pelo que viu, isso aconteceu
11 ao longo de três ou quatro anos, então imagina que ano a ano isso poderia ter sido previsto, mas
12 talvez esteja escapando para ela algum aspecto que possa ser esclarecido. O Conselheiro
13 FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que sua fala é para expressar concordância com
14 a solicitação e também vai no sentido de tentar sensibilizar a Reitoria e os membros do Conselho
15 Universitário a respeito da situação do serviço clínico da FOP. Já é bem claro que a FOP vai ter
16 um prédio novo nos próximos meses, e hoje o serviço de atendimento faz cerca de 60 mil
17 atendimentos ao ano, contando com 22 funcionários somente. Quando analisam essa lista que
18 vem do HC, veem a importância dos funcionários para o atendimento dos pacientes. Hoje na
19 FOP possuem basicamente um funcionário por setor, então há um funcionário na esterilização,
20 um funcionário no almoxarifado, um funcionário na parte de imagem, dois técnicos de
21 radiologia, mas o técnico de radiologia só trabalha quatro horas, então é um funcionário por
22 período, um assistente social que trabalha seis horas, então todos os pacientes no período da
23 tarde estão desassistidos, e assim por diante. E há problemas também como o de funcionários
24 que estão pedindo redução de carga horária na justiça, sem redução de salário, em razão de
25 filhos portadores de deficiências. Já existe um caso concretizado, há uma outra funcionária que
26 está entrando na justiça com liminar, possivelmente vai ganhar também. E também existe a
27 questão de faltas de funcionários, que na área da Saúde é bem expressiva. Cada vez que um
28 funcionário falta, esse setor fica desassistido, se for um setor que exige um pronto atendimento,
29 por exemplo no caso de esterilização, precisam deslocar outro funcionário. Muitas vezes
30 deslocam funcionários que não são preparados para trabalhar em setores de instrumentais
31 contaminados, e ainda existe a previsão do aumento do serviço com a inauguração do novo
32 prédio. Já conversou com a professora Maria Luiza e com o professor Sarti, e sua fala aqui é
33 mais no sentido de sensibilizar os membros deste Conselho para a questão da área da Saúde da
34 FOP. Há a questão de a FOP ser ou não ser área da Saúde, mas ela presta atendimento
35 odontológico, quer aumentar o atendimento, e possui, além dos pacientes normais que são
36 atendidos, serviços importantes para pacientes oncológicos, para mulheres vítimas de violência
37 doméstica, serviço de trauma, de acompanhamento da gestante até a criança ter quatro anos,
38 então envolve toda a questão de aleitamento materno, de uso de chupeta e outras questões,
39 inclusive com nutricionistas e psicólogos. Portanto, a FOP realiza um serviço importante para
40 a comunidade e para a sociedade, e precisa dessa sensibilização para que possa continuar

1 ofertando esses serviços e ampliá-los. Hoje os alunos estão atendendo em dupla, em razão da
2 reforma das clínicas que foi necessária em 2020; eles atendiam sozinhos até abril de 2020,
3 passaram a atender em duplas e somente 35 duplas por semana em um sistema de rodízio, então
4 ficam duplas sem atender e depois elas voltam a atender. Com a inauguração do novo prédio
5 que está para ser finalizado, a ideia é que esses alunos voltem a atender de maneira individual,
6 ou seja, vão quase triplicar o número de atendimentos, só que para isso vão precisar de recursos
7 humanos. Então, como o professor Sarti já mencionou que parte do investimento tem que ser
8 em pessoal, solicita essa atenção especial à FOP. A SENHORA PRESIDENTE diz que a gestão
9 sabe dessa questão e vai ajudar a FOP a implementar a clínica, assim como está ajudando o HC.
10 A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE agradece ao professor Flavio e à professora
11 Verônica pelas considerações, e responde que o número de horas extras aumentou nos últimos
12 dois anos. Houve aumento da demanda e de casos novos que chegaram porque muitas pessoas
13 perderam seus convênios após a pandemia, e pela gravidade desses casos, que faziam com que
14 eles necessitassem, mesmo em serviços de média complexidade, ser encaminhados para o HC.
15 Nesse período, fizeram tratativas, inclusive com a atual gestão da Reitoria, para contratação
16 emergencial, que era o que tinham disponível em caráter de maior celeridade, de funcionários
17 Funcamp que, no decorrer desses anos, foram desligados, alguns não apresentaram interesse
18 em continuar em regime temporário, emergencial. Ao longo desse período, para que não
19 houvesse desassistência para esses pacientes, acabaram aumentando o número de horas extras.
20 Então, em resposta à pergunta da professora Verônica, medidas foram tomadas, mas elas não
21 foram sustentáveis, por conta da sua temporalidade. Além disso, a movimentação da equipe da
22 enfermagem acaba sendo bem grande por conta de novos serviços que estão se abrindo na
23 região, e acabam perdendo funcionários, além de também perder muitos funcionários da equipe
24 da enfermagem durante a pandemia e no final, por conta de aposentadorias. Também mostram
25 no relatório o fato de haver muitos funcionários com laudos médicos que proíbem a realização
26 do atendimento na ponta, da assistência, que é um atendimento muitas vezes pesado. Tiveram
27 que afastar muitos desses funcionários ao longo desse período, sem condição de repor em tempo
28 hábil, e portanto mais horas extras foram se agregando. Em relação aos apontamentos do
29 professor Flavio, agradece por ele estar em parceria com o HC, lembrando que a Odontologia
30 também faz muitos procedimentos dentro do próprio HC. O serviço que tem parceria com a
31 Faculdade possui números impressionantes, que está atendendo tanto pacientes de alto risco
32 quanto pacientes de média complexidade, além dos pacientes transplantados, fazendo
33 acompanhamento bem importante dos pacientes de doenças oncológicas, que têm mucosites.
34 Então, é um número expressivo e eles estão em profunda sintonia com o Hospital, portanto são
35 sim da área da Saúde também, não há dúvida em relação a isso. A contratação proposta vai
36 permitir a redução dessas horas extras e vão fazer um acompanhamento, por parte da
37 Superintendência junto com a DGRH, da redução progressiva dessas horas extras. Já possuem
38 um número de que cada funcionário que conseguirem admitir vai repercutir na diminuição de
39 133 horas extras no final de cada mês. Isso já constou nas pautas da COP e da CAD e é um
40 compromisso frente à comunidade de que estarão acompanhando isso, e a ideia é sempre trazer

1 os números do aumento do atendimento, do aumento da importância do HC para a sociedade.
2 A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ agradece à professora Elaine pelo
3 esclarecimento e acredita que, de fato, precisam se antecipar a essas situações críticas, porque
4 repor esse contingente de pessoas vai ser complicado. Agradece muito que tenham tentado no
5 meio do caminho outras alternativas, e agora que já se conhece qual é a melhor, que se pratique
6 daqui para frente em outros lugares. É um compromisso que todos têm com o HC e precisam
7 mantê-lo. O Conselheiro RAFAEL SILVA MARCONATO diz que, como enfermeiro, não
8 poderia deixar de se manifestar sobre esse tema. A valorização da enfermagem é importante, é
9 um tema que vem sendo discutido na sociedade, principalmente depois da pandemia, e ter esse
10 reconhecimento votado aqui é muito relevante. Traz aqui também, como fez na CAD, uma
11 característica humanística dessa situação, porque são pessoas fazendo essas 25 mil horas extras,
12 são profissionais da enfermagem. Para quem está lá vivendo isso, estão lidando com uma
13 situação em que o sujeito está trabalhando até cinco noites seguidas, três no seu plantão, duas
14 fazendo hora extra na sequência, sem descanso. Todos estão tendo que fazer um esforço muito
15 grande para que o serviço continue andando. Destaca a atuação do enfermeiro Joaquim
16 Graciano, que é o coordenador de enfermagem do HC, que levantou todos esses dados e que
17 trabalha com isso diariamente junto com a sua equipe. Observa que, quando olham os números,
18 eles parecem grandes, são 185 profissionais, mas a enfermagem é a maior categoria Paepe da
19 Universidade; só no HC são mais de 1.500 profissionais. Então, quando colocam isso na
20 proporção, entendem a magnitude desse problema e o quanto isso precisa ser discutido. A
21 Conselheira ELAINE DOS SANTOS JOSÉ faz coro à proposta, está há 28 anos no HC e sabe
22 exatamente como é a assistência. São imprescindíveis essas pessoas lá, a assistência é
23 complexa, são pacientes graves, as horas extras geram o cansaço do profissional, quando há
24 contratação emergencial não conseguem treinar a pessoa para o tipo de complexidade que existe
25 no Hospital, e isso impacta diretamente no que fazem para o paciente e no próprio andamento
26 do Hospital. Portanto, precisam trabalhar com a ideia de uma qualidade ali, até porque o
27 Hospital faz o último tipo de atendimento dentro da cadeia de atendimento do SUS, não há para
28 quem fazer uma contrarreferência. Então, o grau de complexidade dos pacientes que o HC
29 atende é diferente de todos os lugares que normalmente o paciente vai para um atendimento
30 habitual. Não é um atendimento simples; são pacientes críticos, ficam intubados, são cirurgias
31 cardíacas grandes, chegam pacientes para transplantes, portanto são pacientes que ficam muito
32 mais tempo do que uma internação habitual. É um outro tipo de cenário, então realmente
33 endossa a necessidade dessas vagas, o trabalho da enfermagem para isso é muito braçal, é muito
34 cansativo e essencial, e acha que isso a pandemia acabou deixando muito claro para todos. A
35 Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE diz que esse recurso que hoje estão pleiteando
36 tem uma vertente que é um contrabalanço do Estado. Hoje atendem no HC por produtividade,
37 como se fossem uma autarquia direta do Estado; recebem o SUS Paulista, que vai trazer um
38 adicional ao longo do período, estão recebendo a cada três meses do Governo do Estado de São
39 Paulo por produtividade. E como aumentaram a capacidade de atendimento, aumentaram a
40 produtividade. No SUS Paulista, hoje, o implemento seria de R\$12 milhões, na área da Saúde

1 como um todo, contando Caism, Hemocentro, com 500 leitos, quase semelhante a hospitais de
2 1.200 leitos. Então, realmente estão atendendo bastante, acolhendo bastante, e a prova disso é
3 produtividade que vêm conseguindo mostrar de acordo com o Governo Federal e o Estadual.
4 Com isso, haverá uma contrapartida, a estimativa é de que sejam R\$10 milhões por ano,
5 portanto estão levando para a sociedade o melhor atendimento possível, mas estão tendo agora
6 uma contrapartida, graças ao nome da Unicamp, para que possam obter um pouco de
7 sustentabilidade financeira. Não havendo mais observações, a SENHORA PRESIDENTE
8 submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar na
9 Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: B – Composição do
10 Conselho de Orientação – Indicação de Membros – Deliberação Consu-A-24/2003 – 02) Proc.
11 nº 01-P-6002/1990 – Faepex – Indicação de membros para compor o Conselho de Orientação
12 do Fundo de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, a partir de indicações aprovadas pelas
13 Congregações das Unidades, pelos Centros e Núcleos e Colégios Técnicos, conforme sugestão
14 apresentada pela PRP através do Memo PRP/Faepex-04/24, como segue: Cocen: Ana Carolina
15 de Moura Delfim Maciel, Cotil: Carolina Scherrer Malaman, Cotuca: Jodir Pereira da Silva,
16 FCA: Diego Jair Vicentin, FCF: Marcelo Lancellotti, FCM: Renato Simões Gaspar, FE: Nora
17 Rut Krawczyk, FEA: Gabriela Alves Macedo, Feagri: Cinthya Bertoldo Pedroso, FECFAU:
18 Philippe Remy Bernard Devloo, Feec: Paulo Cardieri, FEF: Bruno Rodrigues, FEM: José Maria
19 Campos dos Santos, FEnf: Daniela Fernanda dos Santos Alves, FEQ: Leonardo Vasconcelos
20 Fregolente, FOP: Camila Batista da Silva de Araújo Candido, FT: Vitor Rafael Coluci, IA:
21 Larissa de Oliveira Neves Catalão, IB: Gustavo Quevedo Romero, IC: Lehilton Lelis Chaves
22 Pedrosa, IE: José Dari Krein, IEL: Caio Cesar Costa Robeiro Mira, IFCH: Everton Emanuel
23 Campos de Lima, IFGW: José Antônio Brum, IG: Lindon Fonseca Matias, Imecc: Benilton de
24 Sa Carvalho, IQ: Marco Aurélio Zezzi Arruda, PRG: Discente Graduação - Wesley Hjalmar
25 Lindquist e PRPG - Discente Pós-Graduação - Marcelo Felipe da Silva Estácio de Santana. C
26 – Programa de Integridade da Unicamp – 03) Proc. nº 42-P-32316/2024 – Controladoria Geral
27 – Programa de Integridade da Unicamp – Despacho UGI-01/24 (Unidade de Gestão de
28 Integridade). D – Calendário das Reuniões do Consu, Cepe e CAD para 2025 – 04) Calendário
29 das reuniões para o ano de 2025 do Conselho Universitário e das Câmaras de Ensino, Pesquisa
30 e Extensão e de Administração. E – Moções – Artigo 45 do Regimento Interno do Consu – b)
31 Para Ciência – 06) Proc. nº 36-D-29812/2024 – Moção de apoio à instalação de um curso de
32 Direito em Limeira, enviada pela Faculdade de Ciências Aplicadas – Despacho da Diretoria da
33 FCA-27/24. A SENHORA PRESIDENTE convida o professor André para ler a moção que
34 consta do item 05 do Expediente, que reitera a exigência de um urgente cessar-fogo na faixa de
35 Gaza, que foi apresentada pelo Comitê Unicamp em Solidariedade ao Povo Palestino. O
36 Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ passa a palavra à representante discente
37 Aline Schmidt, que fará a leitura do texto da moção, e em seguida vai fazer um breve
38 comentário, só adiantando que a moção conta já com quase 400 assinaturas de apoio. A
39 Conselheira ALINE SAMPAIO RODRIGUES SCHMIDT diz que podem verificar as
40 assinaturas e quem quiser assinar agora também tem essa possibilidade. Como disse o professor

1 André, essa moção foi elaborada pelo Comitê em Solidariedade ao Povo Palestino. Passa à
2 leitura: “Moção ao Consu pelo cessar-fogo imediato em Gaza: Desde 7 de outubro de 2023, a
3 Reitoria da Unicamp, por meio de notas oficiais, tem repudiado atos de violência contra
4 populações civis no Oriente Médio e, em particular, condenado as brutais atrocidades na Faixa
5 de Gaza. Um duradouro cessar-fogo tem sido solicitado nessas notas; em 12.7.2024, por
6 exemplo, uma nota da Reitoria conclui com uma certa contundência: ‘A violência insana que
7 testemunhamos contra o povo palestino não pode ser perpetuada por mais nenhum dia sequer’.
8 O Comitê Unicamp em Solidariedade ao Povo Palestino – constituído por docentes, estudantes,
9 pesquisadores e servidores desta Universidade – entende que o Conselho Universitário,
10 igualmente, não deve se omitir nem se calar diante do agravamento da tragédia humanitária
11 evidenciada pelo permanente e infundo massacre da população civil palestina. Uma
12 manifestação do Consu é um ato inadiável e imprescritível face à dimensão moral, política e
13 intelectual da interpelação que desafia toda a comunidade acadêmica da Unicamp neste
14 momento da conjuntura internacional. Propomos que o Consu, em sua reunião de 24 de
15 setembro, aprove uma moção pública onde se reitere a exigência de um urgente cessar-fogo na
16 Faixa de Gaza a fim de que seja estancada a barbárie genocida na região. Por meio deste
17 posicionamento público, o Consu expressa o compromisso da comunidade acadêmica da
18 Unicamp pelo fim da ocupação dos territórios dos palestinos, contra o odioso regime de
19 *apartheid*, pela defesa de uma Palestina livre e soberana e a expectativa de um futuro
20 democrático, laico e de paz em toda a região”. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO
21 E CRUZ diz que a esta altura já são mais de 41.200 mortos em Gaza, desde o dia 7 de outubro,
22 números certamente muito subestimados. Também já são centenas os mortos na Cisjordânia,
23 em função da nova ofensiva do exército israelense também nessa região, incluindo a expulsão
24 da população palestina das suas terras pelos assentamentos ilegais. E, agora, também, como
25 todos têm acompanhado, os ataques com *pagets* no Líbano, que foram definidos por jornalistas
26 insuspeitos, como Elio Gaspari, da “Folha de S.Paulo”, como terrorismo de Estado, além de um
27 bombardeio recente entre domingo e segunda-feira, com cerca de 100 mortos em Beirute, 37
28 mortos pelos ataques aos *pagets* na semana passada, e mais 100 mortos em Beirute. Tudo isso
29 para sustentar um regime de ocupação ilegal, pelo menos desde 1967, se não desde 1948,
30 condenado por seguidas resoluções das Nações Unidas e, agora, também, por uma decisão da
31 Corte Internacional de Justiça, em julho do presente ano. Israel se dá ao luxo de ignorar todas
32 essas resoluções, justamente porque conta, infelizmente, com o apoio até agora inabalável da
33 principal potência bélica do planeta, os Estados Unidos. Nesse sentido, a opinião pública
34 internacional tem se mobilizado fortemente em solidariedade à causa dos palestinos, não apenas
35 do ponto de vista dos direitos humanos, sistematicamente violados, mas também do direito
36 deste povo à autodeterminação. Então, é nesse sentido que o Comitê Solidariedade ao Povo
37 Palestino mobilizou um número bastante significativo de colegas em apoio a essa moção. A
38 Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que se soma às falas dos conselheiros André e Aline,
39 saúda o Comitê Unicamp em Solidariedade ao Povo Palestino pelo envio dessa nova moção,
40 em um claro gesto de esforço de construir um denominador comum a partir das discussões que

1 foram feitas aqui em reuniões anteriores do Conselho Universitário. Esse novo texto procura
2 ressaltar aquilo que possuem em comum, que é a indignação face ao genocídio em curso e o
3 clamor pelo cessar-fogo. Acha que isso é o mínimo, mas é fundamental neste momento que
4 esse mínimo seja aprovado. Ao endossar essa moção, o Consu contribui de uma forma decisiva
5 nesse movimento de opinião pública internacional que já foi mencionado aqui, que se coloca
6 claramente em uma posição política de defesa de uma causa e diante de uma situação na qual
7 não podem se omitir. Não podem se omitir diante de uma tragédia humanitária, e acha que isso
8 não são palavras ao vento, mas é um posicionamento político que precisa ser consequente com
9 os seus atos. Portanto, apoia a moção e parabeniza os seus proponentes pelo fato de ter insistido
10 nesse encaminhamento e interpelar o Consu a tomar uma decisão neste momento. A
11 Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que é muito simbólico que este Consu hoje esteja
12 aprovando essa moção, pois com isso ele consolida uma linha de conduta, de indignação, como
13 a professora Andréia comentou, de manifestação a favor da justiça, da paz e do mínimo de
14 igualdade das condições de bem-estar mundial. Mas também é simbólico porque este Consu
15 aprovou hoje o título de professor *honoris causa* ao ex-ministro Celso Amorim. Muito foi dito
16 aqui sobre ele pela manhã, quando lhe foi concedido o título, e um dos pontos, dentre os muitos
17 que o justificam, é a defesa que ele sempre fez, como ex-ministro, e ainda faz, como
18 representante do país no exterior, da soberania dos povos. Acha que é disso que estão falando
19 aqui, da soberania do povo palestino e do fim de um massacre que chega hoje a um volume de
20 mortes remarcável. Acha que o Consu com isso faz um belo ato, tem uma bela conduta e uma
21 bela consolidação da sua linha de ação e de manifestação pública, dando sequência a uma
22 opinião pública que já vem se fazendo, e agora se somam a isso. O Conselheiro PETRILSON
23 ALAN PINHEIRO DA SILVA faz coro às falas anteriores, no sentido de apoiar a moção, e traz
24 um caso específico para ser apoiado: um colega palestino chamado Mohammed Amer, da área
25 de linguagem, que trabalha na Universidade de Gaza – e não sabe se todos sabem, mas Gaza
26 tem várias universidades –, e que tem relações acadêmicas com um docente no IEL. A
27 universidade dele está no chão, foi destruída. Ele tem sido convidado para fazer palestras, fazer
28 eventos fora, sente-se muito lisonjeado com os convites, mas fez um apelo de que fizessem o
29 que for possível pelo cessar-fogo, porque pessoas estão morrendo, universidades e escolas estão
30 sendo destruídas. Não tem a capacidade de se colocar no lugar dele, talvez ninguém aqui
31 consiga, porque a Unicamp está inteira, estão trabalhando, e é inimaginável se colocar no lugar
32 de alguém que perdeu o seu local de trabalho destruído por bombas. Acha que a moção,
33 minimamente, ainda que tenha só um efeito puramente simbólico, diz alguma coisa sobre a
34 responsabilidade política que possuem sobre o que está acontecendo lá. É algum tipo de recado
35 que podem dar. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que acha muito bem-
36 vinda e importante essa iniciativa do Comitê, pois a situação em Gaza é insuportável e é um
37 testemunho contra a humanidade. Ontem debateu com os alunos sobre esse assunto e a
38 Universidade realmente tem um papel importante, ela não pode se calar diante de mais de 70
39 anos de pressão ao povo palestino e essa situação insuportável em Gaza. Solicita esclarecimento
40 sobre o que vão aprovar; talvez pudessem aprovar o endosso dessa carta, o Conselho

1 Universitário endossa a carta preparada pelo Comitê, nos termos em que ela está escrita e pela
2 importância do momento. Trata-se de um documento que já foi validado por uma grande parte
3 da comunidade acadêmica, ele possui muitas assinaturas, e depois de endossado aqui ele terá
4 que ser divulgado. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ concorda com o
5 entendimento do professor Cesar e diz que depois, se for o caso, podem fazer os ajustes
6 vocabulares na carta. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI observa que é preciso
7 votar o texto agora; se não for o texto que está na pauta, precisam então fazer uma leitura do
8 texto que vai ser votado. Vai compartilhar nos *notebooks* o texto que está na pauta e os
9 conselheiros podem fazer as alterações necessárias. A Professora MARIA SILVIA VICCARI
10 GATTI diz que, pelo que leu e ouviu, acha que se substituïrem, no último parágrafo, “uma
11 moção” por “esta moção”, talvez resolva o que o professor Pagan colocou. A Conselheira
12 ANDRÉIA GALVÃO faz uma sugestão na mesma linha que a professora Silvia, com relação
13 ao último parágrafo: colocar que o Consu aprova “esta moção pública, reiterando a exigência”,
14 e com isso o Conselho, ao aprovar esta moção, subscreve todo o seu conteúdo. Parece-lhe que
15 é isso que está sendo colocado em discussão aqui, e agradece à Reitoria por ter colocado em
16 votação no Expediente esta moção. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO observa que na
17 primeira frase é preciso retirar o acento da palavra “têm”. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR
18 DA SILVA WALTER diz que é preciso fazer uma leitura um pouco mais cuidadosa do texto,
19 porque há algumas passagens instando o Conselho Universitário a agir de uma determinada
20 forma, sendo que é o próprio Conselho Universitário que vai aprovar esta moção. Então, acha
21 que precisam fazer um ajuste no texto. Há uma correção a ser feita no terceiro parágrafo: “O
22 Comitê Unicamp em Solidariedade ao Povo Palestino entende” em vez de “entendem”. O
23 Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES diz que, no segundo parágrafo, “Um
24 duradouro cessar-fogo tem sido solicitado nessas moções”, na leitura foi colocado “nessas
25 notas”, referindo-se ao parágrafo anterior, que cita as notas oficiais que a Reitoria tem emitido.
26 Então, acredita que realmente seria melhor substituir “moções” por “notas”. A Conselheira
27 ALINE SAMPAIO RODRIGUES SCHIMIDT sugere a substituição da palavra
28 “imprescritível”, no quarto parágrafo, por “imprescindível”. O texto está com alguns erros
29 ortográficos e gramaticais, acha que ele precisa ser revisto. Sugere, como método de
30 encaminhamento, que discutam se há alguma discordância política em cima do conteúdo e
31 depois leem com calma e alteram essas pequenas palavras que não comprometam o sentido. A
32 Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que as correções gramaticais a Secretaria
33 Geral se encarrega de fazer. Se aprovada a moção, estão todos aprovando o conteúdo tal como
34 ele está, e pequenas correções a Secretaria Geral faz. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO
35 diz que o último parágrafo tem que começar da seguinte forma: “O Consu, em sua reunião de
36 24 de setembro, aprova”, é algo definitivo e afirmativo. O Conselheiro DIRCEU NORILER
37 manifestava-se favoravelmente à mensagem política que a moção sugere, mas reitera a
38 preocupação exposta pelo professor Arnaldo de que essa moção está sugerindo ou imputando
39 ao Conselho Universitário tomar uma ação. Portanto, não acha que deveriam aprovar a moção
40 como ela está; acredita que deveriam propor uma moção do Conselho Universitário, porque não

1 estão referendando a mensagem política só. É uma preocupação em relação à forma como está
2 colocado, porque mesmo trocando os verbos e corrigindo, ela vai ficar como se fosse uma
3 imposição deste grupo ao Conselho Universitário. O Conselheiro RICARDO MIRANDA
4 MARTINS diz que imagina que essa nota vá para o *site* da Unicamp, então sugere que elaborem
5 uma nova moção aproveitando termos que estão no texto que foi enviado. A professora Mônica
6 e ele redigiram a seguinte proposta: “O Conselho Universitário repudia atos de violência contra
7 populações civis no Oriente Médio e, em particular, condena as brutais atrocidades na Faixa de
8 Gaza. Por isso, exige um urgente cessar-fogo na Faixa de Gaza a fim de que seja estancada a
9 barbárie genocida na região. Por meio desse posicionamento público, o Consu expressa o
10 compromisso da comunidade acadêmica da Unicamp pelo fim da ocupação dos territórios
11 palestinos contra o odioso regime de *apartheid*, pela defesa de uma Palestina livre e soberana
12 e a expectativa de um futuro democrático, laico e de paz em toda a região”. Não adicionaram
13 palavras, juntaram o primeiro parágrafo e o último. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU
14 diz que a proposta do professor Ricardo a contemplou plenamente, porque o grande problema
15 é tentar transformar uma carta oriunda de determinados segmentos que pediam ao Conselho
16 Universitário uma moção. A Conselheira VALENTINA SPEDINE SIERRA diz que ficou um
17 pouco mais clara para ela essa proposta de reorganização, mas fica um pouco confusa com os
18 motivos de tantos questionamentos ao texto; parece haver uma hesitação de aprovar a escrita
19 tal como ela está agora, entendendo que é um posicionamento político de um comitê. Se não há
20 desacordo político, pergunta qual seria, de fato, essa mudança, porque a carta como é construída
21 pelo comitê traz uma posição bastante exigente, e fica com receio de que essa modificação retire
22 esses elementos. Por exemplo, a carta coloca que não devem “se calar diante do agravamento
23 da tragédia humanitária evidenciada pelo permanente e infundo massacre da população civil
24 palestina”, e acha que isso deve aparecer na carta, porque reafirma seu teor político. O professor
25 Petrilson se referiu à destruição das universidades, lembrando que não se trata somente do
26 assassinato de pessoas, mas é um assassinato do conhecimento, o assassinato de uma cultura, é
27 uma tentativa de derrubar toda a cultura histórica de um povo que resiste há muitas décadas. O
28 Conselheiro DIRCEU NORILER reafirma que está totalmente de acordo com a proposta do
29 professor Ricardo, que mantém a mensagem política. A questão é que fica incoerente uma
30 moção do Consu incitar o próprio Consu a se manifestar, mas a carta surtiu o efeito político
31 pretendido, tanto é que o Conselho Universitário vai se manifestar politicamente, segundo essa
32 proposição. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que não há discordância política,
33 mas é como o professor Dirceu falou: se aprovam a carta como está, tiram o poder de fala do
34 Consu, que é muito mais poderosa do que só referendar o Comitê Unicamp, o qual, aliás
35 parabeniza, uma vez que tentou falar com algumas pessoas ligadas aos direitos humanos e não
36 conseguiu fazer essa moção. Então, acha que o Comitê está de parabéns. Só que a fala do Consu
37 é mais impactante e mais poderosa, porque é a Universidade falando. Para atender à demanda
38 da conselheira Valentina, fizeram um enxerto no texto, que ficou assim: “O Conselho
39 Universitário repudia atos de violência contra populações civis no Oriente Médio e, em
40 particular, condena as brutais atrocidades na Faixa de Gaza. Por isso, exige um urgente cessar-

1 fogo na Faixa de Gaza a fim de que seja estancada a barbárie genocida na região. Entendemos
2 que o Conselho Universitário não deve se omitir nem se calar diante do agravamento da tragédia
3 humanitária evidenciada pelo permanente e infundo massacre da população civil palestina. Por
4 meio deste posicionamento público, o Consu expressa o compromisso da comunidade
5 acadêmica da Unicamp pelo fim da ocupação dos territórios dos palestinos, contra o odioso
6 regime do *apartheid*, pela defesa de uma Palestina livre e soberana e a expectativa de um futuro
7 democrático, laico e de paz em toda a região”. Esta é a palavra do Conselho Universitário, que
8 repete inclusive o ponto que a conselheira Valentina pediu. Se houver alguma necessidade,
9 adaptam, mas acha importante dar essa primazia de fala para o Conselho Universitário no texto
10 que vai ser aprovado. A Conselheira ALINE SAMPAIO DE RODRIGUES SCHMIDT diz que
11 possui acordo, porque o fundamental é o Consu sair com uma posição pelo cessar-fogo imediato
12 em Gaza e reconhecer a brutalidade do genocídio que acontece agora na região, manifestando
13 sua opinião contrária e pelo cessar-fogo. Isso está expresso nessa nova proposta que o professor
14 Ricardo e a professora Mônica elaboraram, e também está mais em formato de moção. O
15 problema do texto que está na pauta é que elaboraram uma moção do comitê e não tomaram o
16 cuidado de deixá-la no formato para ser aprovada enquanto moção do Consu. Mas acha que
17 agora com as alterações sugeridas ficou nesse sentido mesmo, portanto devem criar consenso e
18 aprová-la. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ agradece aos colegas
19 Ricardo e Mônica pela redação e concorda com a acadêmica Aline que a redação proposta
20 mantém o essencial da carta do comitê e atende ao pedido feito por esse conjunto de membros
21 da comunidade universitária. Além disso, foi um belo esforço de redação e de construção de
22 consenso neste Conselho, então devem aprová-la. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO
23 DE CARVALHO diz que concorda com o texto, acha que ficou excelente o trabalho feito aqui
24 em poucos minutos, mas sugere a substituição de “exige” por “apela por”. O Conselheiro
25 RICARDO MIRANDA MARTINS diz que a proposta não é sua, só copiou o que a carta
26 original já trazia. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz que a paz às vezes
27 tem que ser exigida. A SENHORA PRESIDENTE diz que então podem manter a palavra
28 “exige”, e a proposta da Mesa é que seja votada a moção apresentada pelo professor Ricardo e
29 pela professora Mônica, com a concordância dos discentes e dos demais membros. Não
30 havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Em
31 seguida, convida o senhor José Luis para apresentar uma moção que será votada também aqui,
32 que está sendo distribuída aos conselheiros, contrária à cobrança de mensalidade das
33 universidades estaduais paulistas. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA lê a moção: “O
34 Conselho Universitário da Unicamp vem por meio desta moção afirmar que é completamente
35 contra o projeto de lei 672/2024, que institui o programa Siga, publicado no Diário Oficial do
36 Estado São Paulo dia 17 último, por iniciativa do deputado Leonardo Siqueira, do Partido Novo.
37 Esse projeto representa o primeiro passo para a privatização das universidades estaduais
38 paulistas. Ele tem a finalidade de cobrar mensalidades para os estudantes das instituições de
39 ensino superior públicas do Estado São Paulo. Conforme publicado, o programa será
40 implementado em todas as instituições de ensino superior do Estado. Cobrança de mensalidade

1 não é a solução para o financiamento da universidade pública. O projeto argumenta que vinte
2 países desenvolvidos adotam a cobrança de mensalidade em suas universidades públicas e que
3 a forma de aplicação dessa cobrança é essencial para garantir maior eficiência. O projeto não
4 menciona que todos esses países fazem investimentos públicos em educação muito superiores
5 aos do Brasil, que é o terceiro que menos investe em uma lista de 42 países avaliados pela
6 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Ou seja, ele está
7 colocando na conta do povo o dever do próprio Estado, mais uma vez mostrando que o projeto
8 atende a uma política neoliberal, reduzindo o Estado e privatizando os serviços públicos. Essa
9 justificativa no mínimo mostra que a proposta não melhora a produção do saber nas
10 universidades públicas paulistas e ataca sua autonomia didático-científica, administrativa e
11 financeira garantida no artigo 207 e no 206 da Constituição Federal, sendo o 206 referente à
12 gratuidade do ensino da Constituição Federal, no artigo 254 da Constituição Estadual, que se
13 refere à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e no decreto 29.598 de 1989, que
14 regulamenta a autonomia universitária na USP, Unicamp e Unesp. Este Conselho é
15 completamente contrário a qualquer tipo de cobrança de mensalidade dentro da Unicamp e de
16 qualquer universidade estadual paulista. Vamos permanecer vigilantes e nos mobilizar com
17 toda a educação pública do Estado de São Paulo para barrar esse projeto. Não vamos permitir
18 a privatização das universidades paulistas”. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA SILVA
19 WALTER diz que não é contrário ao teor da moção, mas, do ponto de vista formal, parece-lhe
20 estranho que na própria reunião do Conselho Universitário seja incluído um item para votação.
21 Pergunta se isso é adequado. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI responde que
22 essa moção chegou depois de enviada a pauta e o conselheiro inscrito no Expediente pode
23 apresentar uma moção para ser votada; distribuindo e podendo discutir, não há problema. O
24 Conselheiro BRUNO GOMES XIMENES agradece ao senhor José Luis por trazer essa moção,
25 inclusive havia se inscrito no Expediente para falar sobre esse tema. Acha que é essencial que
26 a Universidade se posicione e está de total acordo com os termos da moção. A Conselheira
27 MARISA MASUMI BEPPU diz que também é contrária a essa PL que foi publicada, mas fará
28 uma ponderação dessa sistemática de trazer as moções para que elas se tornem moções do
29 Conselho Universitário. Acha que precisam tomar bastante cuidado com a linguagem e com a
30 mensagem que vai ser passada. Entende as cores dessa moção, que nasceu da questão sindical,
31 concorda com elas, estão em uníssono nesse aspecto, mas deveriam deixar de uma forma mais
32 contundente que se trata de uma PL inconstitucional, inclusive dentro da própria Universidade
33 já houve expressão de especialista dizendo isso. Acha que o motivo principal da apresentação
34 dessa PL não é necessariamente aprovar essa atitude, mas é aquela constante corrosão da
35 imagem das universidades e da forma de ir colocando e minando nas instâncias de debate
36 público o papel das universidades. Entende que essa é uma pauta sindical, é muito difícil fazer
37 emendas aqui, na hora, acha que às vezes é melhor se expressar do que zelar pelo excesso da
38 forma, mas sentiu falta de um parágrafo dizendo da importância, dentro da sociedade, das
39 universidades públicas gratuitas, com toda a importância que as três universidades paulistas têm
40 dentro da sociedade não só de São Paulo, mas do Brasil e do mundo. A Conselheira ANDRÉIA

1 GALVÃO diz que defende a sistemática de que possam discutir e aprovar moções no
2 Expediente sempre que houver assuntos políticos que os interpelem e que exijam deles
3 posicionamentos públicos, compromissos em defesa da educação, da universidade pública.
4 Acha que essa não é apenas uma pauta sindical, é um compromisso de todos enquanto
5 integrantes da Universidade, que devem defendê-la de todo e qualquer ataque, mesmo os
6 ataques inconstitucionais que são feitos por meio de projetos de lei mal-intencionados, como é
7 este, e que visa expor a Universidade, desconstruí-la e fazer com que a sociedade se volte contra
8 ela e critique a sua missão, a sua tarefa e o seu papel. Então, entende que, diante de casos
9 urgentes e prementes, como esses que estão sendo aqui na pauta do Conselho Universitário
10 hoje, possam se manifestar, endossar e aprovar moções. São moções de natureza política e é
11 papel do Consu defender a universidade pública, não apenas a universidade pública do Estado
12 de São Paulo, mas de todo o país. Os textos sempre podem ser emendados, aprimorados,
13 completados com questões que consideram relevantes e cabíveis de ser integradas aos textos,
14 mas manifesta-se favoravelmente a esta proposta de moção apresentada pelo senhor José Luis.
15 A Conselheira VALENTINA SPEDINE SIERRA diz que faz das palavras da professora
16 Andréia as suas, porque, ainda que se trate de um projeto inconstitucional, é importante que
17 reflitam sobre o que significa que hoje seja possível que alguém pense em protocolar um projeto
18 como esse. Porque na prática, se esse deputado, que representa um projeto político de
19 privatização, de sucateamento dos serviços públicos, faz uma proposição dessas, que representa
20 uma política da direita avançando, é porque existe uma base que apoia isso, de certa forma. A
21 professora Andréia traz esse elemento essencial para o debate, neste contexto em que a
22 educação pública de maneira geral tem sido constantemente atacada no governo Tarcísio, e não
23 só a educação superior, mas a educação básica também, inclusive com projetos de militarização
24 das escolas, com o projeto de privatização. O projeto inicial do Tarcísio, que tinha como
25 objetivo passar para a gestão privada 33 escolas, já aumentou esse número para 143 escolas.
26 São esses estudantes que serão os próximos estudantes das universidades. Então, em uma toada
27 de ataques ao ensino público, em uma toada de ataques à educação ministrada por esse projeto
28 da extrema direita, é essencial que possam combater isso de todas as formas possíveis. Ressalta
29 a importância de aprovarem essa moção, porque um projeto como esse ser abraçado por parte
30 da sociedade é um verdadeiro retrocesso no debate sobre o que significa a educação pública
31 gratuita e a educação como um direito universal. Não adianta aprovarem todas as políticas que
32 têm aprovado no último período, inclusive a decisão histórica que tiveram hoje das cotas para
33 pessoas com deficiência, e não responder à altura a esses ataques que, na prática, querem fazer
34 com que essas políticas de ingresso, de permanência percam a sua força. São projetos que
35 querem expulsar os estudantes pobres, os estudantes das periferias, aqueles com maior
36 dificuldade de acesso à educação. O Conselheiro ODILON JOSÉ ROBLE agradece ao senhor
37 José Luis pela vigilância, pela moção, e também à representação estudantil pelas palavras. Acha
38 que é dispensável falar da precariedade do PL e o que ele representa, mas vai colocar em
39 circulação um pensamento que lhe parece ser importante e que muitas vezes está escapando na
40 ação estratégica da Universidade. Desde o escândalo de 2016 envolvendo a Cambridge

1 Analytica, ficou bastante corroborado, tem literatura, tem até um documentário da Netflix que
2 mostra isso, que existe hoje um nível de circulação de psicocomportamentos feitos por
3 algoritmos. Isso é uma realidade de mídias sociais, acha que todos estão bastante cientes disso,
4 e o que está convidando os conselheiros a pensar é que precisam conseguir também construir
5 alguns ataques estratégicos que não deem visibilidade ao que se chama nessa linguagem de
6 *clickbaits*. A pessoa lança um PL inconstitucional, delirante, e de repente coloca o nome dela
7 em circulação, em debates, em mídias sociais, e agrega uma certa sensibilidade difusa em torno
8 de sua pauta. A Universidade precisa ser estratégica também nesse ponto, organizar esforços
9 para combater esse tipo de ameaça de modo frontal. As ameaças hoje via circulação de
10 informações em mídias sociais não são uma perfumaria, são um tipo de ataque premeditado,
11 construído cautelosamente para fazer com que uma pauta sem sustentação passe a circular
12 desavisadamente. Ressalta o seu respeito absoluto ao que foi colocado aqui, tanto pelo senhor
13 José Luis, na sua vigilância constante, importante, quanto pelo movimento estudantil, que falou
14 com bastante propriedade do que se trata, as exorbitâncias desse PL, mas está convidando
15 também a comunidade a começar a se organizar no sentido de ter uma defesa estratégica contra
16 esse tipo de ataque. Não tem parcimônia aqui em dizer, como também já é conhecido e já tem
17 literatura, que a extrema-direita sabe lidar bem com esse tipo de ferramenta, e não estão lidando
18 bem com essas ferramentas. Muitas vezes se comportam exatamente como os *haters* querem
19 que se comportem, então convida a essa reflexão, que adita o que foi falado aqui, ela não se
20 opõe. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que devem se lembrar que a Lei
21 Orçamentária Anual que foi apresentada na Assembleia Legislativa em junho propunha uma
22 redução do orçamento das universidades públicas e depois se recuou dessa posição. Isso não
23 foi uma atitude ingênua, ela faz parte de alguma coisa que está acontecendo e estão sujeitos a
24 um ataque permanente de um pensamento retrógrado com relação à universidade. Solicita a
25 palavra para a professora Silvia Gatti. A Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz
26 que as moções no Expediente são fundamentais e, muito na linha do que o professor Odilon
27 colocou, particularmente já tiraria o nome do deputado da moção. Não devem dar visibilidade
28 para pessoas que estão usando a Universidade, fazendo uma cortina de fumaça para que entrem
29 nisso e gastem tempo discutindo uma coisa que é absolutamente inconstitucional. Já houve uma
30 tentativa em 2019, durante o governo Bolsonaro, de uma PEC cuja inconstitucionalidade foi
31 evidenciada, dado que na Constituição Federal consta a gratuidade do ensino superior público
32 e a autonomia das universidades. Existe até um ataque aqui, se alguém quiser assim entender,
33 com relação à autonomia universitária. Quanto mais visibilidade derem a isso, maior é o tempo
34 que gastam e não vão estar olhando provavelmente para aquilo que vai, efetivamente, interferir
35 nas universidades quando vier a LOA. Devem ter atenção a isso, pois vão acabar dando
36 visibilidade a pessoas que são contra a universidade, e dificilmente modificarão essas pessoas.
37 Gostaria também que a data da publicação ou da votação fosse mencionada na moção, e sugere
38 que no segundo parágrafo seja retirado o trecho “conforme publicado, o programa será
39 implementado em todas as instituições de ensino superior”, pois isso está escrito anteriormente.
40 Tiraria, além disso, o quarto e o quinto parágrafos, que são pouco informativos, e não é

1 justificativa, acha que essa proposta não melhora a produção do saber nas universidades
2 públicas paulistas, mantendo o que está aqui com relação às leis. Obviamente é favorável a que
3 haja uma moção, inclusive vão votar uma moção nesse sentido no conselho de representantes
4 na ADunicamp, já foi encaminhada, mas precisam prestar atenção naquilo que estão
5 favorecendo. Essa é sua visão, inclusive foi o que disse aos docentes da ADunicamp que
6 pediram que fizessem alguma coisa, que não dessem valor a isso. A SENHORA PRESIDENTE
7 diz que foi feito um parecer pela Procuradoria Geral da Unicamp sobre o projeto de lei e
8 encaminhado para o professor Marcos Nogueira Martins, que é o coordenador de ensino
9 superior da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e membro aqui do Consu. Os
10 professores Antonio José, Ivan e Rachel escreveram um texto que foi publicado no Jornal da
11 Unicamp se posicionando contrários a esse projeto de lei. Em relação à apresentação de moção
12 aqui no Expediente que cheguem de última hora, acha que devido à urgência do caso aqui em
13 questão, ou do que acontecer naquele período entre enviar a pauta para os membros e o dia da
14 reunião, acha que é bastante viável, porque é este o momento de defender a universidade pública
15 e gratuita. Esteve em uma reunião no Palácio dos Bandeirantes ano passado em que um dos
16 secretários presentes perguntou aos reitores e vice-reitoras quando iriam começar a cobrar
17 mensalidades. Responderam que as universidades públicas paulistas são as melhores
18 universidades do Brasil e da América Latina nos *rankings*, têm um corpo docente e de
19 servidores altamente qualificado, um corpo de discentes muito qualificados também, que
20 passam por um vestibular muito difícil para conseguir uma vaga, e que são contrários a qualquer
21 tipo de cobrança de mensalidade. Então, quando surgiu esse projeto de lei, não causou uma
22 grande surpresa, porque vêm ocorrendo golpes repetidos, lembrando também, além do que foi
23 dito em relação à tentativa de diminuir o orçamento das universidades, que se concretizou até
24 o momento a diminuição do orçamento da Fapesp. Concorde que isso expõe as universidades
25 paulistas, como mencionou a professora Andréia, a uma cobrança da sociedade ao dizer que as
26 melhores universidades do mundo cobram mensalidade. O projeto de lei é muito pouco
27 embasado e acredita que a finalidade é chamar a atenção, principalmente da população do
28 Estado de São Paulo, que é quem paga os impostos para a cobrança das universidades, e talvez
29 até distrair um pouco da questão da transição dos tributos para o IBS. Precisam finalizar a
30 redação dessa moção, se ela vai ser votada assim ou com algumas modificações que foram
31 sugeridas pelos membros do Conselho. A Conselheira ALINE SAMPAIO RODRIGUES
32 SCHMIDT manifesta seu apoio à moção apresentada, acha que esse não é um debate menor.
33 Criar essa cultura política de discutir assuntos pertinentes à Universidade e à sociedade no
34 espaço do Conselho Universitário é fundamental, porque a Unicamp é acima de tudo uma
35 instituição que presta serviço para a sociedade e que não pode se apartar dos debates que estão
36 colocados. Houve uma sequência de ataques à educação pública como um todo, esse projeto de
37 cobrança de mensalidade não é o primeiro que aparece na Assembleia Legislativa. O
38 movimento estudantil todo ano organiza alguma assembleia para discutir algum projeto novo,
39 alguma proposta que é apresentada, e não é à toa que nos últimos anos, especialmente depois
40 da aprovação das cotas étnico-raciais, esses projetos tenham se intensificado e aparecido cada

1 vez mais, porque a verdade é que essa é uma maneira de minar a popularização e a
2 democratização da universidade e expulsar pessoas pobres, negras, periféricas, que teriam
3 muita dificuldade ou não teriam condições de estar nesse local, se cobrassem de fato
4 mensalidade. Esses argumentos que comparam as universidades públicas no Brasil, que não
5 cobram mensalidade, com universidades no exterior é totalmente absurdo, porque são
6 realidades completamente diferentes e a Unicamp, se comparada a essas universidades, muitas
7 vezes é superior. Estudou na França durante um período e não dá para comparar as
8 universidades de lá com as daqui em termos de qualidade de ensino. Portanto, fazer esse debate
9 apenas pela mensalidade é muito problemático e também é uma farsa, pois precisam considerar
10 o contexto brasileiro, que é completamente excludente e sempre foi um espaço muito hostil às
11 populações mais vulneráveis. Por isso é muito importante que aprovem essa moção aqui hoje e
12 sigam vigilantes na defesa da educação pública e das universidades públicas, do conhecimento
13 científico daqui para frente, que tende, claramente, como já foi colocado, a piorar sob a gestão
14 do Tarcísio e da extrema-direita no Estado. O Conselheiro ÂNGELO ROBERTO BIASI
15 agradece ao senhor José Luis pela moção e diz que em um passado recente tiveram um ataque
16 à pós-graduação com um projeto para cobrar a pós-graduação. Todas as APGs do Brasil e a
17 ANPG lutaram e conseguiram barrar, mas esse projeto veio com força e agora chegou neste
18 ponto de querer cobrar a universidade toda. Então devem, todos unidos, dar uma resposta, mas
19 de acordo com o que foi combinado aqui, que é não dar visibilidade a essa pessoa. Precisam
20 mostrar que vão rebater toda e qualquer tentativa para cobrar mensalidades nas universidades
21 públicas, porque elas têm que servir a toda a população, principalmente aos estudantes carentes.
22 Quem tem dinheiro pode estudar em uma universidade particular, ou então trabalhadores que
23 estudam à noite. O Conselheiro FERNANDO SARTI agradece ao conselheiro José Luis pela
24 leitura da moção, entende que é a moção do sindicato, mas talvez pudessem elaborar uma
25 moção mais com a cara do Conselho Universitário. Utilizariam o sexto parágrafo e talvez
26 começassem assim: “O Conselho Universitário da Unicamp repudia veementemente qualquer
27 iniciativa que atente contra a sua autonomia”, depois segue todo o parágrafo sexto, até o final
28 dele, e se necessário acrescentariam mais um parágrafo mencionando que “O Conselho
29 Universitário da Unicamp reitera a ilegalidade de qualquer cobrança de mensalidade na
30 Universidade”, embora já esteja anteriormente mencionada a gratuidade. Não havendo mais
31 observações, a SENHORA PRESIDENTE submete à votação a moção, com as sugestões de
32 alteração feitas pelo professor Fernando Sarti, que é aprovada por unanimidade. Em seguida,
33 passa ao item 06 do Expediente – Proc. nº 36-D-29812/2024 –, para ciência da moção de apoio
34 à instalação de um curso de Direito em Limeira, enviada pela Faculdade de Ciências Aplicadas.
35 Convida o professor Márcio Torsoni a fazer a leitura. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO
36 TORSONI passa à leitura da moção que foi aprovada na congregação da FCA: “Moção de apoio
37 à instalação de um curso de Direito em Limeira. A congregação da Faculdade de Ciências
38 Aplicadas, tendo tomado conhecimento das discussões preliminares voltadas ao estudo da
39 viabilidade da criação de um curso de Direito no Unicamp, deliberou, por unanimidade, em sua
40 80ª Sessão Ordinária da Congregação, ocorrida no dia 14 de agosto de 2024, pela aprovação da

1 presente moção a ser encaminhada às instâncias competentes da Administração Central da
2 Unicamp, pela qual exorta a comunidade acadêmica a defender que eventual criação de um
3 curso de Direito em nossa Universidade seja realizada no *Campus* de Limeira, pelos motivos
4 abaixo aduzidos: 1) Considerando a natureza do Direito, reconhecido pela Capes como parte
5 do campo das ciências sociais aplicadas, e tendo em vista a concepção da FCA, desde a sua
6 fundação, como unidade de ensino, pesquisa e extensão destinada a promover, nos termos do
7 seu regimento interno, as ciências aplicadas por meio do conhecimento interdisciplinar, visando
8 ao desenvolvimento humano e a transformação social, a FCA mostra-se como a unidade da
9 Unicamp com maior pertinência temática para a potencial instalação de um curso de Direito,
10 cuja criação em nossa faculdade viria ao encontro dos objetivos da unidade de desenvolver o
11 conhecimento de forma integrada entre todos os cursos oferecidos. 2) Considerando a visão da
12 Unicamp de ser uma universidade pública de excelência, protagonista do processo de
13 transformação social, inclusiva e tecnológica, no interior do Estado de São Paulo, o que impõe
14 um foco na descentralização e interiorização do conhecimento, a instalação do curso de Direito
15 no município de Limeira viria ao encontro da necessidade de consolidação da Unicamp como
16 uma universidade *multicampi* e do fortalecimento dos seus diversos campi, para além do
17 *campus* central de Campinas, o que apenas será concretizado com a instalação de cursos
18 tradicionalmente e historicamente reconhecidos pela sociedade brasileira, como é justamente o
19 curso de Direito. 3) Considerando que o município de Campinas já possui três cursos de Direito
20 reconhecidos em âmbito nacional (PUC, Mackenzie e Facamp), o que contrasta com a limitada
21 oferta de vagas de Direito em Limeira e região, a vinda do curso a Limeira atenderia mais
22 amplamente o interesse público ao contribuir para a distribuição mais uniforme das vagas
23 disponíveis em tal curso no âmbito do interior de Estado de São Paulo. Além disso, tendo em
24 vista que os demais polos da Unicamp já possuem grandes projetos em andamento, que trarão
25 aos *campi* maior atratividade – o *campus* de Campinas por meio do Hids e o *campus* de
26 Piracicaba com a potencial instalação de um novo curso de Medicina –, a vinda do curso de
27 Direito a Limeira se prestaria à manutenção da equidade entre os diferentes polos da
28 Universidade, favorecendo a realização de um processo de ampliação equilibrado e equitativo.
29 4) Considerando o número reduzido de vagas no ensino superior público (de acordo com dados
30 do Inep, apenas 5% das vagas em cursos de Direito estão em universidades públicas) e o volume
31 ainda menor de vagas públicas disponíveis no interior do Estado de São Paulo, a instalação do
32 curso de Direito em Limeira mostra-se como estratégica na medida em que, para além de se
33 somar ao esforço da USP de instalar um curso novo de Direito em Ribeirão Preto e da Unesp
34 de manter um curso já tradicional em Franca, representaria a criação de um curso próximo à
35 região central do Estado de São Paulo, contribuindo para uma melhor distribuição da oferta de
36 vagas nas universidades públicas e para a descentralização da Unicamp. Por fim, a congregação
37 da FCA exorta as autoridades competentes da Universidade a conduzir a discussão sobre o local
38 de instalação de um eventual curso de Direito com base no interesse público envolvido e não
39 no interesse específico de docentes, grupos de docentes, servidores técnico-administrativos ou
40 de unidades específicas, que não devem se sobrepor ao interesse coletivo”. Salienta que todas

1 as disciplinas de Direito que são oferecidas pela Unicamp para os cursos em Campinas são
2 oferecidas por professores de Limeira, ou da FT ou da FCA. A SENHORA PRESIDENTE
3 passa a palavra aos conselheiros inscritos no Expediente. O Conselheiro HERNANDES
4 FAUSTINO DE CARVALHO diz que, como diretor do Instituto de Biologia, traz à tona mais
5 uma vez a questão do que estão chamando de caso Saip Instituto de Biologia e Fapesp. Sua
6 intenção aqui é obter apoio do Conselho Universitário e chamar a atenção da comunidade em
7 geral para essa situação que vem se desdobrando há meses. Afirma que os docentes são
8 inocentes e foram lesados pela ação criminosa de uma colaboradora. Uma questão fundamental
9 que sempre foi questionada nesse aspecto é o manuseio do cartão de pesquisa pelos funcionários
10 da Secretaria de Apoio Institucional ao Pesquisador – Saip. Em 2013, a Saip entrou na
11 certificação do Instituto como uma célula organizacional. Em 2018, essa célula recebeu
12 funções, inclusive o manuseio de cartão de pesquisa, sendo essa certificação feita em 2018
13 aprovada pela CAD em 2021. E agora em 2024 as mesmas funções estão listadas, mostrando
14 que a Universidade aprovou a Saip no Instituto. O IB tem contado com o apoio da Reitoria e
15 houve várias ações tomadas em conjunto. Tiveram uma reunião recentemente com o professor
16 Antonio José, que os ouviu atentamente, porém a ausência de uma narrativa institucional sobre
17 o caso permite que histórias inverídicas sejam replicadas ou circuladas pela mídia, o que os
18 coloca em situações bastante constrangedoras. Afirma que não existiu associação criminosa dos
19 docentes ou conluio de qualquer natureza desses pesquisadores com a servidora, que foi
20 corretamente demitida pela Universidade. Então esse é o seu apelo de apoio do Conselho
21 Universitário e da comunidade em geral para que tenham uma narrativa mais concisa e
22 institucional do caso em questão. A Conselheiros MARISA MASUMI BEPPU diz que não
23 poderia deixar de se manifestar, como representante da bancada geral de docentes. Convida
24 todos a uma reflexão sobre o nível de apoio que concedem nossos docentes nas suas atividades-
25 fim. O caso específico que o professor Hernandez acabou de narrar, expondo factualmente tudo
26 o que aconteceu, mostra a vulnerabilidade que o docente assume no momento em que está
27 simplesmente cumprindo o que é esperado dele em termos de ensino, pesquisa, extensão e
28 administração. Não podem deixar de dar apoio aos docentes que em uma situação dessa se
29 sentem muito vulneráveis, muito desamparados; é necessário um apoio institucional para que
30 haja uma defesa, uma vez que, nesses casos, fica muito comprovada a ausência de dolo.
31 Estavam há pouco falando de um ataque à Universidade em relação à sua imagem e tudo o
32 mais, e existe uma tendência maliciosa de uma criminalização de docentes no seu exercício.
33 Acha que precisam proteger esses colegas, dar apoio institucional à sua defesa. Não é possível
34 que não haja, do ponto de vista legal, uma abertura para que a Universidade possa fazer uma
35 defesa. Esse é um caso que está muito em evidência, mas existem também casos de
36 coordenadores de graduação, coordenadores de pós-graduação, que muitas vezes são até
37 processados em outras vias, porque eles estavam fazendo o exercício da sua função, cumprindo
38 as normas internas da Universidade. Viram muitos casos em que esses profissionais são
39 obrigados a procurar justiça externa, contratar advogados, sendo que estavam no exercício do
40 que é deles esperado. Se não tiverem esse olhar acolhedor às atividades do docente, haverá uma

1 tendência de que muitos colegas competentes, verdadeiramente bem-intencionados, evitem se
2 envolver em atividades relevantes para a Universidade para não se expor ao risco. Deixa esse
3 clamor aqui como representante docente para que olhem com muito carinho, para que
4 verifiquem institucionalmente como defender esse tipo de caso. A SENHORA PRESIDENTE
5 diz que houve vários casos durante a gestão de processos em relação a professores, de denúncias
6 no Ministério Público, de exposição de professores à comunidade, como é o caso que foi
7 colocado anteriormente, e junta-se ao entendimento de que deve haver alguma participação
8 institucional. O docente sofre uma exposição em toda a Universidade e a quem o expõe nada
9 acontece. Então as pessoas se sentem muito facilmente induzidas a denunciar, a delatar, sem
10 pensar que por trás desse professor ou professora, servidor ou servidora que está aqui se
11 dedicando, está uma pessoa, com família, com filhos. Concorde que a Instituição deve proteger
12 a sua comunidade, porque a qualquer momento podem ser vulneráveis a uma denúncia, a um
13 crime, como aconteceu no IB, e sentem a necessidade de que a Instituição os defenda. Assim
14 como recebem prêmios pela Instituição, esperam que ela também os defenda, de alguma forma,
15 mesmo que seja um apoio, um acolhimento para saber como está correndo o processo e uma
16 preocupação em não permitir que o nome do profissional seja divulgado sem nenhum cuidado.
17 A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que os diretores têm conversado sobre a
18 preocupação com as compras da Universidade. Como gestores, estão vendo que as atividades-
19 fim estão sendo prejudicadas e vão ser impactadas caso as compras que estão sendo previstas
20 não sejam executadas a tempo. Manifesta seu apoio à fala do professor Hernandez e acha que
21 precisam sair da inércia, começar a fazer o que deve ser feito. Os diretores são gestores e estão
22 vendo o impacto que isso pode causar, e prevendo problemas, inclusive como pesquisadores,
23 podem antecipar soluções. Como uma nota pessoal, diz que deve praticamente tudo o que tem
24 na vida à Universidade, porque ela lhe deu, assim como a vários dos seus alunos bolsistas, a
25 oportunidade de estudar que seus pais não tiveram e, principalmente, encontrou na Unicamp,
26 no corpo docente da FCM, um dos quatro médicos que podiam ajudar em uma situação de vida
27 e morte na sua família. Então, realmente, para ela a Unicamp é o que vale, e não este ou aquele
28 setor ou uma ou outra unidade. Houve uma mudança na lei das licitações e no paradigma de
29 funcionamento de como as coisas eram feitas dentro da Universidade, e agradece à senhora
30 Lina, de quem se aproximou para falar de um outro assunto, sobre um funcionário, e ela dedicou
31 tempo em explicar tudo o que não conhecia do processo. Agradece a ela e à equipe da DGA,
32 que tem sempre se mostrado muito solícita em atender todas as necessidades que colocam, mas
33 aparentemente existem vários pilares nessa questão atual que não estão sendo coordenados.
34 Existem os demandantes, a área da Saúde, as unidades de ensino, pesquisa e extensão, existem
35 os órgãos-meio, que possuem os operacionais, os técnicos e a Procuradoria Geral. Então, na sua
36 visão está faltando realmente um pouco de coordenação entre esses pilares para que consigam
37 alavancar a execução dessas compras. Pragmaticamente há três observações que fizeram: a
38 primeira é a situação do adiantamento, em que percebem que várias unidades não estavam
39 fazendo a execução do adiantamento que os diretores pediram; 17 unidades pediram para que
40 todas as compras de adiantamento voltassem para as unidades e vão tentar fazer um *pool* para

1 ajudar entre si a executar essas compras. A contrapartida da DGA foi tentar aumentar o limite
2 por compra do adiantamento para quase R\$3 mil, o que facilita as coisas. Outra questão que
3 identificaram é que as comissões responsáveis por definir tecnicamente o que deve ser licitado
4 não respondem aos prazos e muitas vezes não respondem aos *e-mails* de convocação, o que
5 considera algo que não cabe dentro do que se espera de um servidor público. Existe uma
6 responsabilidade, e se a pessoa não é capaz de cumpri-la, ela tem que dizer que não é capaz e a
7 partir daí atribuem essa responsabilidade a outra pessoa. E o terceiro elemento desse tripé são
8 os pareceres PG, que entende, não está discutindo aqui o papel da PG, mas se a interpretação
9 em maio era de que pareceres referenciais não eram bons, precisam ver o que está acontecendo
10 agora. O tempo que possuem é escasso e devem reavaliar em conjunto se essas opções ainda
11 permanecem sendo as mais adequadas. Ressalta que estão preocupados de ter material para dar
12 aula, para fazer pesquisa, ensino e extensão. O Conselheiro CLAUDIO FRANCISCO
13 TORMENA agradece a este Conselho Universitário pela concessão do prêmio de professora
14 emérita à professora Anita Marsaioli, por unanimidade, o que deixou o Instituto de Química
15 muito honrado. Na linha do que a professora Mônica trouxe, diz que o desespero é geral; sabem
16 que as unidades são muito diferentes, o Instituto de Química tem especificidades, a grande
17 maioria de suas aquisições são de produtos controlados, representando 80% da compra de todos
18 os produtos controlados da Universidade. Então, mesmo que queiram utilizar outras fontes de
19 receitas, até recursos Fapesp, recursos extraorçamentários, todas as compras de controlados têm
20 que ser feitas pelo CNPJ da Universidade, porque é quem detém a licença. E isso está
21 impactando a pesquisa, lembrando que há bolsistas envolvidos nessas pesquisas. Na semana
22 passada, uma colega docente estava literalmente desesperada porque ela tinha amostras para
23 serem analisadas e essas amostras não poderiam esperar um mês, dois meses para que os
24 insumos fossem adquiridos. Havia o risco de se perderem essas amostras biológicas oriundas
25 de projetos envolvendo alunos de pós-graduação para analisar para suas teses. Então, o Instituto
26 gostaria que tentassem resolver essa equação; já estão quase em outubro e só têm até dia 11 de
27 outubro para solicitar compras, ou seja, este ano não conseguem mais comprar. O Instituto de
28 Química, este ano, conseguiu rodar seu ensino com o material acumulado que possuía, e em
29 várias disciplinas os alunos tiveram que estudar em grupos de três ou quatro, o que não é o mais
30 adequado. No início do próximo ano letivo essas aquisições vão precisar ser feitas, mas se nada
31 mudar, também não vão conseguir que as aquisições do próximo ano sejam realizadas. Portanto,
32 o procedimento tem que ser mudado de alguma forma, as coisas têm que começar a conversar.
33 Os grupos de trabalho que foram constituídos para analisar o PCA de 2023 ainda não
34 entregaram o trabalho, e eles foram criados para que as aquisições para o ano de 2024 fossem
35 feitas. Hoje é 24 de setembro e as compras se encerram em 11 de outubro, portanto do PCA de
36 2023 nada vai ser comprado. Precisam achar alguma forma de resolver essa questão, e já está
37 pensando no que vão fazer em 2025. Os docentes o procuram dizendo que precisam comprar,
38 que possuem recurso da Fapesp, são projetos de pesquisa que precisam se desenvolver, mas os
39 produtos controlados dependem de vários fatores. Uma coisa é comprar itens em quantidades
40 menores, outra coisa é que há itens que precisam ser comprados por atas, só em grande

1 quantidade. Não há como fazer dispensa de uma compra em grandes quantidades. E as coisas
2 que eram urgentes três meses atrás já estouraram a figura de urgente. Quando se está em
3 setembro e não conseguiram adquirir a grande maioria das demandas, tudo se tornou urgente,
4 então já ninguém sabe mais identificar o que é urgente e o que não é. Isso está criando situações
5 de quase desespero entre docentes, alunos, pensando na graduação para o próximo ano em
6 relação a essa especificidade do Instituto. A senhora LINA AMARAL NAKATA agradece ao
7 professor Claudio e à professora Mônica pelas considerações. A situação que eles estão
8 relatando é de fato muito grave, e já vem há algum tempo manifestando a preocupação da DGA
9 com a consequência da implantação da legislação. Um aspecto importante do que eles
10 colocaram é a questão do planejamento; embora tenham lançado o planejamento com um ano
11 de antecedência, com calma, de fato as ações não se efetivaram como planejaram. Garante que
12 na DGA estão fazendo todo o possível para conseguir abastecer a Universidade; têm assumido
13 muitos riscos lá, tratando muita emergência, muitas vezes estão tratando um processo sem
14 formalizar, sem enviar para a PG, para conseguir entregar rápido aquelas coisas que são mais
15 críticas. No entanto, o volume é muito absurdo: na linha do que o professor Tormena falou,
16 para terem uma ideia, o PCA que foi feito em 2023 para executar em 2024 contemplaria 1.900
17 compras. A DGA recebeu, sem considerar a área da Saúde, quase 3.000 compras, sendo que
18 apenas 3% está no PCA. Então é uma realidade realmente bastante complexa, é uma questão
19 que do seu ponto de vista é uma responsabilidade institucional coletiva, e a DGA não vai
20 resolver isso sozinha, porque há uma série de fatores que não dependem dela. Ainda que
21 colocassem mil pessoas na DGA não iria resolver, porque existe uma parte enorme do processo,
22 que é o que determina o sucesso de uma compra pública, que não está dentro da DGA. Então
23 essa ação precisa ser feita, não sabe de que forma, mas seu entendimento é que precisa haver
24 um compartilhamento de responsabilidade, um compartilhamento de ajuda, ou não vão sair
25 dessa situação. Quem conhece o assunto precisa se posicionar de forma proativa para ajudar a
26 sair esses memoriais para licitação. Com todo o atraso que possuem, a expectativa era que, em
27 final de agosto, recebessem os memoriais das grandes licitações para que em setembro
28 trabalhassem nos editais, enviassem para a área jurídica, e até o final de outubro estariam
29 publicando todos os editais, para pelo menos entrar em janeiro sem o sufoco que foi o ano de
30 2024. Mas de fato precisam pensar em uma ação coletiva e colaborativa; se não houver
31 colaboração de todos, não vão sair dessa situação. É um problema comum, não é um problema
32 da DGA, não é um problema do IQ, não é um problema da Reitoria e não é um problema da
33 PG, é um problema de todos. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que hoje aprovaram
34 uma série de medidas importantes, dentre as quais destaca as cotas PCD, e quando discutiram
35 essas políticas, mencionaram os desafios que elas trazem para a Universidade, tanto do ponto
36 de vista de pessoal, o pessoal necessário para dar conta dessas questões, dessas demandas,
37 quanto no que se refere à infraestrutura. Referem-se a recursos, a compras, a obras, e no caso
38 das cotas PCD, evidentemente isso não se refere apenas a compras e obras, precisam pensar nas
39 adequações curriculares, no pessoal especializado, como foi destacado aqui. Enfatiza essa
40 necessidade de pessoal de forma mais abrangente, e as falas que a precederam destacaram a

1 necessidade de planejamento, a senhora Lina acabou de mencionar isso, a professora Mônica
2 falou de coordenação entre os órgãos da Universidade, mas acha que também precisam de um
3 pouco de inovação e de ousadia, porque a legislação é nova. Vai retomar um ponto que vem
4 repetindo desde o começo do ano, quando começaram a discutir essas necessidades todas e
5 essas dificuldades. Já falou sobre isso em outras reuniões da CAD, na reunião do Consu de
6 maio, e com o encerramento do exercício orçamentário, que o professor Claudio lembrou aqui,
7 essa questão se torna ainda mais urgente, porque estão na dependência de uma série de
8 iniciativas para conseguir levar adiante as demandas que estão paradas nas unidades. Portanto,
9 estão diante de uma situação de certo modo inusitada, na qual possuem recurso, mas não
10 conseguem encaminhar a licitação. Precisam de agilidade nos processos e de pessoal para
11 elaborar a documentação técnica exigida. Diante disso, solicita novamente que a PG adote
12 parecer referencial, como estão fazendo outros entes públicos; a legislação está em vigor, e se
13 no começo havia dúvidas sobre esse ponto, acha que neste momento não há mais dúvidas, pois
14 não tem havido problemas em relação à existência de parecer referencial. Desejam dividir
15 responsabilidades entre os solicitantes e a DGA, pois a DGA não dá conta de fazer tudo, e nem
16 é atribuição dela fazer essa documentação técnica. Então a solicitação de pessoal técnico para
17 apoiar as unidades é imprescindível, porque não é atribuição da DGA. A grande maioria das
18 unidades, e aqui fala pelo IFCH, não possui técnico em edificações ou engenheiro para fazer os
19 memoriais, os projetos, os laudos, as justificativas, fiscalizar todo o procedimento necessário.
20 Mas podem se comprometer havendo um parecer referencial. A DEA, o Cemeq, a Depi, a
21 Prefeitura do *Campus* têm buscado ajudar as unidades, mas não há pessoal suficiente, então
22 ficam na fila, ficam na dependência do apoio. Não conseguem avançar sem envolver esses
23 setores, e agilidade é algo que falta. No caso específico do IFCH, conseguiram, após lutar por
24 mais de um ano, recursos para a mudança no sistema de climatização do arquivo Edgard
25 Leuenroth, que acaba de completar 50 anos. No entanto, ainda não conseguiram dar andamento,
26 faz 40 dias que estão tentando prosseguir e não conseguiram, porque não possuem toda a
27 documentação. Então é um apelo, de fato, pois estão em uma situação de desespero. O
28 Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que se inscreveu para falar sobre
29 um evento que vai ocorrer, mas acha que diante da importância e da premência do assunto que
30 tem sido levantado aqui pelos colegas, propõe que seja realizada o quanto antes uma reunião
31 entre a Reitoria, a PG, a DGA e os diretores, para tentar chegar a uma solução o mais breve
32 possível. Aproveita para divulgar um evento que ocorrerá no dia 17 de outubro, no Teatro de
33 Arena, chamado “Vozes da Terra, Línguas Indígenas e Justiça Climática”. O evento está sendo
34 organizado pelo Instituto de Estudos da Linguagem com o Grupo de Estudos de Línguas
35 Indígenas e a União Plurinacional de Estudantes Indígenas. A abertura será feita pelo Cacique
36 Raoni, que dispensa apresentações, e se repetirá na semana seguinte, no dia 23 de outubro, com
37 toda uma programação que será divulgada no canal de comunicação da Unicamp, mas pede
38 também ajuda de todos na divulgação. Acha que é importante participarem, inclusive dentro do
39 bojo das discussões que vêm fazendo, pois é um tema bastante interessante. A SENHORA
40 PRESIDENTE diz, sobre as dificuldades que estão enfrentando no processo de compras, que

1 todos aqui participaram intensamente da construção junto com a DGA, com a DEA, sobre a
2 mudança da lei. Foram a São Paulo, assistiram a palestras, e acha que todos pensaram que era
3 mais fácil, mas não é. Houve a solicitação de um número de profissionais a serem contratados,
4 houve a liberação pela Reitoria para que esses profissionais fossem contratados para a DGA.
5 Também houve uma pequena migração de pessoas das unidades para a DGA, houve algumas
6 experiências em relação a fazer, por exemplo, a DGA Saúde, que foi criada para
7 especificamente para que as compras pudessem ser facilitadas e mais rápidas na área da Saúde.
8 A falta de insumos está em toda a Universidade e a dificuldade é maior do que imaginavam,
9 lembrando que as pessoas que passaram a fazer as licitações pela nova lei também estão
10 aprendendo. Estão passando hoje por um processo de aprender a planejar, a coordenar, a fazer
11 essas compras, a priorizar as compras, e é um processo de aprendizagem de todos, inclusive da
12 gestão, e a DGA tem se esforçado muito para tentar dar essa resposta. Achou a sugestão do
13 professor Petrilson bastante válida; seria importante rever tudo o que foi feito. Houve várias
14 ações coordenadas no início, quando começou a nova lei, e acha que está no momento de
15 revisar essas decisões que foram tomadas, até onde elas foram acertadas, as dificuldades que
16 continuam presentes e no que devem mexer. A Reitoria investiu muito em cursos de
17 treinamento para a DGA treinar pessoas, ou através da Educorp, ou através de outros cursos; a
18 gestão não mediu esforços para ajudar, porém o processo é mais difícil do que imaginaram.
19 Acha que a reunião deve ser feita com urgência, este ano ainda, para que possam fazer novas
20 ações e não desabastecer a Universidade como um todo. Precisam verificar o que está travando,
21 o que não estão conseguindo fazer, por que não estão conseguindo fazer as licitações, se faltam
22 pessoas, embora também ache que colocar muitas pessoas não vai resolver, se é a prática do
23 processo, então dessa reunião precisam sair algumas sugestões, ouvindo as pessoas envolvidas
24 nesse processo. A Conselheira ELAINE DOS SANTOS JOSÉ diz que faz parte desse processo
25 hoje e diz que todos aqui colocaram pontos fundamentais, mas um dos pontos primordiais no
26 momento é a comunicação entre a área de compras e os usuários. Isso precisa melhorar e fará
27 a diferença no processo. Sugere, além da reunião, uma apresentação de como está a situação
28 atual, acha que a senhora Lina tem os dados, tem o histórico, para todos entenderem, pois acha
29 que isso faz diferença para o entendimento de todos que não vivenciam isso. Não sabe se há
30 comitês, se há comissão, se há GT, mas as pessoas não estão conversando; está dizendo isso
31 porque está na ponta e muitas vezes a comunicação demora muito tempo para acontecer, o que
32 atrapalha o processo também. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI informa que
33 nos dias 11 e 12 de novembro vai acontecer o VIII Encontro Integrado de Pesquisa e Pós-
34 Graduação na FCA. Ocorrerá uma mesa-redonda intitulada “Mudando o futuro: o papel das
35 agências de fomento no avanço das pesquisas no Brasil” e vão estar presentes o professor
36 Márcio de Castro, diretor científico da Fapesp, a professora Cristina Caldas, diretora científica
37 do Instituto Serrapilheira, o professor Olival Freire Junior, diretor científico do CNPq, o
38 professor Benedito Adeodato, assessor da diretoria de desenvolvimento científico da Finep, e
39 também a professora Ana Frattini, da PRP Unicamp. Convida todos a participar do evento. O
40 Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS informa que de 26 a 29 de setembro vai

1 acontecer na Unicamp o 7º Simpósio Nacional da Formação de Professores de Matemática. É
2 um evento organizado pela Associação Nacional dos Professores de Matemática na Educação
3 Básica e é o maior evento do tipo no Brasil. Está sendo organizado pelo professor Marcelo
4 Firer, do Imecc, e ocorrerá no Centro de Convenções, onde se reunirão algumas centenas de
5 professores de matemática do Brasil inteiro discutindo metodologias e tudo o mais. Outro ponto
6 é que, recentemente, o Imecc teve uma conversa muito produtiva com a Educorp sobre
7 ferramentas de inteligência artificial, no sentido de lançar um curso sobre o uso dessas
8 ferramentas voltado, principalmente, aos servidores técnico-administrativos. Ainda mais agora
9 que a ferramenta Gemini do Google foi reformulada e incorporada ao pacote que a Unicamp
10 utiliza, percebem que tem sido feito uso de LLM, coisas tipo Chat GPT, ou o próprio Gemini
11 em uma série de procedimentos administrativos, e que, de fato, essas ferramentas têm bastante
12 potencial de agilizar o trabalho burocrático no dia a dia, desde que sejam bem utilizadas. Então,
13 a ideia é oferecer esse curso do uso para algumas ferramentas básicas; um exemplo muito
14 simples é uma tabela em PDF que a pessoa precisa editar, algo praticamente impossível, mas
15 via uma ferramenta dessa se consegue transformar isso em uma planilha Excel de forma bem
16 fácil. Só que isso tem alguns impactos, sendo uma das principais questões o problema do uso
17 ético de inteligência artificial, de ferramentas de IA. Isso o leva a pensar se não está na hora de
18 a Unicamp criar uma política para o uso de ferramentas de inteligência artificial. No *site* de
19 várias universidades do mundo constam políticas bem definidas, até onde pode ser feito esse
20 uso, e uma coisa bem segmentada: o que o estudante pode fazer usando a ferramenta de IA, que
21 parte do trabalho de um funcionário e de um docente pode ser feito usando a IA. Talvez seja
22 uma tarefa para a Administração Central pensar junto com o professor Ricardo Dahab, junto
23 com a Detic, com o GovTic, mas acha que está na hora de estabelecer uma política para colocar
24 regras no uso de todas essas ferramentas. A SENHORA PRESIDENTE diz que o professor
25 Ricardo tem toda a razão, está na hora de pensarem no uso dessas ferramentas que todos estão
26 usando e que facilitam bastante no dia a dia. Seria interessante ter um comitê que oriente o uso,
27 deixa essa sugestão para o professor Dahab. O Professor RICARDO DAHAB diz que já têm
28 ensaiado algumas coisas; têm conversado com a professora Rachel, com o professor Ivan e
29 outros e estão elaborando, começando a convidar pessoas, pensando em talvez fazer um
30 pequeno evento dirigido à Universidade toda de onde saíam essas recomendações, além de
31 esclarecimentos sobre o uso, discussões e reflexões sobre os limites da IA nos vários ângulos
32 da atuação das pessoas na Universidade. A Conselheira VALENTINA SPEDINE SIERRA diz
33 que vai dar um informe sobre um dos movimentos sociais que hoje atua na Universidade, que
34 é o Movimento de Mulheres Olga Benário. Não sabe quantos conselheiros aqui sabem, mas
35 desde abril de 2023 existe uma ocupação na cidade de Campinas chamada “Ocupação Maria
36 Lúcia Petit Vive”, organizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, que acolhe vítimas
37 de violência. O movimento revitaliza imóveis que antes estavam abandonados, faz com que
38 eles cumpram sua função social e atendem mulheres vítimas de violência com uma rede de
39 voluntárias, de psicólogas, advogadas e assistentes sociais. Depois de muitos ataques, inclusive
40 ataques do MBL, o famoso “Mamãe Falei” chegou nessa ocupação a ameaçar as mulheres que

1 estavam sendo atendidas, ameaçar pular o portão para invadir. Houve vários ataques sucessivos
2 e a ocupação hoje está correndo o risco de ser despejada. O dono desse imóvel tem 11 imóveis
3 parados na cidade de Campinas, imóveis que não cumprem nenhum tipo de uso a não ser para
4 especulação imobiliária e para ele enriquecer em cima disso. Essas mulheres correm o risco de
5 ser despejadas, e elas não conseguem ser atendidas pelo aparelho público de Campinas, até
6 porque os centros especializados de atendimento às mulheres são poucos na cidade e possuem
7 poucos profissionais. O próprio Ceamu, que é o Centro Especializado de Atendimento às
8 Mulheres, tem duas psicólogas, sendo que uma delas, no último período, teve *burnout*, então
9 são vários fatores que impedem que os serviços deem conta da demanda de violência contra as
10 mulheres e feminicídios que têm aumentado no último período. No último ano, ao longo desse
11 processo da ocupação, já foram atendidas mais de 150 mulheres de maneira voluntária. O DCE
12 construiu uma boa relação com a ocupação e deixa o convite para aqueles professores que
13 quiserem, de alguma forma, apoiar a ocupação contra esse despejo, seja financeiramente, seja
14 com doações, seja com visitas. Estão deixando o canal de comunicação do DCE aberto para
15 isso, e também podem procurá-la individualmente. Outra forma de apoiar é se quiserem fazer
16 projetos; já conversaram com o professor Coelho outras vezes sobre a possibilidade de fazer
17 projetos de extensão, mas uma das grandes dificuldades de fazer os projetos é que professores
18 precisam estar envolvidos. A ocupação recebe oficinas de arte, de música, rodas de conversa,
19 recebe todo tipo de atividade cultural que pode fortalecer a luta dessas mulheres que são muito
20 invisibilizadas. Portanto, deixa aqui o seu contato e o contato do DCE à disposição daqueles
21 professores que quiserem apoiar a luta da ocupação, o que seria bastante importante neste
22 momento em que essas mulheres correm o risco de perder um dos únicos lugares em que podem
23 de fato ser atendidas. A Conselheira KETHLYN KETHRINY DA COSTA BRITO diz que este
24 é um Consu muito memorável, em que aprovaram muitas coisas aqui, as cotas para pessoas
25 com deficiência, moções importantes, mas nas não seria possível concluir este Consu hoje se
26 não lesse a carta que foi produzida pelo Movimento Negro Unificado da Unicamp sobre o item
27 que foi retirado de pauta. Seria exatamente isso o que iriam reivindicar, mas é importante que
28 todos já saibam de início qual é a posição do movimento negro. Hoje estão falando sobre a
29 aprovação das cotas PCD e reforça que as cotas para pessoas pretas, pardas, inclusive vestibular
30 indígenas só foi possível a partir de muita luta dos movimentos sociais e do conjunto do
31 movimento estudantil da Unicamp. Se não fosse isso, hoje ela e várias outras pessoas não
32 estariam aqui, e querem esta Universidade ainda mais pintada de povo. Então não é possível
33 fazer um diálogo ou colocar uma pauta que não seja debatida antes com os estudantes e
34 principalmente com aqueles estudantes que são mais envolvidos no assunto. Passa à leitura da
35 carta: “À Reitoria. Esta carta tem como objetivo principal evidenciar o descontentamento do
36 movimento negro frente à proposta autoritária e decisões adotadas pela Reitoria sem a nossa
37 representação. Visa também manifestar o posicionamento dos coletivos negros da Unicamp,
38 destacando o item 3 do documento a ser apresentado na reunião do Consu hoje, que altera a
39 Deliberação Consu-A-006/2021, que dispõe sobre a adoção das cotas para candidatos negros,
40 pretos e pardos em concursos e processos seletivos públicos e Carreira Paepe. 1 - A notificação

1 refere-se principalmente à mudança do artigo 6 do item 3 da deliberação de 2021, que altera e
2 diminui a composição da banca de averiguação étnico-racial de cinco pessoas, sendo duas delas
3 representantes discentes, para três servidores ativos da Unicamp, ignorando totalmente a
4 presença discente nesse processo. 2 - Após o debate coletivo, destacamos que o item 3 do
5 documento a ser apresentado neste Conselho, o mesmo que propõe reformular novamente a
6 estrutura das bancas de heteroidentificação, é um ataque direto à luta do movimento negro nesta
7 Universidade, assim como a fase adicionada por foto no processo de averiguação. Essa pauta
8 em nenhum momento foi dialogada com os estudantes de forma democrática. Vale ressaltar que
9 nesse momento temos acompanhado um desmonte da universidade pública, um avanço das
10 propostas de privatização e um ataque direto aos direitos conquistados por meio da luta social,
11 e a instituição deste item apenas corrobora com esse cenário. Além disso, segundo o relatório
12 do grupo de trabalho criado pela Unicamp para a discussão das cotas étnico-raciais, 95,6% dos
13 docentes nesta Universidade se autodeclararam pessoas brancas, ou seja, de mais de dois mil
14 professores concursados, apenas 33 até 2013 eram pessoas negras. À vista disso, pela falta de
15 letramento racial e formação dos mesmos, ao longo desses últimos seis anos de cota racial,
16 acompanhamos diversos episódios racistas nos inúmeros espaços da Unicamp, o que evidencia
17 que a seguinte proposta não só implicará na composição das bancas de heteroidentificação.
18 Desse modo, a nossa ausência política na composição das bancas não só ignora os acúmulos
19 históricos do movimento estudantil, mas também explica um grave tangenciamento aos debates
20 atuais realizados pelo movimento negro frente à questão racial no Brasil. Logo, excluir a
21 participação discente no processo de composição das bancas e delegar essa tarefa a uma maioria
22 branca é demonstrar ignorância quanto à própria formação socioeconômica do corpo docente
23 da Universidade e um marco de desmonte na política de cotas da Unicamp. Outro ponto a ser
24 levado em consideração é que esses cortes e a precarização desse processo são sempre
25 justificados com argumentos orçamentários. No entanto, é de conhecimento público que a
26 Unicamp mantém cerca de R\$2 bilhões em caixa, recurso que tem sido disputado pela iniciativa
27 privada e que acaba corroborando no espaço da terceirização da Universidade. Nesse sentido,
28 fica evidente que a Instituição dispõe das condições financeiras para manter as bancas de forma
29 estruturada, conservando um processo justo e qualitativo. Dessa forma, em nome de todos os
30 coletivos negros desta Universidade, rejeitamos a proposta de alteração da Deliberação Consu-
31 A-006/2021 e exigimos a retirada dessa pauta nesse momento. Também esperamos que contem
32 com a nossa participação nos próximos debates e solicitamos a reformulação do curso
33 preparatório do processo de heteroidentificação. Por fim, pedimos a atenção deste Conselho
34 frente ao caráter democrático deste espaço e as demandas da greve dos estudantes de 2023, que
35 ainda não foram atendidas. 3 - Postura esperada da Reitoria: queremos uma política que
36 mobilize o máximo de pessoas negras dentro do espaço de inclusão e permanência de alunos
37 dentro da Universidade. Desse modo, esperamos o arquivamento e retirada da pauta que altera
38 a deliberação do Consu, assim como um diálogo democrático com as/os/es estudantes na
39 construção da deliberação sobre políticas da Universidade que nos atravessam diretamente ou
40 indiretamente. Também esperamos que se construa um espaço de letramento racial para os

1 professores, discentes e funcionários, entendendo que esse ataque à autonomia dos coletivos
2 negros é fruto de um racismo institucional que não está sendo discutido e trabalhado pela gestão
3 dessa Universidade”. Portanto, é muito bom que o assunto tenha sido retirado de pauta, porque
4 isso precisa ser debatido junto com o movimento negro da Universidade. Apesar de terem
5 conseguido hoje aprovar as cotas PCD, o que é motivo de muita felicidade, há outras pautas
6 que estão se encaminhando através da luta dos estudantes, como é, por exemplo, a luta pelo
7 Paviartes. Acreditam que precisam olhar com outros olhos para os estudantes de Artes da
8 Unicamp, para que eles estejam inseridos de fato dentro da Universidade. Em seguida, informa
9 que haverá um festival de inauguração do DCE, para o qual convida todos. A sede vai ser aberta
10 para os estudantes e para todos que quiserem, a partir de amanhã à noite e vai até sexta-feira à
11 noite. O Conselheiro BRUNO GOMES XIMENES diz que se soma às falas da professora
12 Marisa e do professor Hernandes de que precisa haver maior apoio e acolhimento aos docentes
13 envolvidos no caso do Saip. As notícias nos jornais terminam sempre com uma nota da Fapesp
14 colocando toda a responsabilidade sobre os docentes, mas é preciso lembrar que esses docentes
15 confiaram em uma estrutura que foi criada pela Unicamp, a pedido da Fapesp, com profissionais
16 treinados pela Fapesp. Então, acha injusto que seja colocada a responsabilidade totalmente
17 sobre eles, como aparece nas notícias. Em segundo lugar, solicita o apoio do professor Sarti e
18 de todos os membros da CIDF aqui presentes para a proposta de redução do interstício da
19 progressão horizontal que vai apresentar na CIDF nesta quinta-feira. É uma demanda antiga
20 que apareceu em vários GTS e comitês de que participou no último ano, mas acredita que este
21 é um ano oportuno, porque há um contingente menor de servidores participando do processo.
22 Então, essa redução calha com o momento, mas não é algo só para o momento, é algo perene
23 sobre o qual já vinham pensando no passado. O Conselheiro SANDRO DIAS diz que realmente
24 hoje foi um dia memorável por tudo o que puderam aprovar, e manifesta sua satisfação. Pede
25 licença para fazer alguns registros em relação às atividades do Colégio Técnico de Limeira, o
26 Cotil: ocorreu, no dia 24 de agosto, o II Encontro de História, com uma conferência proferida
27 pelo professor José Alves, diretor da Comvest, intitulada “Populismos e autoritarismos na
28 América Latina”. Foi um evento remoto e tiveram mais de 240 estudantes de maneira síncrona
29 acompanhando o evento, então agradece ao professor José Alves novamente por lhes
30 proporcionar essa conferência. Ocorreu também nos dias 20 e 21 de setembro o Cotil de Portas
31 Abertas, que recebeu 42 escolas públicas e particulares e mais de 2.500 visitantes, estudantes,
32 familiares, em uma oportunidade do Colégio de mostrar seus cursos, divulgar tudo o que lá
33 ocorre. Hoje se iniciou a Fecitec, a Feira de Ciências e Tecnologia, que tem o apoio da ProEEC,
34 e agradece ao professor Fernando Coelho pelo apoio nesse evento tão importante. Ressalta a
35 participação do Cotil em olimpíadas, como a Olimpíada Brasileira de Astronomia, em que
36 obteve 20 medalhas, a Olimpíada Canguru, com 16 medalhas, a OBFEP, com 12 alunos
37 classificados para a segunda fase, ela ainda está em curso, e anuncia também a criação da
38 comissão permanente antirracista, que é uma conquista importante para o colégio. Receberam,
39 no dia 21 de agosto, a professora Silvia Santiago, Diretora Executiva de Direitos Humanos, e
40 também receberam, em outras oportunidades, representantes do movimento negro de Limeira.

1 Contam nessa comissão com representantes dos coletivos e estão muito felizes com esse
2 trabalho que se inicia e que deve, de alguma maneira, ser alinhado ao Saer, que é o Serviço de
3 Atendimento e Encaminhamento Institucional das Denúncias de Racismo. E, por fim, saúda o
4 curso de Enfermagem, que comemora os seus 50 anos e que hoje teve uma cerimônia de
5 comemoração em razão dessa data tão importante. O Conselheiro ODILON JOSÉ ROBLE diz
6 que têm recebido uma série de reclamações recorrentes, principalmente via Ouvidoria, das
7 condições das quadras da Faculdade de Educação Física, então vai dar um retorno aqui para a
8 comunidade. As críticas são corretas, as quadras estão bem castigadas, sem condições de uso,
9 muitas delas, causando algum transtorno para os praticantes. Mas avisa que estão em processo
10 de recuperação dessas quadras; quem passa ao redor da FEF pode ver que as quadras 10, 11, 12
11 e 13 estão sendo cobertas, é aquela obra grande de cobertura, com previsão de entrega para
12 janeiro de 2025, se tudo der certo, e ela teve um valor de R\$10,848 milhões. Existe também um
13 plano de recapeamento das demais quadras, de 1 a 9, 14, 15 e 16, que são as de tênis. Porém,
14 fizeram uma licitação em dezembro de 2023 mas ela foi deserta, infelizmente, e quando foram
15 recolocá-la, tiveram que adaptar para a lei 14.133, fazer toda a documentação novamente, e
16 agora já foi licitada, com 25 empresas inscritas. Está em processo licitatório e já analisaram a
17 documentação de sete, então acredita que em breve vão começar a obra de recapeamento das
18 demais quadras também. Isso é mais uma satisfação para a comunidade, que de fato reclama,
19 com razão, do estado das quadras, mas deixa claro que tanto a administração da FEF como a
20 Administração Geral têm dado todo o apoio, estão preocupadas com a questão, e em breve vão
21 entregar um parque esportivo bastante satisfatório para a comunidade interna e externa. O
22 segundo ponto é destacar e elogiar a participação nas Olimpíadas de Paris do professor Evandro
23 Lázari, que foi treinador da atleta Tiffani Marinho, atleta dos 400 metros e 4x400. A atleta foi
24 classificada para os jogos de Paris, fez um bom desempenho, infelizmente não conseguiu o
25 pódio ainda, mas é uma atleta jovem, que está em ascensão. O professor Evandro tem feito parte
26 do treinamento da Tiffani na Faculdade de Educação Física, o que muito os agrada e os faz
27 acreditar que ela pode ter até um resultado ainda mais expressivo nos próximos jogos. Nos
28 jogos paralímpicos, ainda mais em um dia em que tiveram a aprovação das vagas PCD, fica
29 muito satisfatório para a Faculdade de Educação Física dizer que tiveram 15 ex-alunos da FEF
30 nos jogos paralímpicos. A professora Mariana Gomes foi convidada pelo comitê paralímpico
31 internacional para acompanhar os jogos. Entre os alunos, tiveram treinadores, preparadores
32 físicos da seleção brasileira e uma preparadora física da seleção canadense. Obtiveram um
33 excelente desempenho, como todos puderam perceber, inclusive muitas pessoas perguntam a
34 ele se faz sentido dizer que nos jogos paralímpicos foram melhores que nos olímpicos. Essa
35 comparação não é possível em termos lineares, são situações muito diferentes, inclusive o
36 número de medalhas é diferente, mas é possível dizer que o paralímpico foi melhor em grande
37 medida pela relação que tem com a Universidade. Desde o começo o esporte paralímpico
38 contou com a presença da Universidade, da ciência e da tecnologia na sua preparação, e a FEF
39 da Unicamp tem um destaque muito grande nisso, haja vista os 15 representantes que tiveram
40 na última paralímpiada. Registra os seus parabéns para a professora Mariana Gomes, para o

1 professor Evandro Lázari e toda a equipe que participou dos jogos de Paris. A SENHORA
2 PRESIDENTE parabeniza o professor Odilon pelo desempenho da Faculdade de Educação
3 Física nos jogos paralímpicos, cujos resultados foram bastante divulgados e orgulham muito a
4 Universidade. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO parabeniza a comunidade dos
5 servidores pela participação na eleição realizada em 10 e 11 de setembro. Foram eleitos oito
6 titulares e oito suplentes, aos quais parabeniza. Em nome do Grupo Apesar, que tem 26 anos de
7 existência, agradece a confiança depositada no grupo, que disputou a eleição com seis
8 candidatos e elegeu cinco, três titulares, senhores Adilton, Elaine e ele, e dois suplentes,
9 senhores Jessé e Rafael. Parabeniza a senhora Érika, do IB, que participou da eleição pelo
10 Apesar, não foi eleita, mas mesmo assim ficou à frente de candidatos com mais expressão. O
11 Consu é um espaço institucional de grande importância e se colocam à disposição para que as
12 conquistas e os direitos dos funcionários sejam preservados e ampliados. O Grupo Apesar tem
13 26 anos de história e vai continuar avançando e lutando pelas demandas da categoria com muita
14 responsabilidade e garra. Em visita às três áreas da Universidade, durante a eleição, os
15 servidores deixam clara a necessidade de esta gestão ou as próximas finalizarem a isonomia
16 salarial que começou em 2014 e até hoje está abaixo dos pisos da USP. Salienta que os pisos
17 do nível médio e superior da Unicamp são 20% menores que os dos segmentos médio e superior
18 pagos pela USP. Outra demanda que os servidores e docentes solicitaram durante sua
19 caminhada na Universidade é a implantação imediata do auxílio-saúde. Uma situação
20 importante que precisa de cuidado é quanto aos servidores de Limeira e Piracicaba que
21 necessitam de auxílio-transporte, pois não há fretado nessas cidades. Todos com quem
22 conversou têm dúvidas quanto ao assunto exposto, e a sugestão dos servidores é que a
23 Universidade faça um trabalho de conscientização quanto ao direito sobre o auxílio- transporte,
24 nas duas cidades, presencialmente com as equipes que cuidam do assunto. Também solicita que
25 o interstício seja discutido na CIDF em breve, pois muitos da categoria estão descontentes com
26 as informações que chegam até eles. Finaliza lembrando que a autonomia universitária
27 completa 35 anos em 2024, e parabeniza todos que estiveram em São Paulo em 1988. No dia
28 27 de outubro, após 38 dias de greve na USP e na Unesp e 45 dias na Unicamp, os trabalhadores,
29 funcionários e professores, com apoio das entidades estudantis, decidiram se dirigir ao Palácio
30 do Governo para exigir negociações com o Governador Orestes Quércia, que à época
31 determinava os salários dos servidores, incluindo os das universidades estaduais. Na ocasião,
32 os trabalhadores e trabalhadoras foram atacados violentamente pela cavalaria e pela tropa de
33 choque da PM, com violência poucas vezes vista. A “Folha de S. Paulo” na época informou
34 que essa foi a intervenção policial mais violenta contra manifestantes em São Paulo dos últimos
35 10 anos. A Conselheira DÉBORA CRISTINA JEFFREY informa que a professora Nima
36 Spigolon foi contemplada com o Prêmio Jabuti, somando, então, cinco Prêmios Jabuti para a
37 Faculdade de Educação ao longo dessas décadas. Agradece à ProEEC pelo apoio, na pessoa do
38 professor Fernando Coelho, para a realização do segundo encontro de formação de professores
39 e professoras, gestores também, do curso de escola em tempo integral do Ministério da
40 Educação, do qual a Faculdade de Educação é um dos polos de formação. No dia 16 de agosto,

1 contaram com a presença da coordenadora nacional da escola em tempo integral, que é aluna
2 da pós-graduação da Unicamp, e de mais de 400 professores e professoras, diretores e diretoras,
3 no ginásio multidisciplinar. Deixa o agradecimento em nome da Faculdade de Educação e
4 também da coordenação. A SENHORA PRESIDENTE passa a palavra aos pró-reitores. O
5 Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO informa que amanhã, às 13 horas, no
6 Auditório da FCM, haverá a primeira audiência pública que discutirá as cotas para as pessoas
7 trans. No dia 7 de outubro, ocorrerá um evento chamado PAD/PED, com a presença do Marcelo
8 Tas, às 10 horas, no Centro de Convenções. Informa também que na semana que vem abrirá o
9 edital de professor visitante para o primeiro semestre de 2025. Hoje tiveram o prazer de ver
10 aprovadas as cotas PCDs, e observa que o EA2 realizou três encontros sobre práticas e educação
11 inclusiva para pessoas com deficiência. Tiveram perto de 120 docentes inscritos e estão à
12 disposição para novas turmas para discutir com os docentes essas práticas inclusivas para
13 pessoas com deficiência. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que a exemplo do que
14 fez na CAD e Cepe, vai divulgar as nove premiações que a Unicamp obteve no Prêmio Capes
15 deste ano, um excelente desempenho. Os premiados são os seguintes: Akila Lara de Oliveira,
16 da Pós-Graduação em Farmacologia, sob orientação do professor Edson Antunes; de Bruna
17 Gregatti de Carvalho, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química, orientada pela
18 professora Lucimara Gaziola de La Torre e coorientada pelo professor Sang Won Han; de
19 Gabriela Fasolo Pivaro, do Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências
20 e Matemática, sob orientação do professor Gildo Giroto Junior; e a de Raphael Cavalcante
21 Costa, do Programa de Pós-Graduação em Clínica Odontológica, orientado pelo professor
22 Valentim Adelino Ricardo Barão. As teses que receberam a menção honrosa no Prêmio foram
23 a de Rafael Pagatini, do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, sob orientação da
24 professora Luise Weiss; a de Danelise de Oliveira Franco, do Programa de Pós-Graduação em
25 Física, sob orientação da professora Carola Dobrigkeit Chinellato; a de Debora Tamires Vitor
26 Pereira, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Alimentos, sob orientação do
27 professor Julian Martinez; a de Dimitrius Santiago Passos Simões Froes Guimarães, do
28 Programa de Pós-Graduação em Biologia Molecular e Morfofuncional, sob orientação do
29 professor Leonardo dos Reis Silveira e coorientação do professor Andre Schwambach Vieira;
30 e a de Luan Cesar da Silva, do Programa de Pós-Graduação em Estomatopatologia, com
31 orientação do professor Pablo Augustin Vargas e coorientação do professor Rogerio Moraes de
32 Castilho. Novamente manifesta os parabéns a esses alunos, agora doutores, e orientadores. O
33 segundo ponto é só uma informação de que já está em tramitação na Universidade um acordo
34 que a Unicamp assina juntamente com as outras cinco universidades públicas do Estado, USP,
35 Unesp, Unifesp, a UFABC e a UFSCAR, juntamente com a Capes e com a Fapesp, para um
36 programa de aperfeiçoamento da pós-graduação, que é um programa que inclui algumas
37 alterações no mestrado, mas que também busca estimular os doutorados, sobretudo os
38 doutorados diretos, para os quais a Capes, na medida que esse programa funcione, dotará bolsas
39 adicionais. E a Fapesp, em seguida, a partir da sua avaliação, complementar os valores dessas
40 bolsas de doutorado Capes para o valor da bolsa Fapesp de doutorado. Isso está dirigido hoje,

1 nesse acordo imediato, para os cursos de excelência 6 e 7, que aderirem, não é uma proposta
2 para toda a Universidade, mas para aqueles programas que optarem por ingressar em editais
3 que a PRPG fará. Cada PRPG das universidades fará sua gestão interna disso. Em seguida, a
4 partir do plano piloto, que é esse com os programas de excelência, esse projeto se estende para
5 os programas de nota 5. Ele acaba de ser avaliado pela PG da Unicamp, já está em tramitação
6 aqui, e isso também está ocorrendo nas outras universidades, na Capes e na Fapesp. Sobre
7 aquela observação que o professor Ricardo Miranda fez e o professor Ricardo Dahab comentou,
8 a PRPG tem se detido na discussão sobre a inteligência artificial. Preocupa-os bastante o fato
9 de que é algo em que são leigos, várias pessoas não sabem, por exemplo, que quando entram
10 no Google, já entraram na inteligência artificial. Mas ela é muito mais do que isso, muito mais
11 do que essa ação imediata de procurar informações na rede. Têm consultado outras
12 universidades, mas não é fácil fazer uma política institucional para isso. Conversaram com o
13 professor Ricardo Dahab, da Detic, para ajudá-los nisso, na direção de fazer, se não uma política
14 institucional, que seja de um manual de boas práticas de uso para que oriente alunos e
15 professores sobre como deve ser esse uso pela Universidade. O professor Ricardo está ajudando
16 na gestão de eventos e de pessoas, e acha que, em alguma medida, terão alguma regulamentação
17 ou regulação disso, porque controle sabem que não terão. A Conselheira ANA MARIA
18 FRATTINI FILETI informa que está ocorrendo a Semana de Comunicação e Escrita Científica
19 da Unicamp, entre os dias 23 e 27, fez a abertura ontem e está ocorrendo de forma *online* até o
20 final da semana. Ela é organizada pela PRP, com promoção do Espaço da Escrita, junto com o
21 Sistema de Bibliotecas da Unicamp, ao qual desde já agradece o apoio na organização. Ocorreu
22 também o Ciclo de Palestras PRP, a segunda palestra foi no dia 18 de setembro e o tema foi
23 gestão de dados de pesquisa, com participação bastante expressiva da comunidade de alunos,
24 funcionários e docentes. A professora Claudia Bauzer Medeiros, que é responsável pelo
25 repositório da Unicamp, os auxiliou a organizar o evento, chamou pessoas muito interessantes
26 para falar, e junto com os bibliotecários do SBU deram um treinamento de mão na massa para
27 os alunos interessados em colocar informações no repositório da Unicamp, enfatizando a
28 questão da ciência aberta. Então foi bastante interessante, atual, e esperam que essas pessoas
29 que participaram sejam os portadores dessa informação para os demais. Editais abertos Faepex
30 há o de apoio a pesquisa em tecnologias assistivas, em conjunto com Unesp e USP, até 30 de
31 setembro, aberto a propostas cada uma entre R\$100 mil a R\$500 mil, no valor total da Unicamp
32 de R\$2,5 milhões, R\$2,5 milhões da Unesp e R\$5 milhões da USP. Incentivo à inserção no
33 sistema Faepex, também aberto até 30 de setembro, propostas até R\$78,8 mil; Mobilidade
34 Unicamp- Cardiff até 09 de outubro, com propostas até R\$35 mil. Linha extensão, é o segundo
35 edital de 2024, inscrições até 15 de outubro, propostas até R\$20 mil. Ainda em aberto, há o
36 programa de apoio aos grandes centros temáticos de pesquisa, o edital de bolsas de pós-
37 doutorado na gestão de educação e difusão de conhecimento, gestão de transferência de
38 tecnologia e inovação, e gestão executiva de projetos. Então podem ser solicitadas até três
39 bolsas em gestão de pesquisa para cada grande centro de pesquisa, que terá que fazer uma
40 submissão de credenciamento para poder pleitear essas bolsas a partir da Deliberação CCP

02/2024. Vai passar por uma análise de demanda, se se enquadra ou não no que é um grande centro. E para esses pós-doutorados, como havia falado anteriormente, estão elaborando um programa de mentorias que terá início formal no dia 08 de novembro, quando acontecerá o primeiro encontro de programa de mentorias para esses pós-doutorandos em gestão de pesquisa. Estão todos convidados, vão juntar os mentores, o pessoal da transferência de tecnologia da Inova com os pós-doutorandos e os supervisores que tiverem curiosidade e quiserem participar também. Mais para frente divulgam a programação para esse dia. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO informa que na semana passada fecharam o circuito do primeiro edital que a ProEEC organizou junto com a Editora da Unicamp, com o objetivo de criar uma série de livros de extensão. É um projeto que vai financiar dez livros, foram apresentadas vinte propostas, o que deixou tanto ele quanto a professora Edwiges muito contentes, porque as propostas realmente são muito boas. O problema é que há propostas muito boas e talvez não tenham recursos para financiar todas elas. Informa também que na semana passada organizou um *workshop* para o lançamento do primeiro edital de inovação e empreendedorismo social. Esse edital faz parte do Planes, ele foi lançado na Faculdade de Ciências Aplicadas, em Limeira, com um seminário que contou com a participação do professor Rafael Dias e do doutor José Luiz Egydio Setúbal. O professor José Luiz é presidente da Fundação José Luiz Egydio Setúbal, e é uma pessoa que está muito ligada a essa parte de inovação social. Ele deixou claro que teria muito interesse em colaborar com a Universidade para desenvolver projetos coletivos. E, finalmente, entre os dias 5 e 12 de setembro, informa que uma comitiva da ProEEC fez uma visita à Universidade de Guanajuato, que fica na parte central do México, com o objetivo de participar, a convite da universidade, das olimpíadas servantinas, um evento de grande proporção que é organizado pela universidade, que tem uma característica que foi muito interessante sobretudo para a Diretoria de Cultura da ProEEC. Ela é uma universidade antiga, com 293 anos, e tem uma forte interação cultural com a comunidade da cidade, uma cidade de 178 mil habitantes que, por incrível que pareça, tem quatro teatros, quatro galerias de arte, um cineclube e uma porção de outros espaços culturais, envolvendo toda a comunidade em atividades de arte, teatro. Portanto, foi realmente uma experiência muito agradável e interessante para aprender um pouco como eles usam todas as estratégias que foram desenvolvidas para envolver e para criar esse nível de público na cidade. A universidade os convidou para apresentar algumas atividades que a Unicamp desenvolve, então contou na comitiva com a participação da professora Sylvia Furegatti, que é a diretora da DCult, e o professor Eduardo Okamoto, que fez uma *performance* em um dos teatros da Universidade. A professora Sylvia apresentou duas exposições com vários motivos, levando um conjunto de obras de vários colegas do Instituto de Artes, e essas obras vão ficar expostas até o final deste mês e devem fazer um percurso por todos os *campi* da universidade, que estão espalhados por três cidades do México. Foi realmente uma oportunidade muito interessante e, muito provavelmente, no início do próximo ano, uma comissão da Universidade de Guanajuato deve estar aqui para visitá-los, buscando aumentar essas interações nos aspectos culturais. É óbvio também que estão sempre conversando com a Universidade em todos os aspectos, mas

1 especificamente para esse caso o foco foi olhar toda a estratégia para criar o ambiente de cultura
2 e para fazer com que a Universidade seja percebida pela comunidade como um agente de
3 cultura. O Conselheiro FERNANDO SARTI informa que a Funcamp está hospedando 34
4 fundações que participam do Confis, que reúne cerca de cem fundações de apoio às
5 universidades públicas, um evento bastante importante. O segundo informe tem a ver com o
6 Programa de Incentivo aos Novos Docentes: o terceiro edital está fechado e 58 projetos foram
7 aprovados, iniciam-se os trabalhos em 1º de outubro, então parabeniza os contemplados e deseja
8 bom trabalho. Com relação ao Programa de Incentivo aos Novos Pesquisadores, o prazo para a
9 submissão de propostas é de 30 de agosto até 31 de outubro. Assim como no caso dos docentes,
10 os projetos são de até R\$75 mil, com um diferencial no caso de projetos interdisciplinares.
11 Sobre as certificações, conseguiram já atingir a marca de 72 unidades e órgãos certificados e
12 caminham para a fase final, com a área da Saúde. Hemocentro já analisado e estará na pauta da
13 próxima CVND, ao passo que HC, Caism, Gastrocentro e Cecom estão sob análise do comitê.
14 Depois disso, fecham com os centros e núcleos. Informa que que no dia 03 de outubro saem os
15 resultados do *ranking* do QS América Latina, lembrando que no ano passado a Unicamp ficou
16 na honrosa terceira posição, atrás da USP e da Puc-Chile. Também saiu o THE dia 12 de
17 novembro, no qual em 2023 a Unicamp ficou na terceira posição, novamente atrás de Puc-Chile
18 e USP. A SENHORA PRESIDENTE informa sobre o encontro das fundações de apoio do
19 Sudeste, a Enfasud, que está sendo realizada na Funcamp. Também houve um evento no dia 11
20 de setembro sobre linguagem simples, com o lançamento desse projeto interativo, e a
21 padronização de atos administrativos da Unicamp. Informa também que o professor Antonio
22 José esteve em uma visita ao Amazon Face, com a presença da doutora Raluca, da Cocen, e o
23 projeto que conta com a participação do pesquisador David Lapola, do Cepagri, e do professor
24 Marko Monteiro, do IG. A Unicamp também está participando do evento do GCUB, Grupo de
25 Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras, que está ocorrendo em Roma. Em
26 seguida, propõe votos de pesar às famílias de Fernanda Paschoal Montandon, ex-aluna da
27 Faculdade de Engenharia de Alimentos, que faleceu no dia 16 de setembro; Gilda Figueiredo
28 Portugal Gouvêa, professora aposentada do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que
29 faleceu no dia 21 de setembro; e Roosevelt Moisés Smeke Cassorla, professor aposentado da
30 Faculdade de Ciências Médicas, que faleceu no dia 23 de setembro. Nada mais havendo a tratar,
31 declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral,
32 lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à
33 aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 24 de setembro de 2024.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 189ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, realizada em 26 de novembro de 2024, sem alterações.

Conselho Universitário - CONSU⁴⁴⁰

188ª Sessão Ordinária, realizada em 24 de Setembro de 2024

Resultado da votação

Item 01 da Ordem do Dia



Favorável

64



Contrário(a)

0



Abstenção

0

VOTANTES

Nomes

Votos

Ricardo Miranda Martins

Favorável

Eduardo Gurgel do Amaral

Favorável

Marcos Nogueira Martins

Favorável

Hernandes Faustino de Carvalho

Favorável

Bruno Gomes Ximenes

Favorável

Daniel Martins de Souza

Favorável

Márcio Antonio Cataia

Favorável

Rodolfo Jardim de Azevedo

Favorável

Flávio Henrique Baggio Aguiar

Favorável

Verónica Andrea González-López

Favorável

Fernando Antônio Santos Coelho

Favorável

Cesar José Bonjuani Pagan

Favorável

Hugo Enrique Hernandez Figueroa

Favorável

Sandro Dias

Favorável

Arnaldo César da Silva Walter	Favorável
Cláudio Francisco Tormena	Favorável
Márcio Alberto Torsoni	Favorável
Leonardo Lorenzo Bravo Roger	Favorável
Francisco da Fonseca Rodrigues	Favorável
Andréia Galvão	Favorável
Débora Cristina Jeffrey	Favorável
Juliana Freitag Borin	Favorável
Cláudio José Servato	Favorável
Mônica Alonso Cotta	Favorável
Marisa Masumi Beppu	Favorável
Kethlyn Kethriny da Costa Brito	Favorável
Marcelo Dotti	Favorável
Jose Luis Pio Romera	Favorável
Mariana Rodrigues Ribeiro dos Santos	Favorável
Dirce Djanira Pacheco E Zan	Favorável
Fernando Augusto de Almeida Hashimoto	Favorável
Dirceu Noriler	Favorável
Antonio Salvador Pedretti Neto	Favorável
Ana Maria Alves Carneiro da Silva	Favorável

Josely Rimoli**Favorável**

Joana Froes Braganca Bastos**Favorável**

Odilon José Roble**Favorável**

Ana Maria Frattini Fileti**Favorável**

Ivan Felizardo Contrera Toro**Favorável**

Ariovaldo José da Silva**Favorável**

André Kaysel Velasco e Cruz**Favorável**

Ângelo Roberto Biasi**Favorável**

Leandro Aparecido Villas**Favorável**

Célio Hiratuka**Favorável**

Maria Helena de Melo Lima**Favorável**

Matheus da Silva Marcheti Martins**Favorável**

Marcelo de Oliveira Terra Cunha**Favorável**

José Antonio Rocha Gontijo**Favorável**

Anna Christina Bentes da Silva**Favorável**

Silvia Cristina Franco Amaral**Favorável**

Jörg Kobarg**Favorável**

Valentina Spedine Sierra**Favorável**

Samuel Rocha de Oliveira**Favorável**

SeyedMehdi Mohammadizadeh**Favorável**

Rafael Silva Marconato	Favorável
Elaine dos Santos Jose	Favorável
Francisco Hideo Aoki	Favorável
Aline Sampaio Rodrigues Schmidt	Favorável
Gláucia Maria Pastore	Favorável
Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho	Favorável
Fernando Sarti	Favorável
Claudio Saddy Rodrigues Coy	Favorável
Rachel Meneguello	Favorável

NÃO VOTANTES**Nomes**

Roberta Cunha Matheus Rodrigues

Anderson de Souza Sant´Ana

Paulo José Rocha de Albuquerque

Augusto César da Silveira

Luiz Seabra Junior

Elaine Cristina de Ataíde

Simone Appenzeller

Wagner de Melo Romão

Marcelo Alves da Silva Mori

Muriel de Oliveira Gavira

Felipe Machado Savedra

Emily Lourdes Mendes de Sá

Sarah de Medeiros Pinheiro Souza

Patricia Kawaguchi Cesar

João Mateus Silva Feitoza

Adilton Dorival Leite

Eliana da Silva Souza

Leandro Horie

Marcílio Alves

Fábio Aparecido de Jesus

Conselho Universitário - CONSU⁴⁴⁵

188ª Sessão Ordinária, realizada em 24 de Setembro de 2024

Resultado da votação

Item 02 da Ordem do Dia



Favorável

64



Contrário(a)

0



Abstenção

1

VOTANTES

Nomes

Votos

Daniel Martins de Souza

Favorável

Bruno Gomes Ximenes

Favorável

Márcio Antonio Cataia

Favorável

Hernandes Faustino de Carvalho

Favorável

Ricardo Miranda Martins

Favorável

Cláudio Francisco Tormena

Favorável

Fernando Antônio Santos Coelho

Favorável

Francisco da Fonseca Rodrigues

Favorável

Rafael Silva Marconato

Favorável

Cesar José Bonjuani Pagan

Favorável

Hugo Enrique Hernandez Figueroa

Favorável

Jörg Kobarg

Favorável

Verónica Andrea González-López

Favorável

Andréia Galvão

Favorável

Eduardo Gurgel do Amaral	Favorável
Dirce Djanira Pacheco E Zan	Favorável
Mariana Rodrigues Ribeiro dos Santos	Favorável
Kethlyn Kethriny da Costa Brito	Favorável
Mônica Alonso Cotta	Favorável
Anderson de Souza Sant´Ana	Favorável
Arnaldo César da Silva Walter	Favorável
Elaine Cristina de Ataíde	Favorável
Márcio Alberto Torsoni	Favorável
Sandro Dias	Favorável
Ana Maria Alves Carneiro da Silva	Favorável
Marcos Nogueira Martins	Favorável
Jose Luis Pio Romera	Favorável
Ariovaldo José da Silva	Favorável
Leonardo Lorenzo Bravo Roger	Favorável
Marisa Masumi Beppu	Favorável
Fernando Augusto de Almeida Hashimoto	Favorável
Débora Cristina Jeffrey	Favorável
Dirceu Noriler	Favorável
Rodolfo Jardim de Azevedo	Abstenção

Odilon José Roble

447

Favorável

Leandro Aparecido Villas

Favorável

Valentina Spedine Sierra

Favorável

André Kaysel Velasco e Cruz

Favorável

Flávio Henrique Baggio Aguiar

Favorável

Silvia Cristina Franco Amaral

Favorável

Elaine dos Santos Jose

Favorável

José Antonio Rocha Gontijo

Favorável

Matheus da Silva Marcheti Martins

Favorável

Petrisson Alan Pinheiro da Silva

Favorável

Célio Hiratuka

Favorável

Juliana Freitag Borin

Favorável

Marcelo Dotti

Favorável

Josely Rimoli

Favorável

Ana Maria Frattini Fileti

Favorável

Samuel Rocha de Oliveira

Favorável

Marcelo de Oliveira Terra Cunha

Favorável

Ângelo Roberto Biasi

Favorável

Antonio Salvador Pedretti Neto

Favorável

Joana Froes Braganca Bastos

Favorável

Anna Christina Bentes da Silva

Favorável

Maria Helena de Melo Lima	Favorável
SeyedMehdi Mohammadizadeh	Favorável
Francisco Hideo Aoki	Favorável
Cláudio José Servato	Favorável
Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho	Favorável
Claudio Saddy Rodrigues Coy	Favorável
Aline Sampaio Rodrigues Schmidt	Favorável
Rachel Meneguello	Favorável
Gláucia Maria Pastore	Favorável
Fernando Sarti	Favorável

NÃO VOTANTES**Nomes**

Ivan Felizardo Contrera Toro
Roberta Cunha Matheus Rodrigues
Paulo José Rocha de Albuquerque
Augusto César da Silveira
Luiz Seabra Junior
Simone Appenzeller
Wagner de Melo Romão
Marcelo Alves da Silva Mori
Muriel de Oliveira Gavira

Felipe Machado Savedra

Emily Lourdes Mendes de Sá

Sarah de Medeiros Pinheiro Souza

Patricia Kawaguchi Cesar

João Mateus Silva Feitoza

Adilton Dorival Leite

Eliana da Silva Souza

Leandro Horie

Marcílio Alves

Fábio Aparecido de Jesus